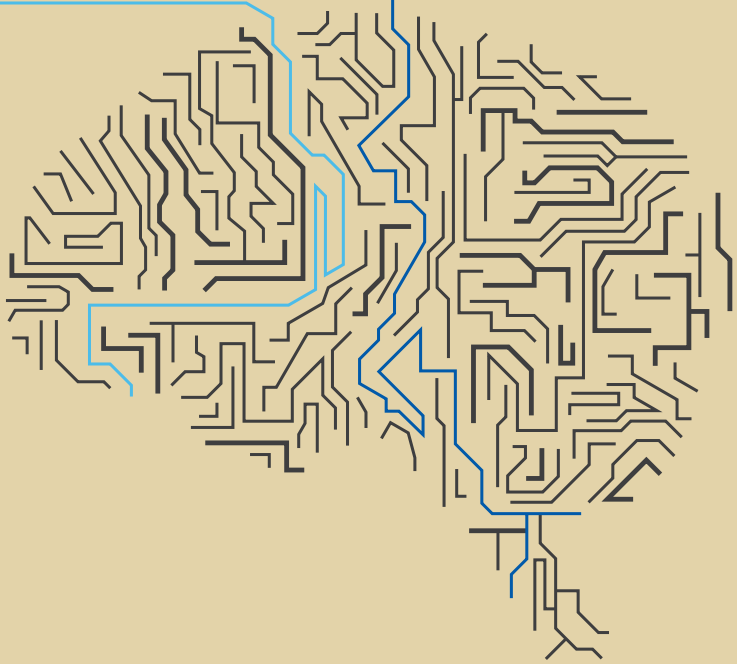
ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE

GOVERNAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

N.º 6 · FEV 2019

CPCCRD

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE

GOVERNAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA**TÉCNICA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA
2019 (N.º 6)
"GOVERNAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES"

DIRETOR:
SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:
AMÉRICO MENDES
Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO
UTAD

ARTUR MARTINS
GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO
Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA
Investigadora

JOSÉ ORNELAS
ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS
ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO
Universidade Lusófona

LUÍS MORENO
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.
Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em Fevereiro de 2019

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação em artigos e estudos - sem prévia autorização dos autores.

ÍNDICE

4 NOTA DE ABERTURA, *Augusto Flor*

8 EDITORIAL, *Sérgio Pratas*

12 **TEMA EM DESTAQUE – *GOVERNAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES***

14 ASSOCIEM-SE! PELA VOSSA SAÚDE!, *Maria Luísa Pedroso de Lima*

28 A CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO (CPCCRD) - Contributos para a análise estratégica, *Sérgio Pratas*

44 SUSTENTABILIDADE - Fator de sobrevivência organizacional no século XXI, *Cristina Casais Ribeiro*

50 HÁ VIDA NA ASSOCIAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE LOURES, *Fernando Vaz*

58 A ECONOMIA SOCIAL - do processo revolucionário à Lei de Bases, *Pierre Marie*

68 **GRANDE ENTREVISTA – *AUGUSTO FLOR***

82 **ESTUDOS**

84 CAMPOS DE AÇÃO COLETIVA E ASSOCIATIVISMO NO CONCELHO DO SEIXAL: explorações sociológicas, *Nuno Nunes e Cristina Fernandes*

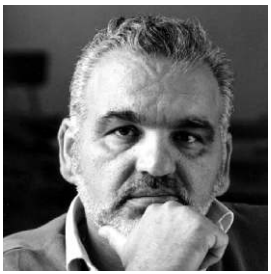
102 GENERALIDADES SOBRE O MOVIMENTO ASSOCIATIVO EM PORTUGAL, *Emanuel Alte Rodrigues*

112 O MODELO PORTUGUÊS DE ECONOMIA SOCIAL: posicionamento das IPSS, *Albertina Alves*

128 **PUBLICAÇÕES**

DUAS OBRAS DE DANIEL MELO, *Artur Martins*

144 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO



AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTADE**ABERTURA**

BALANÇO E PERSPECTIVAS

As várias ciências sociais têm métodos e técnicas próprias que podemos usar no dia-a-dia para fazer diagnósticos e encontrar soluções para problemas que, por vezes, parecem não ter solução. O Movimento Associativo Popular pode e deve usar estas "ferramentas" mas, para tal, precisa de as conhecer. Vem isto a propósito do novo ano que agora se inicia e que trás à colação a necessidade de fazer um breve balanço de 2018 e perspectivar 2019.

O ano 2018 foi rico em acontecimentos associativos relevantes. Vejamos alguns exemplos:

- Comemorámos os 40 anos da atribuição do Estatuto de Utilidade Pública. A Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio foi a primeira instituição a ver reconhecido esse estatuto no ano de 1978, previsto no Decreto-lei 460/77. É um facto histórico por ter mais de uma geração e ser inalterável;

- Demos seguimento ao projecto de Salvaguarda dos Arquivos Associativos definindo uma estratégia para esse fim em cooperação estreita com a DGLA – Torre do Tombo, envolvendo estruturas e filiadas. Pela sua contribuição para a identidade dos locais e das instituições, é um facto estudado pela antropologia;

- Integrámos o CES – Conselho Económico e Social onde, conjuntamente com os restantes parceiros sociais, tivemos oportunidade de nos pronunciarmos sobre as Políticas Nacionais de Natalidade; o Plano Nacional de Reformas; a Conta Geral do Estado2017; as Grandes Opções do Plano 2019 e a Proposta de Orçamento de Estado2019. A Economia ajuda-nos a ver a importância destes factos e o contributo para o equilíbrio de poderes na sociedade;

- Contribuímos para a constituição formal da CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social, onde assumimos a presidência do Conselho Fiscal. Confederação que vínhamos preparando a par do Congresso que se realizou durante o ano 2017. A Sociologia mostra-nos a importância da estrutura social e seus actores sociais na coesão e resposta aos problemas sociais;

- Demos continuidade ao projecto da Capacitação em novos moldes organizativos e operacionais, apontando para uma abrangência de Dirigentes envolvidos que pode chegar aos 450. Iniciámos uma nova experiência para os Dirigentes que os leva até à universidade onde podem frequentar um Curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa. Recorrendo à Psicologia, podemos perceber a importância na confiança e auto estima que este projecto tem no empoderamento dos Dirigentes;

- Em finais de Junho 2018, demos início ao processo eleitoral que terá o seu momento alto a 30 de Março de 2019 com a eleição dos órgãos sociais e definição das linhas de acção para o mandato 2019/2022. É um processo que tem três objectivos fundamentais: cumprimento rigoroso dos Estatutos, aprofundamento da democracia e reforço da participação. Estes objectivos pretendem ser um exemplo para o associativismo e a sociedade em geral e que são facilmente enquadrados e explicados pela Ciência Política.

Voltemos à importância das ciências sociais. A Análise Associativa tem vindo a afirmar-se no panorama das publicações científicas das ciências sociais, quer pela oportunidade que dá aos que com ela colaboram, quer pela qualidade e diversidade de pontos de vista que oferece aos que a procuram.

Poderemos sempre ir mais longe, mas a sua curta vida dá-nos uma ideia da importância que a médio e longo prazo poderá ter na forma como o associativismo é visto de fora e como é possível construirmos uma ideologia associativa própria (corpo de ideias) com autonomia de outras áreas do conhecimento e da intervenção social. A resposta social que temos não é dependente de outras respostas, mas tão só complementar e uma maia valia para a sociedade em que desejamos viver.

A Análise Associativa tem interesse social para além do associativismo, pela função social que pode desempenhar junto dos que se interessam pelas ciências e, sobretudo, pelas causas sociais. Escolhe uma causa e junta-te ao associativismo!

Longa vida à Análise Associativa!

Feliz ano 2019!

SÉRGIO PRATAS

DIRETOR

EDI**TORIAL**

1 As associações são organizações. Organizações influenciadas e condicionadas pelo ambiente externo, que procuram ser eficientes, em que o poder é também uma variável explicativa do seu funcionamento.

Mas é importante acrescentar um dado. As associações têm algumas particularidades, ou especificidades, que acabam por ter uma importância significativa no seu funcionamento, na forma como são geridas, na sua governação. São diferentes das empresas com fins lucrativos. E são diferentes dos entes públicos. E que particularidades são essas? Fundamentalmente duas especificidades:

a) A conciliação entre o interesse dos seus membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral

   Ao contrário da empresa capitalista, que prossegue o lucro, para posterior distribuição, e dos entes públicos, que visam o interesse geral, as associações buscam a conciliação entre vários interesses: os interesses dos seus membros, o interesse dos beneficiários ou utilizadores e também o interesse geral.

   E isso tem influência nos valores vivenciados na organização. Predomina o respeito pelos valores da solidariedade, da justiça, da não discriminação, da responsabilidade partilhada, o primada das pessoas.

b) O modelo de governação

   Para além disso, as associações obedecem a mecanismos de governação próprios.

Mecanismos que apontam para um processo de decisão democrático, uma gestão autónoma, transparência no funcionamento e controlo democrático dos órgãos e dos serviços.

Modelo que permite a concretização da democracia organizacional. Objetivo que falhou na empresa capitalista.

2 Face às particularidades identificadas, devem as associações aplicar modelos e instrumentos de gestão e governação próprios, ou recorrer aos que são utilizados no setor privado lucrativo, ou mesmo os do setor público?

A resposta (ao contrário do que pode parecer) não é fácil. Em primeiro lugar, porque não há muitos contributos teóricos sobre a matéria. Só nos finais dos anos 70 do século passado é que começaram a surgir algumas referências na literatura sobre esta área. E só nos anos 90 é que o tema se tornou relativamente comum. Por outro lado, é importante não esquecer que as associações têm uma liderança tendencialmente voluntária. Os titulares dos órgãos de direção são voluntários e benévolos.

Neste quadro, o que é que tem acontecido? Fundamentalmente duas coisas: a adoção de práticas e instrumentos do setor lucrativo (já testadas e consideradas eficazes) – sem crítica, sem adaptação à realidade da organização onde são aplicadas; e também algum isomorfismo institucional. E esta realidade comporta várias consequências: desde logo, a dificuldade de autonomização e reconhecimento do setor; por outro lado, a afirmação de uma lógica e dinâmicas (muitas vezes) contrárias aos valores da economia social.

E é possível fazer alguma coisa para alterar essa realidade? Claro que sim. Há três áreas onde é possível intervir e que são verdadeiramente estratégicas:

1 – Temos que rejeitar a ideia – nem sempre bem-intencionada e totalmente errada – de que o principal caminho para a grandeza do setor social está em tornar-se "mais como uma empresa". É importante dizê-lo (e explicá-lo) em todas as oportunidades.
2 – É igualmente essencial continuar a investir (muito a sério) na capacitação dos dirigentes associativos.
3 – E é decisivo apostar no estudo e investigação sobre estes temas – para criar um corpo teórico consistente e robusto.

Este n.º 6 da Análise Associativa procura dar um contributo neste âmbito – e nas três áreas referidas. Acrescenta reflexão (e posição) sobre o tema. Apresenta vários artigos teóricos sobre a governação e sustentabilidade das associações. Visa contribuir para o conhecimento e capacitação dos dirigentes associativos. Vale a pena ser lido com todo o cuidado e interesse – e também com sentido crítico.

TEMa EM DeStaQuE

MARIA LUÍSA PEDROSO DE LIMA
PROFESSORA DE PSICOLOGIA SOCIAL
NO ISCTE – INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

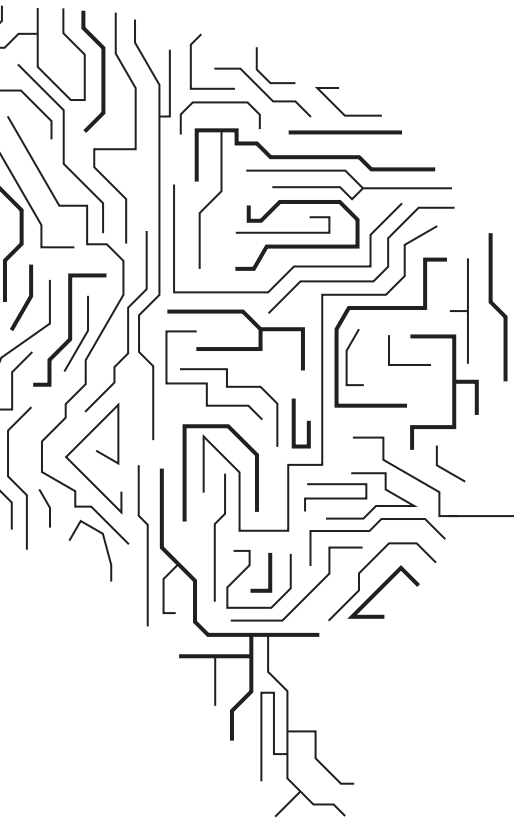
SÉRGIO PRATAS
DIRIGENTE DA CPCCRD E DIRETOR
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

CRISTINA CASAIS RIBEIRO
GABINETE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO

FERNANDO VAZ
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS
COLETIVIDADES DO CONCELHO DE LOURES

PIERRE MARIE
INVESTIGADOR DO CES – UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

GOVERNAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES



MARIA LUÍSA PEDROSO DE LIMA

PROFESSORA DE PSICOLOGIA SOCIAL
NO ISCTE – INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

ASSOCIEM-SE! PELA VOSSA SAÚDE!

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ RELACIONAMENTO SOCIAL E SAÚDE

3 ¬ ASSOCIATIVISMO E SAÚDE

Estudo 1. Sociabilidade e saúde

Estudo 2. Participação associativa e saúde

4 ¬ CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

1 ¬ INTRODUÇÃO

A felicidade e a saúde são duas coisas que todos queremos alcançar. São dois pilares do que consideramos uma vida boa, preenchida e bem vivida. Apesar de serem dois conceitos que remetem para experiências individuais, a investigação tem mostrado que tanto a saúde física e mental, como o bem-estar estão extremamente associados à qualidade das nossas ligações a outras pessoas. Quem tem boas relações de amizade e de camaradagem, quem vive numa família em quem confia e que está lá para apoiar nas alturas difíceis, quem se dá bem com os vizinhos e com os colegas de trabalho vive mais tempo e tem menos doenças. Num livro que escrevi recentemente (Lima, 2018) procurei mostrar de que forma os laços sociais moldam a nossa vida. Neste artigo gostaria de me centrar no que interessa a esta revista – as ligações associativas. Até que ponto as relações que se estabelecem nas associações contribuem também para a nossa saúde e bem-estar? É o que procuraremos analisar nas próximas páginas, recorrendo a dados de inquéritos à população portuguesa.

2 ¬ RELACIONAMENTO SOCIAL E SAÚDE

Em 2015 o AFL Victoria, um clube de futebol regional na Austrália, pediu à universidade da região para avaliar o impacto do clube na vida social da comunidade. Trata-se de um clube pequeno, típico de uma região interior, e que vive do entusiasmo dos residentes locais. Os investigadores, chefiados pelo professor Russell Hoye da La Trobe University, fizeram entrevistas e passaram um questionário tanto a membros do clube como a pessoas da população geral que vivia ali mas não estava envolvida nas atividades do Clube (Center for Sport and Social Impact, 2015; Hoye, Nicholson & Brown, 2015). Os resultados apontam para diversos impactos positivos dos clubes de futebol como lugares de *networking*, como geradores de estímulo à economia local ou como promotores de hábitos saudáveis. Mas mostram também outra coisa muito importante: as pessoas que estão envolvidas no clube de futebol apresentam maiores níveis de bem-estar e reportam melhor estado de saúde física e mental do que a amostra de comparação. E não estamos só a falar dos atletas e dos treinadores, mas também dos adeptos, dos espectadores, dos voluntários, dos familiares dos atletas, etc. E por isso, os impactos positivos na saúde e no bem-

estar não estão ligados só à prática de exercício físico. Mas está ligado a um aspeto fundamental e muitas vezes desprezado quando falamos de saúde: a ligação aos outros, o sentido de grupo que a pertença a um clube desportivo desenvolve.

Este resultado é congruente com a investigação recente que mostra cada vez com mais clareza que a saúde física está muito ligada à integração social. Uma revisão dos estudos nesta área realizada por Holt-Lunstad e colaboradores (2010; 2017) compara os impactos na mortalidade prematura de uma série de fatores de risco: poluição do ar, obesidade, consumo de álcool e tabaco e isolamento social. Os resultados mostram com muita clareza que a solidão é mais prejudicial à saúde do que qualquer dos outros fatores. Esta conclusão é difícil de aceitar numa sociedade em que as ideias sobre a saúde têm sido dominadas pelo modelo médico em que a doença está associada a uma perturbação do funcionamento biológico ou fisiológico do organismo, normalmente causado por um agente externo. A ideia de que a falta de relacionamento social, de que a ausência de uma coletividade com que se identifique e com quem vibre, de uma ligação forte com outros pode ser causa de doença é, para a perspetiva médica, difícil de conceptualizar. E, no entanto, os dados da investigação acumulam-se.

Há uns anos, em Inglaterra, começaram a aparecer nos lares para pessoas mais velhas: os "clubes da água". Tratava-se de uma iniciativa para combater a desidratação dos idosos que fazia com que as pessoas se reunissem a uma determinada hora do dia para beberem água. Estes clubes tinham bastante adesão e sucesso, tendo-se mostrado eficazes, por exemplo diminuindo as consultas médicas dos que os frequentavam. Gleibs e colaboradores (2011) procuraram saber se o efeito positivo para a saúde se devia realmente ao consumo da água, ou ao facto de o tal clube da água promover o convívio regular dos residentes. Para isso compararam o efeito do clube da água com um outro clube, que criaram em residências para idosos: o clube dos jornais – em que as pessoas se reuniam para ler as notícias. Os resultados mostram que os efeitos positivos do clube da água também se manifestam no clube dos jornais: comparativamente com as pessoas que bebiam água sozinhas ou que viam os jornais sozinhos, os que participam nestes clubes sentiam maior apoio social, maior qualidade de vida e sentiam menos necessidade de ir ao médico. Por isso, nos clubes da água, não era a parte da água que tinha impacto na saúde – era a parte do clube, da associação com outros, da partilha e da ligação social.

Nesse sentido, a investigação que liga a identificação com o grupo e a saúde tem-se tornado mais sólida, a partir dos trabalhos de Jetten e colaboradores (2012) e de Haslam e colaboradores (2018). A identificação com grupos sociais é vista como um recurso no caso da saúde, atuando de forma positiva tanto na resiliência face à adversidade, como na recuperação de doenças. A partilha de uma identidade social permite criar espaços de proximidade com os outros membros do grupo que facilitam uma maior ligação e apoio mútuo. Em consequência destes laços, as pessoas que estão integradas nos grupos sentem-se mais valorizadas e encontram mais significado na sua vida (Jetten, Haslam, Cruwys, Greenaway, Haslam & Stephens, 2017). As implicações desta perspetiva para o associativismo parecem muito claras.

3 ¬ ASSOCIATIVISMO E SAÚDE

Apesar do desenvolvimento da investigação neste domínio, há poucos dados sobre o impacto da participação em associações recreativas ao nível da saúde e do bem-estar.

A evidência mais sistemática tem sido recolhida ao nível das associações de

doentes. Diversos autores salientam o crescimento de grupos de pessoas que partilham a mesma condição médica, quer como forma de regular emoções quer como de obter informações sobre a gestão da enfermidade (Davidson et al., 2000). Sabe-se que a participação em grupos de doentes (por exemplo de diabetes, Patil et al 2016) tem um impacto positivo na saúde e bem-estar e que o mesmo se passa com a participação em grupos de apoio para cuidadores (por exemplo, cuidadores informais de pessoas com demência, Chien et al., 2011). Alguns estudos também mostram que estes efeitos são particularmente salientes quando os participantes se identificam com os grupos (Wakefield, Bickley & Sani, 2013). Outra linha de pesquisa salienta o impacto positivo na saúde e no bem-estar da pertença a grupos de voluntariado. Estudos longitudinais (e.g., Harris & Thoresen, 2005) e meta-análises mostram menor risco de mortalidade (e.g., Okun et al., 2013) e de depressão (e.g., Jenkinson et al, 2013) entre os voluntários, especialmente os mais idosos.

No entanto, a investigação sobre a participação em associações e a saúde está numa fase inicial, e em Portugal é, tanto quanto sabemos, inexistente. Há evidência de que ter amigos e contactar regularmente com eles está associado à saúde e que essa associação não existe para as relações *online* (Lima, Marques, Camilo & Muiños, 2017). Mas não testámos o impacto da pertença e do envolvimento em grupos associativos. Será que a participação em associações tem o efeito protetor que a abordagem da identidade social prevê? Ou será que esse efeito se deve apenas às ligações mais próximas, de amizade e de intimidade?

Para obtermos informação que nos permitisse responder a estas questões, analisámos os dados referentes a Portugal em dois inquéritos que usam amostras representativas da nossa população: o Inquérito Social Europeu e o Inquérito

Europeu aos Valores. Trata-se de dois inquéritos que são regularmente aplicados em diversos países Europeus, e que incluem sempre questões sobre a felicidade e a saúde.

Estudo 1. Sociabilidade e saúde

Procurámos primeiro explorar a relação que as práticas de sociabilidade têm com a felicidade e a saúde dos portugueses e portuguesas. Usámos para tal os dados da ronda 7 de 2014 do Inquérito Social Europeu, em que foram entrevistados em Portugal 1265 pessoas, com idades compreendidas entre os 15 e os 94 anos (M=52,9; DP=19,3). 65% dos entrevistados/as eram mulheres, 35% tinha uma escolaridade até à quarta classe e 20% tinha mais do que o 12º ano (Média de escolaridade completa era de 8,8 anos; DP=5,2).

Nesta amostra 41% considera o seu estado de saúde[1] como razoável e apenas 12% o considera mau ou muito mau. Em termos de bem-estar[2], numa escala de 0 a 10, os portugueses e portuguesas apresentam uma média de 6,3 (DP=2,1), o que, embora abaixo dos valores europeus, indica que a maioria se considera feliz e satisfeito com a sua vida. São os mais novos, os mais instruídos e os homens quem apresenta níveis mais elevados de bem-estar e saúde percebida.

Procurámos perceber a associação entre estas variáveis e as ligações sociais, tanto as mais próximas e pessoais[3] como as mais distantes e coletivas. Vemos na tabela 1 os indicadores estatísticos da relação entre saúde e bem-

---

[1] A avaliação da saúde percebida era feita com um item C7: "Como avalia a sua saúde em geral?".

[2] O Bem-estar subjetivo era medido através da média de duas perguntas: C1: "Considerando todos os aspetos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente?" e B20: "Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?"

[3] Incluímos aqui as variáveis ligadas à perceção de solidão (E24: "Com que frequência ao longo da última semana lhe aconteceu sentir-se só"), à confiança nos outros (média das perguntas A3: "De uma forma geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?" e A4 "Acha que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de si sempre que podem, ou pensa que a maior parte das pessoas são honestas?") e à frequência dos contactos sociais (média de C2 "Com que frequência convive com amigos, familiares ou colegas de trabalho?" e C4: "Comparando com outras pessoas da sua idade, com que regularidade é que participa em atividades sociais?"). Sempre que necessário as variáveis foram recodificadas de modo a ficarem no sentido da sua denominação.

estar subjetivo e as variáveis relativas à ligação social próxima[4]. Quanto menos as pessoas se sentem sós, quanto mais confiam nos outros e quanto mais socializam com amigos e colegas, mais se sentem felizes e com saúde. Pelo contrário, quem se sente só, quem não confia nos outros e quem não passa tempo com amigos sente-se mais doente e mais infeliz. Isto ilustra bem a importância e a força da relação que a construção de relações próximas com os outros tem para a construção de uma vida positiva e de qualidade.

TABELA 1.

Valores de associação entre as variáveis de sociabilidade e a saúde e bem-estar (Betas). Estudo 1, Dados do ESS, 2014, Portugal

	Ligação à saúde	Ligação ao bem-estar
Com que frequência se sente só	-0,132**	-0,226**
Até que ponto confia nas pessoas	+0,062*	+0,214**
Frequência de sociabilidade	+0,112**	+0,182**
R^2Aj	*0,303*	*0,195*

Nota: Valores após controlar a idade, género e nível de instrução dos respondentes.
**p<0,01; **p<0,001*

Mas pretendíamos saber se os laços menos próximos, aqueles que desenvolvemos em associações e coletivos, contribuem também para a qualidade de vida das pessoas, para além das ligações de amizade. Estatisticamente, esta questão responde-se com a introdução de variáveis associadas à pertença a coletivos na equação de regressão. No inquérito social europeu só há duas questões que podem indicar essa ligação aos coletivos: a identificação com o país e a colaboração, nos últimos 12 meses, com organizações políticas ou não[5]. Os resultados mostram que a

[4] Foi realizada uma análise de regressão múltipla, em que entraram como variáveis controladas a idade, o género e o nível de instrução dos participantes. Estas variáveis só por si representam 24% da variância explicada da saúde percebida e 3% do bem-estar subjetivo dos participantes. A introdução destas variáveis associadas à sociabilidade aumentam significativamente a variância explicada (para o caso da saúde: $F(3,1238)=23,7$; $p<0.001$; para o caso do bem estar: $F(3,1240)=83,5$; $p<0.001$).

[5] Especificamente, incluímos as perguntas D22: "Em que medida se sente próximo de Portugal?" e a média das perguntas B13 : "Durante os últimos 12 meses, trabalhou numa organização ou associação de outro tipo " e B12: "Durante os últimos 12 meses, trabalhou para um partido político ou movimento cívico".

introdução destas variáveis aumenta significativamente o nível de variância explicada, tanto no caso da saúde com do bem-estar subjetivo[6]. Podemos ver na Tabela 2 que sentir-se mais próximo do país está associado a uma melhor perceção de saúde e de bem-estar, e que a introdução destas variáveis aumenta significativamente a explicação, para além das variáveis reativas a relações sociais próximas. No entanto, estas variáveis são muito gerais e dizem-nos pouco sobre o impacto da pertença a associações.

TABELA 2.

Valores de associação entre as variáveis de pertença a coletivos e a saúde e bem-estar (Betas). Estudo 1, Dados do ESS, 2014, Portugal

	Ligação à saúde	Ligação ao bem-estar
Identificação com o país	0,081*	0,138*
Trabalhou voluntariamente para alguma organização	0,092*	0,010
R^2Aj	*0,303*	*0,195*

Valores após controlar a idade, género e nível de instrução e sociabilidade dos respondentes.
**p<0,001*

Estudo 2. Participação associativa e saúde

O Inquérito Europeu aos Valores (European Values Survey) explora de forma muito mais detalhada a pertença a organizações associativas e o trabalho voluntário. Para além de incluir perguntas sobre o bem-estar subjetivo e a saúde percebida, este inquérito identifica quem pertence a uma série de associações e quem trabalha como voluntário nelas. Usámos os dados da ronda de 2008, em que foram entrevistados em Portugal 1553 pessoas, com idades compreendidas entre os 18 e os 98 anos (M=52,9; DP=18,7). 60% dos entrevistados/as eram mulheres, 50% tinha uma escolaridade até à quarta classe e 9% tinha mais do que o 12º ano.

[6] A introdução das variáveis associadas à pertença a coletivos aumenta significativamente a variância explicada (para o caso da saúde: F(2,1236)=11,9; p<0.001; para o caso do bem estar: F(2,1238)=13,9; p<0.001).

Nesta amostra 33% considera o seu estado de saúde como razoável e apenas 14% o considera mau ou muito mau[7]. Em termos de bem-estar[8], numa escala de 1 a 4, os portugueses e portuguesas apresentam uma média de 2,8 (DP=0,61), o que, indica que a maioria se considera feliz e satisfeito com a sua vida. Como se encontra habitualmente, são os mais novos, os mais instruídos e os homens quem apresenta níveis mais elevados de bem-estar e saúde percebida.

Neste inquérito, apresentavam-se às pessoas uma série de instituições e associações e pedia-se para indicar se pertenciam a alguma delas e se trabalhavam como voluntários para alguma delas[9]. No total da amostra, há 17,6% de pessoas que pertence a pelo menos uma destas organizações e 12,2% de pessoas que dão o seu trabalho sem serem pagos para uma destas organizações. Na Tabela 3 vemos discriminada a percentagem de resposta para cada uma das opções indicadas. As associações religiosas, os serviços sociais para pessoas incapacitadas, as associações desportivas e as instituições educacionais foram as mais referidas.

Mas o objetivo destas análises era perceber se a ligação a estas instituições, quer a pertença quer o trabalho voluntário, está associado à

[7] Utilizámos a pergunta Q4 "Em termos gerais, como caracterizaria o seu estado de saúde atual?".

[8] Utilizámos para a avaliação do bem-estar a média de duas questões: Q3 ("Considerando todos os aspetos da sua vida diria que é muito feliz, feliz, pouco feliz ou nada feliz?") e e Q11 ("Considerando todos os aspetos da sua vida, qual o grau de satisfação que sente atualmente?").

[9] Utilizámos neste caso as respostas às perguntas Q5: "Da seguinte lista de organizações e atividades voluntárias diga: a) Aquela(s) a que pertence? b) Aquela(s) para que trabalha, atualmente, como voluntário(a) / não pago".

TABELA 3.

Percentagem de pessoas que afirma pertencer ou trabalhar como voluntário em cada um tipos de organizações indicadas. Estudo 2, Dados do EVS, 2008, Portugal

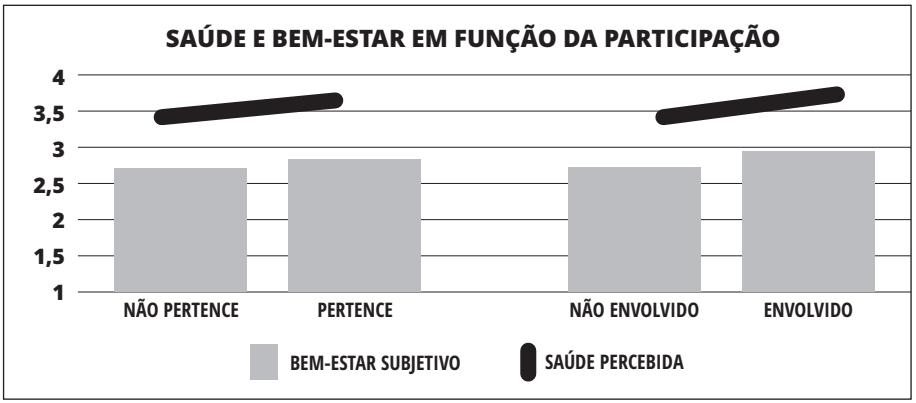
	Pertence	Voluntário
Serviços sociais para idosos, deficientes ou pessoas incapacitadas	6,1	2,8
Organizações religiosas ou ligadas à Igreja	5,5	4,0
Desporto e recreio	4,1	3,0
Educação, artes, música ou atividades culturais	3,7	3,0
Sindicato	3,3	2,4
Partidos ou grupos políticos	3,3	2,0
Ações comunitárias locais de apoio à pobreza, ao emprego, ao alojamento, à igualdade racial	2,8	2,8
Trabalho com/para jovens (escuteiros, clubes de jovens, etc)	2,7	2,6
Associações profissionais	2,3	2,0
Organizações voluntárias para promover a Saúde	2,3	2,2
Património, ambiente, ecologia, direitos dos animais	2,1	2,2
Grupos femininos	1,7	2,2
Desenvolvimento do Terceiro Mundo ou Direitos Humanos	1,6	1,8
Movimentos para a Paz	1,4	1,9

saúde e ao bem-estar dos portugueses. Para isso, controlámos as variáveis sociodemográficas sexo, idade e nível de escolaridade e procurámos as ligações entre as variáveis. E, tal como esperávamos, encontramos essa correlação: as pessoas que pertencem a estas associações e que fazem trabalho voluntário são mais felizes e mais saudáveis. A Figura 1 ilustra esta ligação. Tanto os níveis de saúde percebida (linha vermelha) como os de bem-estar (colunas azuis) são superiores entre as pessoas que estão envolvidas ou que pertencem a estas associações. No entanto, controlando as variáveis sociodemográficas, as análises mostram que estas diferenças são apenas significativas no caso do envolvimento ativo[10]. Isto é, o impacto positivo na qualidade de vida da ligação às associações é principalmente devido ao associativismo ativo, com trabalho voluntário e dedicado à causa.

[10] Neste caso, realizámos análises de variância, utilizando como co-variáveis o género, a idade e o nível de instrução dos respondentes. Controlando estas variáveis, o bem estar subjetivo não está significativamente associado à mera pertença às associações ($F(1,1508)=2,44$; $p=0,118$) mas sim com o envolvimento voluntário ($F(1,1520)=1,66$; $p<0,199$). O mesmo se passou com a saúde percebida, que não está associado à mera pertença às associações ($F(1,1495)=12,12$; $p<0,001$), mas sim à participação ativa $F(1,1507)=4,98$; $p<0,026$;

FIGURA 1.

Média da saúde e bem-estar em função da sua ligação a associações. Estudo 2, Dados do EVS, 2008, Portugal



4 ¬ CONCLUSÕES

Neste artigo procurámos desenvolver a ideia de que a participação associativa não é apenas uma questão de civismo, é uma questão de saúde e de felicidade. O tempo empregue em prol das associações, o esforço que dedicamos a instituições coletivas, o trabalho que fazemos para os outros, por iniciativa própria e sem esperar compensações é, tem mostrado a investigação, extremamente bem empregue. Embora ninguém faça voluntariado ou se empenhe numa organização associativa para conseguir vantagens pessoais, o certo é que este altruísmo compensa. Em termos de maior sentido para a vida – por sentimos que participamos em algo maior do que nós, que vai para além do corriqueiro do dia a dia e que contribui com um bocadinho para um mundo um pouco melhor. Em termos de maior ligação aos outros – tanto enquanto coletivo, como na criação de cumplicidades, laços de ajuda mútua e de solidariedade. Por isso, associem-se! Se não o querem fazer por uma causa, façam-no pela vossa saúde.

REFERÊNCIAS

Center for Sport and Social Impact (2015). *Value of a community football club*. AFL Victoria and Center for Sport and Social Impact (LaTrobe). Retrieved from https://www.aflvic.com.au/wp-content/uploads/2015/02/Latrobe-Value-of-a-Community-Football-Club-Final-PDF.pdf

Chien, L.Y., Chu, H., Guio, J.L., Chen, C.H., & Chou, K.R. (2011). Caregiver support groups in patients with dementia: a meta-analysis. *International Journal of Geriatric Psychiatry, 26(10),* 1089-1098. doi: 10.1002/gps.2660.

Davison, K.P., Pennebaker, J.W., & Dickerson, S.S. (2000). Who talks? The social psychology of illness support groups. *American Psychologist, 55*(2), 205-217.

Gleibs, Ilka H., Catherine Haslam, S A. Haslam, and Janelle M. Jones (2011). Water Clubs in Residential Care: Is it the Water or the Club that Enhances Health and Well-being*? Psychology & health 26 (10),* 1361-1377.

Harris, A.H., & Thoresen, C.E. (2005). Volunteering is Associated with Delayed Mortality in Older People: Analysis of the Longitudinal Study of Aging. *Journal of Health Psychology, 10(6),* 739-752.

Haslam, C., Jetten, C., Cruwys, T., Dingle, G., & Haslam, A. (2018). *The New Psychology of Health*. London: Routledge.

Holt-Lunstad, J. (2018). Why social relationships are important for physical health: A systems approach to understanding and modifying risk and protection. *Annual Review of Psychology, 69,* 437-458.

Holt-Lunstad, J., Smith, T. B., & Layton, J. B. (2010). Social relationships and mortality risk: A meta-analytic review. *PLoS Medicine, 7(7),* e1000316; doi: 10.1371/journal.pmed.1000316

Hoye, R., Nicholson, M., & Brown, K. (2015). Involvement in sport and social connectedness. *International Review for the Sociology of Sport, 50*(1), 3-21.

Jenkinson, C.A., Dickens, A.P., Jones, K.,Thompson-Coon, J., Taylor, R.S., Rogers, M., Bambra, C.L., Lang , & Richards, S.H. (2013). Is volunteering a public health intervention? A systematic review and meta-analysis of the health and survival of volunteers. *BMC Public Health, 13*, 773. http://www.biomedcentral.com/1471-2458/13/773

Jetten, J., Haslam, C., & Haslam, S.A. (Eds.) (2012). *The social cure: Identity, health, and well-being*. Hove, East Sussex: Psychology Press.

Jetten, J., Haslam, S.A., Cruwys, T., Greenaway, K.H., Haslam, C., & Stephens, N.K. (2017). Advancing the social identity approach to health and well-being: processing the social cure research agenda. *European Journal of Social Psychology, 47(7),* 789-919.

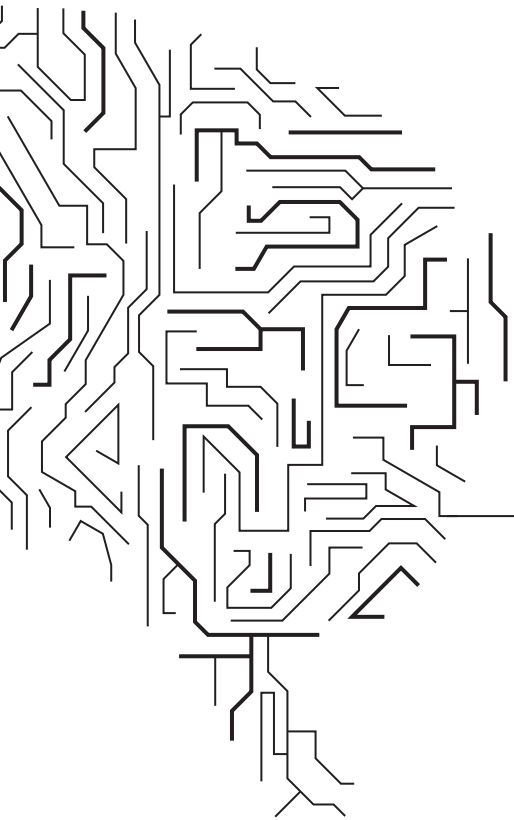
Lima, M.L., Marques, S., Muiños, G., & Camilo, C. (2017). All you need is Facebook friends? Associations between online and face to face friendships and health. *Frontiers in Psychology,* 8:68. doi: 10.3389/fpsyg.2017.00068

Lima, Maria Luísa Pedroso de (2018). *Nós e os outros: O poder dos laços sociais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Okun, M.A., Yeung, E.W., & Brown, S. (2013). Volunteering by Older Adults and Risk of Mortality: A Meta-Analysis. *Psychology and Aging, 28(2),* 564–577

Patil, S.J., Ruppar, T., Koopman, R.J., Lindbloom, R.J., Elliott, S. G., Mehr, D.R., Conn, V.S. (2016). Peer Support Interventions for Adults With Diabetes: A Meta-Analysis of Hemoglobin A_{1c} Outcomes. *Annals of Family Medicine*, 14(6), 540-551. doi: 10.1370/afm.1982

Wakefield, J.R.H., Bickley, S., & Sani, F. (2013). The effects of identification with a support group on the mental health of people with multiple sclerosis. *Journal of Psychosomatic Research, 74(5),* 420-426.



SÉRGIO PRATAS

DIRIGENTE DA CPCCRD E DIRETOR
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

A CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO (CPCCRD)

Contributos para a análise estratégica

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ A CPCCRD. NOTA HISTÓRICA

3 ¬ ANÁLISE EXTERNA – PESTAL

4 ¬ ANÁLISE INTERNA – RECURSOS E CAPACIDADES

5 ¬ ANÁLISE DE *STAKEHOLDERS*

6 ¬ SWOT

7 ¬ NOTAS FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 ¬ INTRODUÇÃO

As organizações (incluindo as organizações da economia social) vivem hoje, e cada vez mais, em ambientes complexos e turbulentos. A globalização é uma realidade – faz-se sentir todos os dias e a vários níveis. As novas tecnologias da informação e da comunicação – que já não são novas – continuam a fazer o seu caminho, a um ritmo vertiginoso. A desigualdade entre países continua a crescer – e o mesmo acontece no quadro de cada país. Desde o final do século XX que se assiste a uma sucessão de crises: a crise petrolífera dos anos 70, a crise do Estado social, a crise do Estado nação, a crise da própria democracia; a crise económica e financeira de 2008. Aumentam os riscos, vários riscos: ambientais, sociais, financeiros, de saúde, etc.

A estratégia e o planeamento estratégico assumem, neste quadro, uma renovada importância. Como sublinha Simaens (2012: 202), *"uma vez que as organizações não podem sobreviver em ambientes turbulentos sem uma visão de longo prazo, a estratégia é um pilar essencial no cumprimento da sua missão, na sua sustentabilidade e muitas vezes na sua sobrevivência"*.

Mas o que é a estratégia? E a gestão estratégica? De um modo geral, a gestão estratégica pode ser descrita como um processo contínuo e circular que integra quatro aspetos (e momentos) principais: análise, formulação, implementação e avaliação estratégicas. Um bom planeamento estratégico ajuda a organização, por exemplo:

- A esclarecer onde gostaria de estar;
- A compreender os riscos;
- A priorizar;
- A motivar os dirigentes, os trabalhadores, os voluntários;
- A mobilizar recursos;
- A coordenar diferentes aspetos do trabalho.

O associativismo popular não tem (e está longe de ter) uma cultura de gestão estratégica. Os mandatos são curtos. E o planeamento é, em regra, de curto prazo e operacional – vertido em planos de atividades anuais. Esta fragilidade merece especial reflexão – e justifica que a CPCCRD faça alguma coisa.

Em bom rigor, a CPCCRD já deu um primeiro passo, muito importante: ao criar o curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa, em parceria com a Universidade Lusófona, em 2018, incluiu no respetivo plano de

estudos uma unidade curricular sobre planeamento estratégico. É um sinal claro. Mas é fundamental ir mais longe. É essencial que este módulo seja incluído no plano da formação protocolada com os Municípios – que se alargue a oferta formativa sobre esta temática. E é igualmente determinante que a CPCCRD dê o exemplo, que desenvolva (e implemente) o seu próprio processo de gestão estratégica.

O presente trabalho pretende ser um primeiro contributo, assumidamente preliminar, para a implementação desse processo de gestão estratégica na CPCCRD. O objetivo é apresentar um esboço de análise estratégica – que deverá, posteriormente, se assim se entender, ser submetido à apreciação e crítica das partes interessadas.

Para o efeito, optou-se pela utilização complementar e integrada de vários instrumentos de análise estratégia:

- Análise PESTAL (como instrumento de análise externa);
- Análise de Recursos e Capacidades (como principal instrumento de análise interna);
- Análise de *Stakeholders* (como instrumento complementar);
- Análise SWOT (como síntese integradora e conclusiva).

2 ¬ A CPCCRD. NOTA HISTÓRICA

A história do associativismo popular desenvolve-se e é influenciada pela evolução do papel, funções e estrutura do próprio Estado. Pode dizer-se que há um

associativismo popular no período da Monarquia Constitucional, um associativismo popular na fase da 1.ª República, e o mesmo nos períodos do Estado Novo e do pós-25 de Abril.

E o mesmo acontece com a história da CPCCRD. Esta instituição surgiu em 1924 com o nome de Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio. A sua criação foi aprovada no "*Congresso Regional das Sociedades de Recreio*", realizado entre 31 de maio e 3 de junho de 1924. Tinha como âmbito geográfico o distrito de Lisboa, que então abarcava as atuais áreas administrativas de Lisboa e Setúbal.

Como sublinha Melo (1999: 98): *"Os seus impulsionadores foram indivíduos de formação republicana, com sensibilidades socialistas, maçónicas ou republicano-conservadoras, e que lideravam algumas das coletividades fundadoras da Federação. Pretendiam aproximar as coletividades para que estas tivessem maior capacidade reivindicativa e de influência"*.

Com a instauração da Ditadura Militar, em 1926, as relações com o poder político degradam-se, e a Federação começa a enfrentar um ambiente hostil à sua afirmação e desenvolvimento. É criado o distrito de Setúbal, obrigando a Federação a desvincular as coletividades dessa nova área administrativa. Logo a seguir dá-se a primeira ameaça de encerramento da sede, pelo Governo Civil de Lisboa. Seguem-se anos de algum torpor e de gestão corrente.

Em 1934, realiza-se o II Congresso federativo e aprovam-se novos estatutos e uma nova designação: Federação das Sociedades de Educação e Recreio. Como a subtração de "Distrital" no seu nome deixa entender, a Federação tenta daqui por diante alargar a sua área de influência territorial. Em 1935, lança-se na criação de delegações nas capitais de distrito, começando pelo Porto e Setúbal. E em 1940 realiza-se o I Congresso Nacional, que aprovará os estatutos da nova Federação Portuguesa das Coletividades de Educação e Recreio.

O projeto de estatutos seria, no entanto, rejeitado pelo Ministro da área, que nomeia uma Comissão encarregue da elaboração de um "contraprojeto". Como nota Melo (1999: 107), *"o regime não estava interessado em viabilizar a projeção nacional da Federação e muito menos em reconhecer e auxiliar o associativismo cultural-recreativo livre, numa altura em que redobra as providências para vigiar e controlar potenciais focos de instabilidade político-social"*.

Para além disso, em 1944, consequência de um certo brio bairrista, é fundada a federação das Coletividades do Distrito do Porto de Educação, Recreio e Desporto. A Federação Portuguesa tem, assim, que se confrontar com mais um

entrave de peso no seu projeto de unificação do meio. E o regime, ciente disso, estimulará o fracionamento do movimento associativo.

Em 1949 realizar-se-ia o II Congresso Nacional, onde foram aprovados os estatutos da nova Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio. Os representantes da Federação do Porto retiraram-se a meio do Congresso, numa manobra tática, para evitar a fusão das duas Federações.

Pouco tempo depois, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) via também aprovado o seu Estatuto. Nele se refere explicitamente que a inscrição associativa na FNAT obrigava à desvinculação de outras filiações. Com esta estratégia, o regime pretende cercear o livre associativismo popular, enquadrando potencialmente toda e qualquer coletividade existente ou a existir. É neste contexto que o projeto da Federação acabará por entrar em crise. Melo explica o contexto e as consequências: *"A nova conjuntura política, de sobrevivência do regime político e do alargamento da malha institucional estatal, contextualizam e ajudam a compreender uma nova fase na evolução do associativismo popular federado. Esta nova fase, de compromisso como contrapartida para a tolerância oficial, parecia ser então a única saída para a sobrevivência da Federação, mas implicou um certo refluxo da sua atividade"* (1999: 122).

Com o 25 de Abril de 1974, e com a aprovação da Constituição de 1976, assistir-se-ia a uma nova etapa do associativismo federado em Portugal. A Constituição consagra diversas garantias do associativismo popular: a liberdade de associação, a participação na vida local, a colaboração no processo de democratização da cultura e do desporto, a discriminação positiva. Assiste-se, também, fruto da liberdade conquistada e do muito que havia por fazer, a um crescimento significativo do número de coletividades; aumentando também o número de associações federadas.

E em 2003, na sequência do IV Congresso Nacional, é criada a atual Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (que integrará a antiga Federação Portuguesa e a Federação Distrital do Porto). De acordo com o artigo 2.º dos seus Estatutos, a CPCCRD tem atualmente como missão:

a) Representar o movimento associativo de raiz popular, cujas atividades se desenvolvam nas áreas da cultura, do recreio e do desporto;
b) O fortalecimento do associativismo, de modo a que as coletividades promovam a sua valorização e reconhecimento;
c) Incentivar a legalização das coletividades e outras associações que se dediquem à cultura, ao recreio e ao desporto;

d) Definir projetos de interesse comum e formas de ação conjugada de todo o movimento associativo, bem como criar estruturas de apoio à concretização destes projetos;
e) Promover, desenvolver e divulgar os valores do associativismo;
f) Promover ações pela Paz entre os Povos;
g) Promover, participar e patrocinar a realização de encontros regionais e nacionais;
h) Promover ações de formação, seminários e encontros com vista à formação de dirigentes e outros ativistas;
i) Realizar Congressos Nacionais de Coletividades, abertos à participação de todas as associações do País, nas áreas da cultura, do recreio e do desporto.

3 ¬ ANÁLISE EXTERNA – PESTAL

¬ PERSPETIVA POLÍTICA

No período iniciado com o 25 de Abril, assistir-se-ia em Portugal a uma ligação sólida, estratégica, entre o poder local democrático e o associativismo popular. Existem atualmente, um pouco por todo o país, acordos de colaboração, contratos-programa, apoios pontuais; e também conselhos municipais do associativismo, gabinetes de apoio ao associativismo. E com resultados muito positivos: garantindo uma oferta cultural e desportiva diversificada e acessível.

Onde ainda há muito caminho a percorrer é na relação com o Governo. De acordo com a Constituição, compete ao Governo garantir o acesso, por todos, à cultura e ao desporto; concretizando políticas públicas nestas áreas, em parceria com as coletividades de cultura, recreio e desporto. Esta orientação constitucional está por concretizar – quer no que respeita à implementação de políticas de democratização do acesso à cultura e ao desporto, quer no estabelecimento de uma parceria estratégica com o movimento associativo popular (ver Pratas, 2015).

Não obstante o exposto, assistiu-se, nos últimos anos, à integração da CPCCRD em vários espaços de consulta e participação: Conselho Económico e Social (CES), Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), Conselho Nacional do Desporto (CND). E também à criação da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES). Este envolvimento da CPCCRD é uma oportunidade única: para

reivindicar o cumprimento da Constituição; e também para estabelecer contactos profícuos com responsáveis de diversos Ministérios.

Outro elemento positivo foi a criação de um Ministério da Cultura e o aumento do investimento nesta área. Apesar de estarmos muito aquém do que seria necessário, é já um sinal positivo – e que importa aprofundar. A evolução neste âmbito dependerá, em larga medida, dos resultados das eleições legislativas de 2019.

¬ PERSPETIVA ECONÓMICA[1]

Apesar do que se disse, parece claro que só haverá desenvolvimentos significativos neste âmbito, das parcerias estratégicas para as áreas da cultura e desporto, num quadro económico favorável. E qual é a perspetiva para os próximos anos?

Vejamos o enquadramento macroeconómico em 2017 – que revela uma tendência[2]. O ritmo de crescimento da economia mundial acelerou ligeiramente em 2017: cresceu 3,6%, o que resultou de um crescimento de cerca de 2,2% das economias avançadas e de 4,6% das economias de mercado emergentes e em

[1] Fonte: FMI (World Economic Outlook), INE e Ministério das Finanças.

[2] A história da sociedade portuguesa na última década é, neste ponto de vista, marcada por dois períodos distintos. Grande parte da década foi marcada pela melhoria dos indicadores económicos e sociais. Isso permitiu que Portugal se fosse progressivamente aproximando das médias europeias. A partir do final da década assistiu-se ao abrandar e mesmo regredir do crescimento económico, face ao culminar de uma crise mundial. Em Portugal, uma política orçamental restritiva levou à diminuição dos níveis de rendimento e ao aumento histórico das taxas de desemprego, num cenário de forte endividamento público e das famílias (Cardoso et al., 2015: 21).

desenvolvimento. Na área do EURO, o crescimento económico acelerou de 1,8% para 2,1%. Para esta evolução contribuiu a procura interna, sobretudo proveniente do aumento do consumo privado e do investimento.

Em paralelo com a ligeira aceleração do crescimento económico mundial, verificou-se um ligeiro aumento da taxa de inflação da economia mundial, sobretudo nas economias avançadas, em resultado do aumento do preço dos bens energéticos. Na área do EURO, em termos médios anuais, a taxa de inflação situou-se em 1,5% em 2017.

Neste quadro, a economia portuguesa cresceu cerca de 2,5% em 2017. Registou-se ainda uma diminuição da taxa de desemprego ao longo de 2017, tendo-se registado a interrupção da tendência de diminuição da população ativa, que se observava desde 2010.

¬ PERSPETIVA SOCIAL

Compulsados os dados do INE sobre rendimentos e condições de vida dos portugueses em 2016, pode verificar-se o seguinte:

- Número significativo de pessoas em risco de pobreza (18,3%);
- A existência de crianças num agregado familiar continua a estar associada a um risco de pobreza acrescido;
- O contributo das transferências sociais é essencial para a redução do risco de pobreza;
- Existe uma forte desigualdade na distribuição dos rendimentos;
- Há, ainda, muitas pessoas em privação material (19,5%) e em privação material severa (8,4%).

Outro dado relevante diz respeito ao envelhecimento da população. Uma das principais consequências do envelhecimento da população é o aumento do nível de dependência dos idosos. O índice que procura traduzir esta variável é calculado através do quociente entre o número de idosos e o número de cidadãos ativos existentes numa dada região. Segundo dados da PORDATA, o índice de dependência dos idosos em Portugal tem vindo a aumentar, estando atualmente nos 32%.

Para as pessoas em privação material e em risco de pobreza as coletividades serão um dos poucos pontos de contacto com a cultura e o desporto. Para os idosos serão um espaço de participação, de valorização pessoal, de reconhecimento.

¬ PERSPETIVA TECNOLÓGICA

As capacidades e os desempenhos no domínio da ciência, tecnologia e inovação são hoje particularmente importantes. Nesta área, Portugal fez progressos nos últimos anos, mas está ainda longe dos padrões europeus. E por três razões principais: algum atraso das estruturas científico-tecnológicas nacionais; as especificidades do tecido económico; e os défices de qualificação da população ativa (Cardoso *et al.*, 2015: 35).

Há um indicador que merece particular atenção: o da utilização da internet em Portugal. Com o Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2013, verificou-se que 55, 2% da população portuguesa utiliza a internet (valor que tem vindo a crescer). Verificou-se, ainda, que são os mais novos e aqueles que têm mais escolaridade os que mais utilizam a internet (Cardoso *et al.*, 2015: 127 e seguintes).

¬ PERSPETIVA AMBIENTAL

As cerca de 31.000 coletividades de cultura, recreio e desporto que existem em Portugal contribuem, todos os anos, para uma "pegada ecológica" relevante: na produção de resíduos urbanos; consumos de água e energéticos; produção de atividades ruidosas.

Esta é uma área que merece especial atenção por parte dos dirigentes associativos. A par do desempenho financeiro e outros, importa avaliar também a eficiência ambiental das coletividades (e a da CPCCRD). Introduzir esse indicador nos balanços anuais e de mandato.

¬ PERSPETIVA LEGAL

A legislação associativa é deficiente, por vezes anacrónica, tem lacunas importantes, e não cumpre as regras e princípios inscritos na Constituição da República Portuguesa. Esta realidade é uma forte ameaça ao funcionamento e atividade das associações.

A CPCCRD apresentou no dia 31 de maio de 2017, na Assembleia da República, um relatório com a identificação dos principais problemas existentes e com soluções. O relatório foi entregue aos vários grupos parlamentares e também ao Governo. Foram, entretanto, tomadas algumas medidas legislativas por parte do grupo parlamentar do PCP, que vão ao encontro das soluções propostas pela

CPCCRD; e houve, também, abertura por parte do Ministério da Cultura para estudar a implementação de um SIMPLEX associativo. São resultados animadores, mas falta ainda a respetiva aprovação e concretização prática.

4 ¬ ANÁLISE INTERNA – RECURSOS E CAPACIDADES

As receitas da CPCCRD são provenientes, fundamentalmente, de três origens: quotização, projetos e parcerias. A quotização tem um potencial enorme (existem cerca de 31.000 coletividades no país). Mas há também problemas: muitas coletividades não pagam as suas quotas, no prazo definido. Os projetos têm também um peso importante – e há margem de crescimento. Mas também há dificuldades: os reembolsos do projeto de capacitação (o que tem maior peso financeiro) têm tido atrasos significativos, criando problemas sérios de tesouraria. As parcerias envolvem sobretudo autarquias e outras entidades da economia social. Falta a concretização de uma verdadeira parceria estratégica com o Estado (Governo).

De qualquer modo, pode dizer-se que a diversificação das fontes de financiamento é, atualmente, um dos pontos fortes (ou forças) da CPCCRD. Outro ponto forte diz respeito à existência de um quadro de pessoal experiente e muito dedicado – trabalhadores e prestadores de serviços. Os dirigentes da CPCCRD são, também, em geral, indivíduos com larga experiência associativa, muito motivados e com disponibilidade (terceiro ponto forte).

Como limitações, importa referir o seguinte:

- Faltam recursos humanos (ao nível da coordenação e no plano técnico);
- A precarização dos vínculos de trabalho e a instabilidade laboral tem condicionado o recrutamento de dirigentes mais novos;
- Apesar do enorme esforço que tem sido realizado pela CPCCRD, sobretudo nos últimos anos, há ainda um défice importante de conhecimento sobre a realidade associativa;
- As atuais instalações da CPCCRD são já insuficientes – e não dão resposta às necessidades existentes;
- Reduzida interligação (e cooperação) entre a CPCCRD e muitas das estruturas descentralizadas.

5 ¬ ANÁLISE DE *STAKEHOLDERS*

¬ MATRIZ DE INFLUÊNCIA E DEPENDÊNCIA

		INFLUÊNCIA (NA ORGANIZAÇÃO)	
		REDUZIDA	**ELEVADA**
DEPENDÊNCIA (FACE À ORGANIZAÇÃO)	**ELEVADA**	– Outras estruturas representativas do associativismo popular	– Associadas – Federações distritais – Associações concelhias – Trabalhadores
	REDUZIDA	– Outras estruturas representativas da economia social – Coletividades não associadas – Prestadores de serviços	– Dirigentes – Assembleia da República – Governo – Autarquias locais – Comunicação social – Banca

6 ¬ SWOT

OPORTUNIDADES

- Há condições favoráveis à concretização de uma parceria estratégica com o Estado (para promoção da democratização do acesso à cultura e ao desporto).
- O envelhecimento da população pode facilitar o recrutamento de voluntários.
- A internet é um instrumento poderoso de comunicação – e de acesso à informação.
- Novas oportunidades de financiamento (fundos comunitários, responsabilidade social das empresas, etc.).
- Há condições favoráveis à revisão da legislação associativa.

AMEAÇAS

- Legislação desajustada.
- Precarização dos vínculos de trabalho e instabilidade laboral – que condicionam o recrutamento de dirigentes mais novos.
- Pegada ecológica.

FORÇAS

- Diversificação das fontes de financiamento.
- Quadro de pessoal experiente e dedicado.
- Dirigentes experientes e disponíveis.

FRAQUEZAS

- Faltam recursos humanos (ao nível da coordenação e no plano técnico).
- Dificuldade de recrutamento de dirigentes mais novos.
- Défice de estudos/conhecimento sobre a realidade associativa.
- Limitações das atuais instalações/sede.
- Reduzida interligação (e cooperação) entre a CPCCRD e muitas das estruturas descentralizadas.

7 ¬ NOTAS FINAIS

O planeamento estratégico é um processo, uma cultura de organização e de gestão, mais do que um documento escrito, elaborado para agradar a um financiador ou a um membro da direção (Courtney, 2013: 35). Não basta realizar uma boa análise estratégica, ou elaborar um bom plano. É fundamental envolver as partes interessadas, ter a flexibilidade para fazer os ajustes que forem necessários, e assumir claramente a intenção de utilizar o plano para guiar o desenvolvimento da organização.

A CPCCRD é confrontada, hoje, com vários problemas sociais complexos a que tem de dar resposta. Problemas desafiantes, que exigem a colaboração e cooperação de várias organizações (públicas, privadas, da economia social), uma liderança sistémica, a promoção da participação, uma comunicação permanente, multidirecional, e um plano estratégico consistente, que possa ser monitorizado e avaliado.

É importante dizer que a CPCCRD tem uma estratégia – vertida nos planos de ação para o mandato. Tem um rumo definido, que é revisto e renovado regularmente. Tem uma cultura democrática sólida. Falta dar um passo, um passo importante: o da implementação (e consolidação) do planeamento estratégico.

Fica aqui um pequeno contributo para esse passo. De justificação. De enquadramento geral. E alguns tópicos para a análise estratégica. Tópicos provisórios: importa aprofundar este contributo – e esta análise – envolvendo as principais partes interessadas. O planeamento estratégico é um trabalho coletivo, nas suas várias fases. Só funciona se resultar de um trabalho coletivo e partilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Ana Rita Coelho e André Pereira (2015), *A Sociedade em Rede em Portugal. Uma década de transição*, Coimbra, Almedina.

Courtney, Roger (2013), *Strategic Management in the Third Sector*, Palgrave Macmillan.

Ferreira, Sílvia (2009), "A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual", em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84.

Melo, Daniel (1999), "O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio", em *Penélope*, n.º 21.

Pratas, Sérgio Manuel e Maria João Santos (2010), "O Estado e o Movimento Associativo Popular. O caso português", em *Revista de Administração Local*, n.º 235.

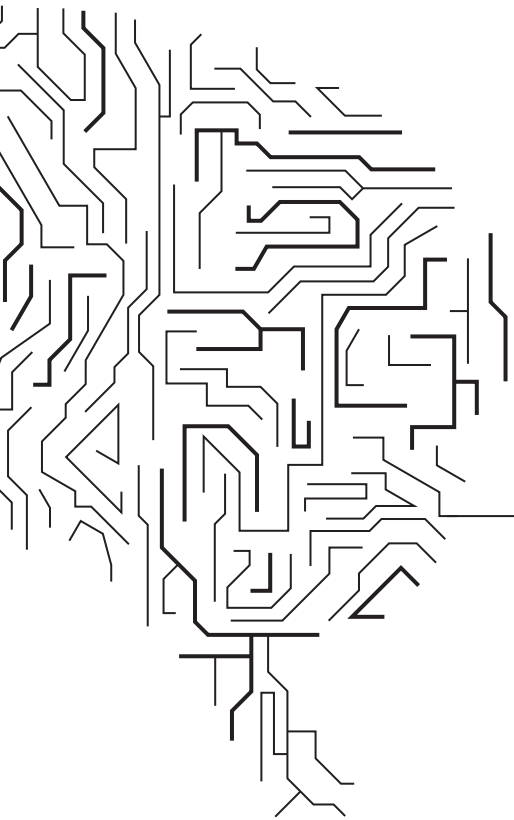
Pratas, Sérgio (2015), "Políticas sociais contemporâneas e associativismo popular", em *Análise Associativa*, n.º 2.

Pratas, Sérgio Manuel (2016), *Um outro olhar sobre o associativismo popular*, Lisboa, CPCCRD.

Simaens, Ana (2012), "Estratégia nas Organizações Sem Fins Lucrativos", em Jorge Rodrigues (org.), *Estratégia Organizacional: Do mercado à ética*, Lisboa, Escolar Editora.

Viegas, José Manuel Leite (2014), "Associativismo, Sociedade Civil e Democracia", em *Análise Associativa*, n.º 1.

1º ENCONTRO NACIONAL
ARQUIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO . CONSTRUIR O FUTURO DA MEMÓRIA
19 OUTUBRO 2018
CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO
CASCAIS



OPINIÃO

CRISTINA CASAIS RIBEIRO

GABINETE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO

SUSTENTABILIDADE
Fator de Sobrevivência Organizacional no Século XXI

Foi grande o desafio para escrever um artigo sobre sustentabilidade para integrar a revista Análise Associativa, não apenas pela profundidade e abrangência do tema mas, sobretudo, pela sua atualidade.

A sustentabilidade é o conceito do momento e a trave mestra das organizações, qualquer que seja a sua natureza jurídica. Dela depende a sobrevivência das entidades no presente e no futuro, exigindo que haja uma convergência permanente entre as dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais.

Mas, apesar da sua urgência e importância, nem sempre as estruturas da economia social percecionam a sua relevância e garantem a sua existência. Por isso, muito há a fazer em matéria de governança, de adoção de regras de conduta éticas, de capacitação dos atores e sobretudo de transparência na gestão.

É nesse sentido que a Fundação Montepio tem procurado, em articulação e parceria com as estruturas de cúpula da economia social, entre as quais a CPCCRD, incentivar uma cultura de sustentabilidade e estimular a sua comunicação e reporte.

O Relatório de Sustentabilidade, por norma publicado anualmente, consiste no reporte de uma organização sobre o impacto económico, ambiental e social da sua atividade. Esta publicação sobre informação não financeira é vital para gerir mudanças conducentes a uma economia global sustentável, viabilizando a existência da organização, a longo prazo, com justiça e proteção do ambiente.

Num *survey* da PwC, realizado ao nível internacional, 75% dos CEOs defenderam que a medição e reporte do impacto total das atividades das organizações, em termos económicos, fiscais, sociais e ambientais, contribuem para o sucesso a longo prazo das suas organizações.

A última década registou um crescimento estável do relato não-financeiro, associado a um aumento do interesse, por parte dos *stakeholders*, pelos aspetos relacionados com a sustentabilidade no desempenho da organização e na forma como as organizações abordam as suas responsabilidades mais amplas.

Esta tendência foi recentemente reforçada em Portugal, por via do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativa à divulgação de informações não financeiras e de informações

sobre a diversidade por parte de determinadas grandes empresas e grupos. Portugal transpôs a Diretiva, mantendo as orientações emanadas, não alterando o âmbito da sua aplicabilidade:

"As grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que tenham o estatuto legal de entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores, devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira, incluída no relatório de gestão ou apresentada num relatório separado, elaborada pelos seus órgãos de administração, contendo as informações não financeiras bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno".

A responsabilidade social das empresas, demonstrada através da divulgação da informação não financeira, contribui para:

- Analisar o desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade;
- Identificar os riscos de sustentabilidade das empresas;
- Reforçar a confiança dos investidores e dos consumidores nas empresas.

Pese embora as entidades membro da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto não serem abrangidas pelo Decreto – Lei acima referido, considerando que fazem parte da cadeia de valor de outras entidades que a este estão obrigadas, deverão iniciar a construção de reportes de informação não financeira, com a vantagem de no processo de transparência a que este relato obriga, obterem um nível de auto-conhecimento acrescido.

O facto de a sociedade contemporânea produzir e consumir acima do que o Planeta consegue regenerar, coloca grandes problemas éticos e sociais que obrigam a um desenvolvimento sustentável – como referido por Francisco da Palma Coelho na sua intervenção no Painel "What´s Next" da Conferência sobre Economia Circular.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS -, aprovados pelas Nações Unidas, a 25 de setembro de 2015, e que fazem parte da Agenda para 2030, são o espelho desta preocupação, e a articulação dos problemas ambientais, sociais e económicos mais urgentes à escala mundial, traduzidos num plano de

ação que as empresas podem utilizar para melhorar o seu desempenho no que respeita ao desenvolvimento sustentável.

Se tornar os ODS um sucesso é crítico para a saúde dos negócios, a nível global, a passagem de uma Economia Linear para uma Economia Circular é uma mudança essencial nos modelos de negócio e uma das ferramentas para atingir o desenvolvimento sustentável.

A Economia Circular pressupõe, do lado da produção, que seja sustentável, através de um design inovador, do aumento do ciclo de vida com reutilização e/ou reciclagem de recursos na mira do resíduo zero; e do lado do consumo que se alterem estilos de vida, comportamentos e hábitos que desgastem um planeta já saturado.

Como referido em várias intervenções, no decurso da Conferência organizada pelo European Investment Bank (EIB) sobre Economia Circular, a mudança de uma economia linear para uma economia circular é estrutural, implica novos modelos de produção, de consumo, de negócio, de mentalidades e é um percurso, não é um evento. Tendo presente a complexidade do processo, é preciso ter consciência da importância de dar pequenos passos.

No contexto europeu, Portugal tem tido um papel de charneira no caminho para o desenvolvimento deste novo modo de estar, e no âmbito da ação do Ministério do Ambiente, em 2016, foi criado um portal na internet – eco.nomia.pt – cuja missão é dinamizar a economia circular através da agregação de conhecimento.

O atual enquadramento político nacional para a economia circular é o «Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal», aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 23 de novembro, e cujo objetivo consiste em definir uma estratégia nacional para a economia circular assente na produção e eliminação de resíduos e nos conceitos de reutilização, reparação e renovação de materiais e energia.

O «Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal» tem como epígrafe «LIDERAR A TRANSIÇÃO» e consubstancia a estratégia nacional, visando a mudança do paradigma económico de «linear» para «circular», englobando um conjunto de sete ações concretas a serem cumpridas até 2020, que visam acelerar esta mudança, mas simultaneamente promover a criação de emprego, o crescimento económico, o investimento e a justiça social.

O Plano de Ação Nacional apresenta três níveis de ações, nomeadamente:

a) Ações de cariz transversal e de âmbito nacional (ações macro);
b) Agendas setoriais, sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador (ações meso);
c) Agendas regionais, a serem adaptadas às especificidades socioeconómicas de cada região (ações micro).

Neste Plano de Ação Nacional, como nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, existe uma visão global da sociedade na qual todos - setor público, privado, entidades da economia social e sociedade civil - têm um papel a desempenhar. Citando Paula Guimarães:

> *"As organizações de economia social, qualquer que seja a sua família, devem ocupar um lugar económico, que não tenha vergonha de ser competitivo, de estar no mercado, de ser bom e de saber partilhar o que sabe com outras entidades que articulem na cadeia de valor".*

REFERÊNCIAS

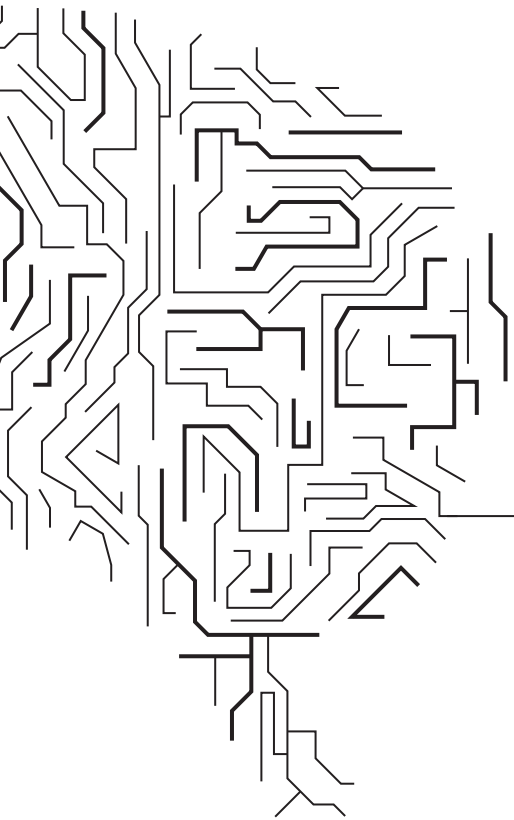
Decreto-Lei nº89/2017, de 28 de julho, sobre Divulgação de informações não financeira e sobre diversidade

PwC (2017), Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não financeiro 2017

http://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/economia-circular.aspx

EIB (2018, outubro), Copenhagen Conference on the Circular Economy

Guimarães, P. (2015, dezembro), Análise Associativa - CPCCRD, O Financiamento da Economia – Vários Caminhos e algumas encruzilhadas



OPINIÃO

FERNANDO VAZ

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS
COLETIVIDADES DO CONCELHO DE LOURES

HÁ VIDA NA ASSOCIAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE LOURES

Constituição, Gestão, relação da ACCLoures com as Autarquias Locais e Sustentabilidade Financeira

Estipula o RGI da Confederação Nacional que:

1. As Associações concelhias de colectividades são criadas por iniciativa das colectividades ou por iniciativa da estrutura da CPCCRD.
2. Regem-se por estatutos próprios, de acordo com os Estatutos e o Regulamento Geral Interno da CPCCRD.
3. Destinam-se a coordenar, promover e dinamizar actividades das associadas efectivas ao nível do seu concelho.

A Associação das Colectividades do Concelho de Loures, constituída por vontade expressa das Colectividade no Concelho no dia 21 de Abril de 2001, em consonância com os aqueles desígnios, desenvolve desde aí a sua actividade assente nos eixos seguintes:

1 ¬ GESTÃO

Não se diferenciando das dificuldades sentidas por grande número das 31.750 Colectividades existentes no País, nomeadamente em momento de eleições, como consequência das indisponibilidades dos homens, mulheres e jovens em aceitarem cargos e responsabilidades para além daqueles que detêm já nas suas Colectividades, a gestão da ACCLoures, caracteriza-se, desde a sua criação, pelo estrito cumprimento dos seus estatutos, expressos em:

- *Participação: Atribuindo tarefas a todos os membros da Direcção; propondo alterações à legislação associativa e requerendo a sua aplicação às entidades competentes; participando nas acções da Confederação Nacional; assinalando com iniciativas próprias datas comemorativas como o 25 de Abril e Dia Nacional das Colectividades.*
- *Transparência: Apresentando Planos de Actividade, Orçamentos, Relatórios e Contas nos prazos estatutários; realizando reuniões regulares dos Órgãos Dirigentes; promovendo decisões colectivas; elegendo os Órgãos Sociais conforme previsto no RGI.*
- *Confiança: Promovendo o relacionamento com outras entidades e movimentos sociais; alertando para a necessidade de participação dos Dirigentes nas iniciativas, para que não se fechem no interior das suas Colectividades, considerando que nos contactos entre Dirigentes todos aprendemos.*
- *Inovação: Promovendo Encontros de Colectividades temáticos, como forma de captação de interesse dos Dirigentes; propondo acções conjuntas com os Agrupamentos de Escolas sobre a matéria curricular dos alunos.*

2 ¬ RELAÇÕES COM AS AUTARQUIAS LOCAIS

Atendendo a que:

A Constituição da República consagra o Movimento Associativo e Popular como um veículo privilegiado para a dinamização cultural, desportiva e recreativa, deveria competir ao Estado cumprir a sua função para permitir que o Associativismo Popular cumpra a sua.

► O Estado não cumpre esse dever!

Considerando que:

Compete às Autarquias Locais apoiar as atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

► As Autarquias, não obstante as dificuldades que lhes são impostas, constituem-se como principal "porto de abrigo" no apoio à vida das Colectividades e seus Dirigentes.

Nessa circunstância, a ACCLoures, a exemplo das Colectividades, Associaçõe e Clubes no Concelho, encontra nas Autarquias Locais, nomeadamente junto da Câmara Municipal de Loures, especialmente com o actual executivo, o único parceiro para apoio às suas actividades, tendo por isso estabelecido com a Câmara uma relação de parceria e de proximidade, com absoluto respeito pela autonomia e independência de cada uma das instituições, resultando dessa sinergia uma mais-valia para o tecido associativo no Concelho de Loures, expressa em:

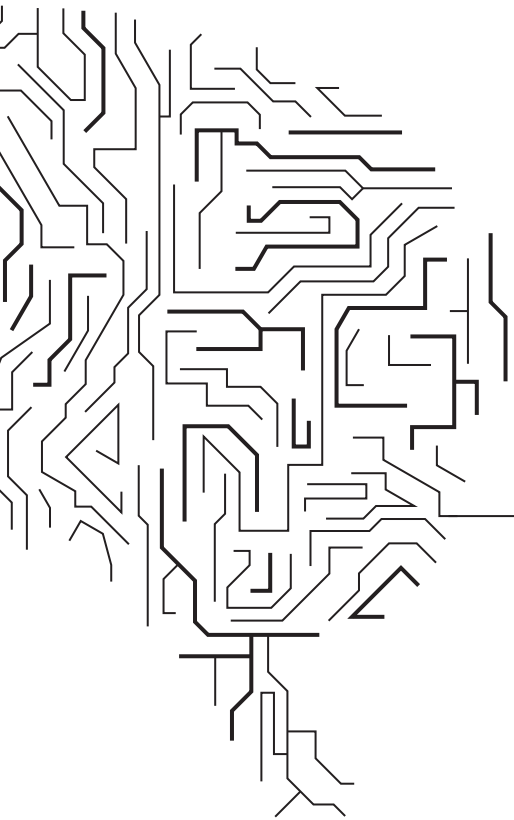
- Participação conjunta com o Município e o meio académico no Projecto de Estudo e Investigação sobre as Colectividades no Concelho - Observatório do Associativismo;
- No projecto de sensibilização para cumprimento dos requisitos exigidos pela ASAE nos Bares e Restaurantes das Colectividades, com a realização de auditorias preventivas, a cargo da ACCL, sem custos para as Colectividades aderentes;
- Colaborando no Programa de Segurança Contra Incêndios em edifícios associativos, incentivando os Dirigentes para participação nas acções de formação promovidas pelo Município;
- Na elaboração e alterações ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativismo, contribuindo para que este se constituísse num real instrumento de apoio ao Associativismo, transparente e equitativo;
- Estimulando a Câmara Municipal para elaboração do Regulamento para atribuição da Utilidade Pública Municipal;
- Estimulando acções de formação para dirigentes, com a convicção que um Dirigente formado e informado será sempre um melhor Dirigente;
- Participando em conjunto com o Município e a Torre do Tombo na Salvaguarda dos Arquivos das Colectividades, tendo como primeira referência as Colectividades Centenárias;
- Atendendo a que diversas Colectividades, nomeadamente as Centenárias encerram parte da história de resistência ao fascismo e da conquista da liberdade, incentivando o Município para Classificação de imóveis das Colectividades como Interesse Histórico e Cultural, conforme previsto na Lei 42/2017;
- Participando por inerência na Comissão Municipal de Protecção Civil e no Conselho Municipal do Associativismo.

3 ¬ SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A sustentabilidade financeira da Associação caracteriza-se por uma gestão rigorosa dos gastos e na participação voluntária e gratuita dos seus Dirigentes, atendendo a que a sua fonte de receitas assenta unicamente em dois pilares: Quotização (41%) e apoio da Câmara Municipal (59%) com base no protocolo subscrito entre as duas partes. A desejada diversificação das fontes de receitas pelo tecido empresarial e ou comercial apresenta-se, em nossa opinião, mais difícil para uma estrutura concelhia, que para uma Associação local, com rosto e massa associativa mais visíveis para as empresas e comércio vizinhos.

O cumprimento do pagamento da quotização pelas associadas e o aumento do número de associadas são problemas que tentamos ultrapassar e que está patente na nossa acção diária.

Também aqui, a Luta Continua!



PIERRE MARIE

INVESTIGADOR DO CES – UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

A ECONOMIA SOCIAL
do processo revolucionário à Lei de Bases

Sumário:

INTRODUÇÃO

1 ¬ A economia socialista na Constituição de 1976

2 ¬ A economia liberal das primeiras revisões constitucionais

3 ¬ Economia de crise e desafios para a Economia Social

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

As organizações que compõem atualmente a Economia Social possuem uma longa trajetória histórica e têm a sua génese na organização dos trabalhadores em resposta ao desenvolvimento capitalista. Estas organizações abrem caminho para uma outra economia, com a sua recusa do lucro. Este texto pretende refletir o enquadramento das organizações da Economia Social no sistema económico e, consequentemente no ordenamento jurídico, desde o processo revolucionário até aos desafios atuais.

Para pensar as evoluções da Economia Social, importa analisar a trajetória percorrida desde o 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário, o qual deixou marcas profundas nas organizações mas também no seu enquadramento jurídico. Será assim estudado o papel atribuído à Economia Social em três períodos desde 1974: o período revolucionário em que foi definido o objetivo de uma economia socialista; um período de distanciamento deste projeto, com a institucionalização de uma democracia representativa e de uma economia liberal; e, finalmente, o período recente, que coloca novos desafios às organizações da Economia Social.

1 ¬ A economia socialista na Constituição de 1976

O 25 de Abril de 1974 representou um momento chave para a fundamentação das organizações da atual Economia Social em Portugal. O desenvolvimento de um amplo processo revolucionário configurou uma abertura de possibilidades políticas, sociais, culturais e, obviamente, económicas. Novos movimentos sociais e populares surgiram para fazer face às problemáticas herdadas do regime salazarista como a falta de habitações, o analfabetismo endémico ou ainda o risco de desemprego e precariedade laboral.

O processo revolucionário permitiu a criação de comissões de moradores, de comissões de trabalhadores e outras organizações populares de base e foi, deste modo, particularmente fértil para o desenvolvimento das organizações que compõem hoje a Economia Social. O número de cooperativas no país passou assim de 950 em 1974 para 3617 em 1981, com um crescimento forte para as cooperativas agrícolas, de consumo, de produção e de habitação[1]. Se compararmos estes números com as 2117 cooperativas presentes na Conta Satélite da Economia Social em 2013, vemos a importância do período pós-1974 para o panorama cooperativo no país[2].

Verificou-se uma ampla renovação do associativismo após 1974 - um estudo da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto de 2007 revela que 28,3% das associações da organização foram criadas entre 1974 e 1985[3]. Segundo o relatório da Comissão Interministerial para Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, 937 empresas passaram por uma situação de autogestão entre 1974 e 1978[4]. No âmbito da Reforma Agrária 450

---

1 Fernando Ferreira da Costa, *Educação cooperativa*, Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Lisboa, 1982, p. 13.

2 *Destaque*, "Conta Satélite da Economia Social 2013", Instituto Nacional de Estatística, 20 de dezembro de 2016.

3 Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, *Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*, Lisboa, Edição CPCCRD, 2009.

4 Comissão Interministerial para Análise da Problemática das Empresas em Autogestão (1980), *Autogestão em Portugal*, Lisboa, Ministério das Finanças.

novas Unidades Coletivas de Produção e Cooperativas agrícolas foram criadas através da ocupação de 1 100 000 hectares de terras[5]. Os 598 baldios presentes no país ganharam também novas dinâmicas[6].

Surgiu um projeto de "poder popular" assente no crescimento destas organizações. Este projeto político pretendia uma sociedade organizada na federação das comissões de moradores, das comissões de trabalhadores, das cooperativas e das associações. O "poder popular" apareceu como uma alternativa aos vários cenários apontados para o futuro de Portugal, nomeadamente: o regresso a um regime autoritário de extrema-direita, a instauração de um regime de inspiração soviética, um regime revolucionário com uma liderança militar, ou a evolução para um regime parlamentar com uma economia de mercado.

A própria Constituição de 1976 concretizou este projeto de "transição para o socialismo" (Art. 2º). O futuro sistema económico seria assente no

[5] Afonso de Barros, *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras, 1979.

[6] Manuel Rodrigues, *Os baldios*, Lisboa, Caminho, 1987.

"desenvolvimento das relações de produção socialistas [...] e [no] exercício do poder democrático das classes trabalhadoras" (Art. 80º). As nacionalizações efetuadas depois de 25 de Abril de 1974 eram assim definidas como "conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras" (Art. 83º). "Na fase de transição para o socialismo" existiriam três sectores de propriedade dos meios de produção: público (Estado, autogestão, comunitário), cooperativo e privado (Art. 89º).

A Constituição definiu o conceito de "propriedade social" que seria constituída pelas empresas em autogestão, pelo sector comunitário, pelo sector cooperativo e pelas unidades de produção geridas pelo Estado que deveriam "evoluir, na medida do possível, para formas autogestionárias" (Art. 90º). Fundamental para o futuro regime, este setor de "propriedade social" "tenderá a ser predominante" segundo o mesmo artigo 90º.

O período revolucionário permitiu não apenas um forte crescimento destas organizações, bem como o seu enquadramento num projeto político e na Constituição, dando-lhes uma forte carga política. As organizações que são hoje a base da Economia Social eram assim definidas, na versão original do texto constitucional, como uma prefiguração do novo sistema económico com o conceito de propriedade social.

2 ¬ A economia liberal das primeiras revisões constitucionais

O ano de 1976 representou uma viragem com o fim do processo revolucionário e a normalização da situação portuguesa. A partir dessa consolidação, o novo regime distanciou-se progressivamente do seu momento fundador. O país iniciou o processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1977 e assinou um primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1978. As políticas económicas traduziram uma "recuperação capitalista" com a inversão das tendências do período revolucionário – por exemplo: a parte dos salários no valor acrescido passou de 50,1% (1976) a 34,2% (1982)[7].

Esta reorientação para uma economia liberal afetou as organizações da atual Economia Social que encontraram um ambiente menos favorável para o seu desenvolvimento. Na frente da Reforma Agrária, a Lei Barreto de 1977 (Lei 77/77) iniciou um importante movimento de restituição de terras. O subsetor autogestionário enfrentou um vazio jurídico em relação à posse das unidades de produção[8]. A legislação de 1978, visando resolver esses casos, nunca chegará a ser aplicada (Lei 66/78 e 68/78) e as empresas geridas pelos trabalhadores foram abandonadas e desapareceram progressivamente.

O distanciamento do projeto de "propriedade social" teve expressão nas duas primeiras revisões constitucionais. Em 1982, "o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras" deixou lugar no texto constitucional à "realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa" (Art. 2º) e o Conselho da Revolução foi dissolvido. A referência a um sector de "propriedade social" "predominante" foi suprimida, bem como a como a possibilidade de evolução das unidades do Estado para formas autogestionárias (Art. 90º).

A Revisão de 1989 foi mais longe neste distanciamento. A "transformação numa sociedade sem classes" foi substituída pela "construção de uma sociedade livre, justa e solidária" (Art. 1º). Mantinha-se a coexistência dos três sectores de propriedade dos meios de produção mas o conceito potenciador da "propriedade

---

[7] Carlos Pimenta, *Economia Portuguesa. Uma experiência uma análise*, Lisboa, Editorial Caminho, Biblioteca Universidade Popular, 1984.

[8] Pierre Marie, "Les entreprises autogérées au Portugal. De la Révolution des oeillets à l'économie sociale", *RECMA - Revue internationale de l'économie sociale*, 2016, 342, 86-100

social" deixou de constar no texto constitucional. Finalmente, o artigo 85º abriu a possibilidade à reprivatização das nacionalizações efetuadas depois do 25 de Abril de 1974, rutura fundamental na intervenção do Estado na economia.

Este segundo período viu o regime oriundo do processo revolucionário sofrer uma reorientação profunda para uma economia liberal e uma democracia representativa. A meta de uma transição para o socialismo foi abandonada com as duas primeiras revisões constitucionais. As organizações da Economia Social deixaram de ter um papel preponderante para construir o futuro do regime com a eliminação do conceito de "propriedade social". A carga política destas organizações foi neutralizada com a eliminação do projeto político de transição para um socialismo assente na autogestão.

3 ¬ Economia de crise e desafios para a Economia Social

A situação atual é algo paradoxal para as entidades da Economia Social. O setor ganhou novos contornos com a Lei de Bases da Economia Social (Lei nº30/2013, de 8 de maio) que definiu os princípios orientadores deste setor composto por cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações, entidades dos subsectores comunitário e autogestionário (Art. 4º e 5º). Os últimos dados disponíveis mostraram um crescimento do setor entre 2010 e 2013, de 55 383

para 61 268 entidades, representando neste último ano 6% do emprego remunerado[9].

Mas a construção legislativa da Economia Social com a Lei de Bases ocorreu num contexto de crise económica, marcada pelas dívidas públicas, as políticas de austeridade e a generalização da precariedade. Esta ofensiva neoliberal enfraqueceu o Estado Social e pode desvirtuar as bases da Economia Social limitando a sua capacidade de transformação da sociedade. Convém assim refletir sobre o papel que é hoje atribuído à Economia Social no contexto económico atual.

O primeiro desafio prende-se com uma potencial descaracterização de um setor que congrega entidades tão diversas como as cooperativas operárias e as fundações. A grande diversidade de termos usados contribui, ainda mais, para a dificuldade em "agarrar" o que é verdadeiramente a Economia Social.

Existe, também, um risco de instrumentalização destas organizações para levar a cabo políticas públicas sociais ou de emprego que promovam a flexibilidade laboral. Como mostrou Margarida Antunes, as políticas para o emprego integraram a Economia Social em mecanismos de cariz neoliberal[10]. Esta instrumentalização passa pela promoção de respostas individuais às problemáticas de emprego. A própria noção de "empreendedorismo social" integra-se numa "narrativa do empreendedorismo individual"[11], limitando, assim, a dimensão coletiva inerente à Economia Social.

Finalmente, existe o perigo de uma réplica dos mecanismos de gestão da economia capitalista nas organizações da Economia Social. De notar que o Código Cooperativo, em caso de lacuna, remete para o regime das Sociedades Anónimas, as mais afastadas do modelo cooperativo. As recentes alterações ao Código Cooperativo, com a Lei 119/2015, de 31 de agosto, ao permitir membros investidores (Art. 5º) e o voto plural (Art. 16º), reforçaram ainda mais este risco ao estabelecer um paralelismo entre as cooperativas e as empresas capitalistas.

---

[9] Instituto Nacional de Estatística, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Conta Satélite da Economia Social - 2010, Edição 2013; *Destaque*, "Conta Satélite da Economia Social 2013", Instituto Nacional de Estatística, 20 de dezembro de 2016.

[10] Margarida Antunes, "A Economia Social e o mercado de trabalho: Reflexões no quadro do modelo económico europeu", Economia Social em Textos - 2, Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, Coimbra, 2017

[11] Adriano Campos, José Soeiro, *A falácia do empreendedorismo*, Lisboa, Bertrand Editora, 2016, p. 143.

Neste período mais recente, a Economia Social conheceu um novo protagonismo mas que ocorreu num contexto de generalização da precariedade laboral e de recuo do Estado Social. Existe, pois, o risco de uma colonização das organizações da Economia Social por uma lógica capitalista pondo em perigo seus valores. A integração dos cânones da gestão capitalista pode conduzir à neutralização do potencial transformador destas organizações.

CONCLUSÃO

A evolução das organizações da Economia Social traduz uma potencial neutralização da sua carga política, passando de uma semente para o futuro regime socialista, após 1974, até tentativas de inclusão nas políticas neoliberais. No entanto, esta capacidade de transformação da sociedade continua presente nas práticas da maioria das organizações da Economia Social.

A reintrodução de uma dimensão política na Economia Social na procura de alternativas surge como uma necessidade na luta contra a colonização das lógicas capitalistas, mas, também na fundamentação de uma outra economia, tendo por base a democracia e a justiça social, que tanto precisamos. Convém assim definir qual a economia que queremos e qual o papel das organizações de Economia Social nesse projeto. A permanência destas organizações, apesar de um contexto muito desfavorável, constitui, em si, uma prova de que uma outra economia é possível.

Grande Entrevista

AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

PARTE I
VIDA ASSOCIATIVA

***Análise Associativa* (AA): Como iniciou a sua atividade associativa?**

Augusto Flor (AF): A minha actividade associativa iniciou-se quando frequentei a Capela Salão das Torcatas (Almada) em 1966. Em de 1969 ingressei no Grupo Desportivo Estrelas das Torcatas e em Maio de 1970 fui cooptado à Direcção para substituir um Dirigente que tinha sido mobilizado para a guerra colonial.

AA: Que aspetos mais contribuíram para a sua aproximação ao movimento associativo? Influência familiar? A força do movimento associativo local? A necessidade de fazer desporto ou de integrar um agrupamento cultural? Outros?

AF: Após terminar a 4ª classe, comecei a trabalhar com quase 11 anos de idade. Fui estudar à noite, aos 14. As perspectivas eram muito reduzidas. O aspecto que mais contribuiu terá sido a necessidade de me associar para ter acesso à cultura, recreio e desporto. Numa palavra: conviver. Naquele meio e naquela altura, não havia alternativa para mim. Ou o associativismo, ou a marginalidade. Escolhi o associativismo.

AA: Qual foi o seu percurso associativo?

AF: Na Capela Salão fui praticante de actividades culturais como teatro, música e também jogávamos Ténis de Mesa. Mais tarde, nas colectividades joguei Boxe e Râguebi como atleta federado. Passei pelo Andebol de 7 na tropa (SMO) e no Clube da Empresa (INATEL). Como Dirigente passei por pequenas, médias e grandes colectividades. Tive oportunidade de ser cofundador do Pumas Râguebi Clube, já extinto. A experiência dos Jogos Juvenis de Almada (1972) foram um impulso muito importante para a minha vida associativa.

AA: Como e em que é que a vida associativa contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal?

AF: O associativismo é reconhecido como "escola de valores e de civismo". A disciplina aceite e praticada com naturalidade, o trabalho colectivo regular e os valores associativos

contribuem para corrigir o individualismo e ajudam a suplantar as nossas deficiências com a ajuda dos outros. Um exemplo disso foi a experiência memorável e marcante da Campanha de Alfabetização pós 25 de Abril de 1974. Fui cofundador do GDACA – Grupo Dinamizador de Alfabetização do Concelho de Almada – que preparou e levou a exame da 4ª classe centenas de adultos que por várias razões da dura vida não o tinham conseguido em criança. Mais do que ensinar, aprendemos imenso e solidificou os valores da solidariedade, cooperação e ajuda. Teve um importante papel na minha auto estima e capacitação.

AA: Como entende a interligação do seu percurso pessoal e a sua actividade de dirigente associativo voluntário?

AF: Creio que seria uma pessoa muito diferente se não tivesse passado por estas experiências. A minha formação académica foi apenas um complemento à minha formação cívica e ideológica que adquiri no associativismo. Os programas das faculdades, salvo honrosas excepções, estão formatados para o individualismo e a competição. São "valores" que são incutidos na sociedade e particularmente naqueles que poderão ser os futuros líderes e que o associativismo pode contrariar com a sua prática. Daí a importância do associativismo.

AA: O Augusto Flor tem sido reconhecido por diversas entidades, em momentos distintos. Quer falar-nos nisso?

AF: Um grande amigo que já partiu disse-me uma vez que "*os reconhecimentos não se pedem nem se recusam*". Partilho desta opinião porque não é algo que mude a minha maneira de ser. O meu contributo foi sempre para os colectivos que integrei. Não me lembro de nada, absolutamente nada de importante, que tenha feito sozinho.

PARTE II

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR (MAP)

AA: O que é afinal o associativismo? Quais os seus valores?

AF: As muitas definições convergem num padrão que se pode resumir: é a necessidade que os seres humanos têm de resolver em conjunto (associação) o que não conseguem resolver sozinhos e a estrutura da sociedade também não lhes garante. O principal valor é o altruísmo uma vez que o ser humano deixa de pensar apenas em si e pensa no "outro". Em minha opinião, seja qual for o regime ou sistema político, económico, social ou cultural, o ser humano terá sempre que recorrer ao altruísmo do associativismo. Se não o fizer estará a caminhar para a dependência absoluta de terceiros e, pior que isso, a perder o sentido de Humanidade.

AA: Qual o papel do associativismo na sociedade portuguesa?

AF: Está bem à vista o papel do associativismo do ponto de vista histórico, antropológico, sociológico, psicológico, económico. É essencial para a coesão territorial e social. É, em muitos casos, o último reduto das populações na satisfação de necessidades básicas, de convívio e relação social. Claro que temos que

incluir como necessidades básicas a cultura, o recreio e o desporto que é algo que o nosso sistema político e social ainda não percebeu, como Bento de Jesus Caraça bem alertou.

AA: Em termos quantitativos, qual o peso do MAP na economia social?

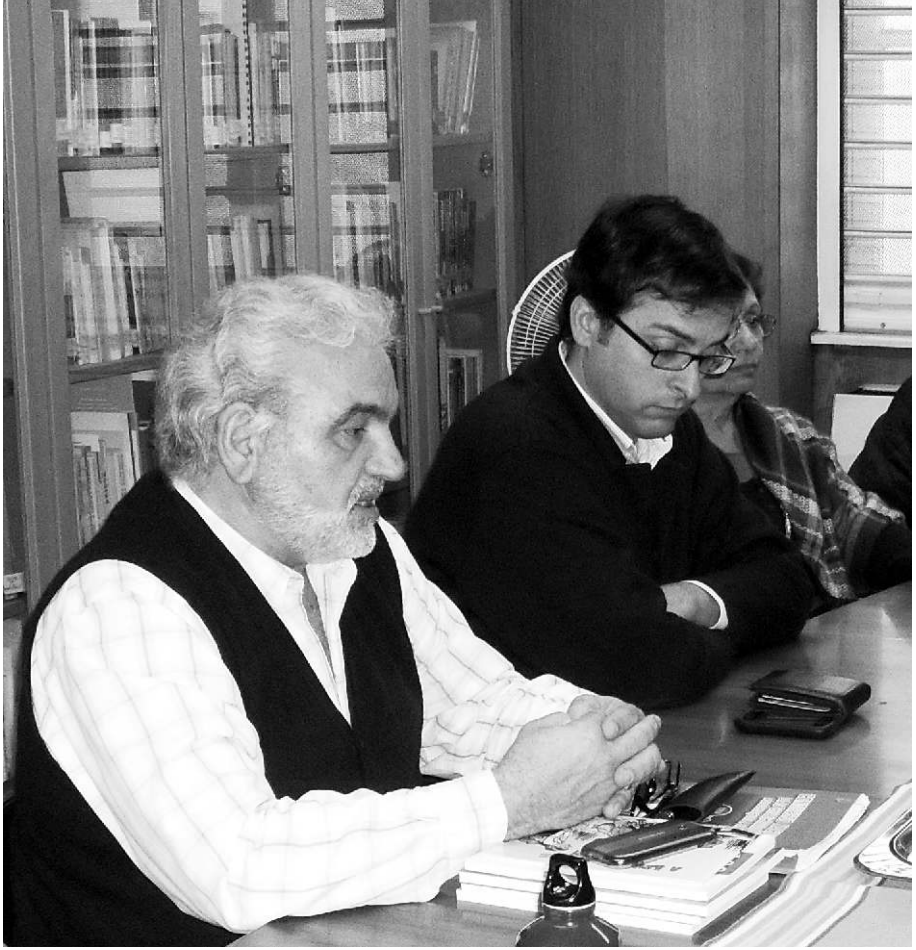
AF: Os dados da Conta Satélite da Economia Social são ainda pouco precisos nesta matéria. Existem dados sobre a Economia Social como um todo mas não estão desagregadas por "famílias" ao pormenor. Apontam para cerca de 31.000 entidades do MAP em 60.000 do total da Economia Social. Contudo, há a consciência que é um sector em crescimento por duas ordens de razão: a primeira, porque o Estado Central (Governos) tem, pouco a pouco, alijado responsabilidades que são da sua competência e transferido essas responsabilidades para as famílias e para as pessoas. Em segundo lugar, porque temos um modelo social de remediação em vez de ser de inclusão pela prevenção. Este modelo não põe em causa o sistema de exploração e de distribuição da riqueza produzida, apenas acorre a casos de miséria aguda, quando o problema é crónico. Este modelo faz da economia social e suas instituições, uma espécie de "amortecedor social" das políticas erradas dos sucessivos governos. É um problema estrutural.

AA: Temos informação sobre a distribuição das associações ao longo do país?

AF: Temos e sabemos quantas são e onde se situam. Não sabemos a cada momento se estão a funcionar ou se têm a atividade suspensa. As dificuldades momentâneas de constituir listas para os órgãos sociais são o principal problema do associativismo. A natureza das relações de trabalho em Portugal, assente na precariedade, baixos salários, deslocalização das empresas e desregulação dos horários de trabalho, afecta os Dirigentes que são, em larguíssima maioria, trabalhadores por conta de outrem. Também sabemos que continuam a constituir-se, em média, por ano, cerca de 1.000 novas associações de vário tipo. Podemos afirmar, sem dúvida, que o MAP é a maior rede social e de voluntariado do país.

AA: Numa sociedade de poderes, o MAP pode ser visto como um poder?

AF: O MAP é um Poder no plano quantitativo e qualitativo. No plano quantitativo porque tem mais de 31.000 entidades e continua a crescer. Na sua actividade gera mais de 425.000 Dirigentes voluntários,



benévolos e eleitos que se vão renovando e rejuvenescendo. Está disseminado por todo o território. Tem vida própria, não dependendo de outros poderes. É resistente mantendo os seus valores e princípios. É resiliente conseguindo adaptar a sua actividade às novas necessidades dos seus associados e população. Tem influência na vida das comunidades e contribui para a consciencialização da vida colectiva, combatendo o individualismo e o isolamento social. Contribui para o equilíbrio de poderes ao nível local, regional e nacional e para a qualidade da nossa democracia pela via do exercício da democracia participativa.

AA: Como é hoje o relacionamento do associativismo com os restantes poderes?

AF: O relacionamento é, pelo menos, de respeito mútuo. Nos últimos anos, ganhámos o reconhecimento de todos os órgãos de soberania. Foram mais de 15 anos de luta para conseguirmos ser ouvidos nos órgãos próprios de

aconselhamento e conseguimos. Não devemos nada a ninguém e os anos perdidos foram uma perda para a sociedade portuguesa. Estarmos em órgãos como o CES (Conselho Económico e Social); CNES (Conselho Nacional para a Economia Social); CND (Conselho Nacional do Desporto) ou CNC (Conselho Nacional da Cultura) não resolvem problema nenhum. Apenas proporcionam que apresentemos os nossos problemas e as nossas propostas de solução. Não estamos iludidos nem esperamos que agora tudo se resolva de um dia para o outro. Como exemplo do que acabo de afirmar, lembro que no CES apresentámos propostas sobre o Plano Nacional de Reformas, as Grandes Opções do Plano e sobre a Proposta de Orçamento de Estado.2019 que mereceram o apoio de todos os parceiros sociais. Propostas essas que já tínhamos apresentado ao Governo e a todos os Grupos Parlamentares da AR. Não foi uma única aprovada porque o PS, partido do Governo (com mais votos) votou contra.

As relações do associativismo com outros poderes, no que à CPCCRD diz respeito, é muito diversificada porque temos relações com o poder económico (empresas), com o poder local (autarquias), com o poder do conhecimento (universidades). Faltará relacionamento com o poder da informação (comunicação social) porque esta, regra geral, está muito centrada nos aspectos negativos e mediáticos da vida social.

AA: Que potencialidades e dificuldades encontra no MAP e como perspectiva o seu futuro?

AF: As potencialidades são muitas. As dificuldades também. Contudo, o caminho até aqui percorrido mostra que este MAP tem conseguido ultrapassar as dificuldades encontrando soluções em cada momento. É um processo dinâmico e dialéctico. Teremos que estar atentos às necessidades, sabermos fazer o diagnóstico sem preconceitos nem complexos e sermos capazes de apontar as soluções. O futuro do MAP não depende só de si. Depende de factores mais gerais como o sistema político, económico, social e cultural em que vivemos porque muitos dos problemas existentes no MAP não são exclusivos do MAP mas sim da sociedade em que vivemos. O MAP não poderá resolver alguns dos seu problemas enquanto estes não estiverem resolvidos na sociedade. Contudo, não podemos ficar à espera e temos que dar o nosso contributo para a sua resolução. Por isso afirmamos que somos Dirigentes associativos mas também agentes de transformação social.

PARTE III

Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio (FPCCR) / Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD)

AA: Como era a Federação quando entrou para a sua direção, em 2002?

AF: Pergunta fácil, resposta difícil. A minha percepção é que os Dirigentes que nos antecederam tinham feito tudo o que podiam, mas o atraso em várias frentes era muito grande. A sociedade e, sobretudo, os poderes instituídos, não estavam sensibilizados. Tínhamos feito um Congresso havia pouco tempo (2001 Loures) e havia recomendações e directrizes precisas. Deitámos mãos à obra. A primeira grande tarefa foi a comemoração do Dia Nacional das Colectividades dedicada aos Jogos Tradicionais, que reuniram cerca de 10.000 pessoas no Parque das Nações em três dias de modalidades e actividades associativas. Veio gente de todo o país e foi uma grande iniciativa da Federação.

AA: Quais eram as principais prioridades da Federação nessa altura?

AF: A principal era a estruturação com tudo o que isso implicava e transformar a Federação em Confederação. A segunda era a luta por uma Legislação adequada ao Movimento Associativo. A terceira era a Formação de Dirigentes. Havia ainda outras questões menos estratégicas: a necessidade de aumentar a visibilidade, relação com o meio académico, afirmar os Jogos Tradicionais e o Desporto para Todos, alargar a difusão do Elo Associativo, desenvolver o projecto 2001 Associações que visava a info-inclusão e melhorar os serviços prestados às filiadas.

AA: O que levou à transformação da Federação em Confederação?

AF: Tendo sido assunto abordado no Congresso de 1993 - Almada e de novo em 2001 - Loures, era uma necessidade histórica uma vez que o associativismo federado tinha crescido exponencialmente e não se podia

acompanhar tudo a partir de Lisboa. Percebia-se que o associativismo em geral continuava a crescer e era preciso "arrumar a casa". Trazer novas filiadas, constituir Federações Distritais e estas constituírem Associações Concelhias de forma a reforçar a proximidade junto das colectividades e seus Dirigentes. Mais do que um processo técnico-jurídico de alteração dos Estatutos, escritura e sua publicação, havia que trabalhar no terreno.

AA: Constituída a Confederação, em 2003, quais foram as principais linhas-força estabelecidas para os primeiros anos?

AF: A constituição formal da Confederação foi precedida de um conjunto de Assembleias Gerais da Federação em que foram alterados os Estatutos e eleitos os novos órgãos sociais. Foi um processo complexo e muito exigente. Na época, ainda havia alguns preconceitos e houve mesmo ameaças e risco de divisão. Foram ultrapassadas com muita discussão e cedências. Foi uma experiência extraordinária. Com a eleição dos primeiros órgãos sociais, em março 2004, foi aprovado um documento que tinha por título "Opções Estratégicas". Foi esse documento que serviu de orientação para os mandatos seguintes, sendo que algumas das propostas ainda hoje estão actualizadas. No fundamental, apontavam para a organização do MAP; relacionamento com os poderes; estabelecimento de parcerias; quadro legislativo; projectos associativos de valor social como o Agita Portugal, Jogos Tradicionais, 2001 Associações, Formação de Dirigentes, entre outras.

AA: Que medidas foram tomadas para dar resposta às citadas preocupações ou prioridades?

AF: As medidas foram desenvolvidas à medida das nossas possibilidades, quer no que respeita às condições internas de meios humanos, técnicos, logísticos e financeiros que sempre foram escassos, quer no que respeita às condições externas como sejam as relações com os vários poderes, nomeadamente com o Governo e a Assembleia da República. Ao longo dos anos tivemos dezenas de reuniões com ministros, secretários de Estado, directores-gerais, assessores e fizemos campanhas de mobilização das filiadas e Dirigentes como "Vamos fazer o que ainda não foi feito", "Pavilhão de Portugal – uma casa para o Associativismo", Moções e abaixo assinados com milhares de assinaturas. E até houve dois colegas que nos surpreenderam com uma greve de fome junto à Assembleia da República. A tudo isso, os vários governos e alguns Grupos Parlamentares, salvo honrosas

excepções, fizeram de conta e assobiaram para o lado. Por isso, hoje afirmamos que não devemos nada a ninguém! Foi a nossa luta coerente e insistência que prevaleceu!

AA: AA – Com a larga experiência que tem, é presidente da Confederação desde Abril de 2007, como analisa a actual interligação e coordenação do MAP?

AF: O termo larga experiência é uma forma simpática de dizer "… estás a ficar velho". Aceito sem complexos. Quanto à interligação e coordenação do MAP é uma questão muito complexa. O MAP é muito diversificado e heterogéneo. Não obstante ainda haver muito individualismo neste associativismo, tem muito potencial para melhorar e vai melhorar. O CNAP (Conselho Nacional do Associativismo Popular) poderá desempenhar um papel fundamental uma vez que, sendo uma plataforma informal, tem uma composição que permite ter uma visão geral e integrada ao mesmo tempo que podemos afirmar perante terceiros que temos o MAP coeso. Conhecemos melhor quem somos e o que queremos. Considero que o MAP tem vida própria e não depende de nada nem de ninguém. Não precisa de "salvadores" nem de "provedores". Precisa, isso sim, de tomar consciência colectiva da força e poder que tem para exigir de outros poderes o que lhe é devido uma vez que complementa e substitui o Estado em muitas das suas competências. Não é o Estado que apoia o MAP, mas sim o MAP que apoia o Estado. Isto é o contrário do que está inscrito na Constituição da República. Temos que mudar esta concepção e prática. É neste ponto que cabe um papel essencial à nossa Confederação. Precisamos por isso de reforçar e reestruturar a estrutura associativa nacional da Confederação, tornando-a mais eficiente e mais coesa. A caminho do centenário da Com(federação), não podemos deixar de pensar no enorme potencial que temos e no insubstituível papel que desempenhamos na sociedade portuguesa. Temos que ser os primeiros a acreditar em nós para que os outros sejam convencidos disso. Estamos no caminho e lado certos da vida!

Nota: O entrevistado não concorda com o actual Acordo Ortográfico pelo que sugeriu que as respostas fossem escritas com o acordo antigo.

COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL

Estudos

NUNO NUNES

CIES-IUL, ISCTE-IUL

CRISTINA FERNANDES

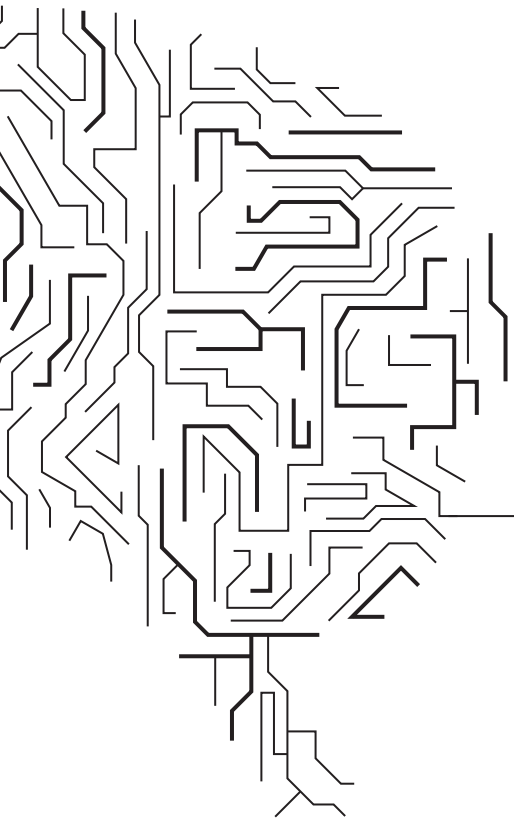
CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

EMANUEL ALTE RODRIGUES

PROFESSOR APOSENTADO
DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ALBERTINA ALVES

DIRETORA TÉCNICA DE UMA IPSS
E MESTRE EM ECONOMIA SOCIAL



NUNO NUNES

CIES-IUL, ISCTE-IUL

CRISTINA FERNANDES

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

CAMPOS DE AÇÃO COLETIVA E ASSOCIATIVISMO NO CONCELHO DO SEIXAL:
exporações sociológicas

Sumário:

1 ¬ **Introdução**

2 ¬ **Movimentos sociais, associativismo e campos de ação coletiva**

3 ¬ **Metodologia: o caso do Concelho do Seixal**

4 ¬ **O associativismo no Concelho do Seixal: caracterização espacial e tipológica**

5 ¬ **O associativismo no concelho do Seixal: caracterização histórico-diacrónica**

6 ¬ **Conclusão**

Referências bibliográficas

Resumo em português:
Urge aprofundar a história do movimento operário e dos movimentos sociais na sociedade portuguesa. O associativismo constitui uma expressão indelével da historicidade moderna. A partir de dados quantitativos recolhidos pela Câmara Municipal do Seixal, é desenvolvida uma caracterização espacial, tipológica e histórico-diacrónica da totalidade das associações existentes neste Concelho industrializado da Península de Setúbal. O Concelho do Seixal constitui um extraordinário laboratório social de diversidade associativa.

Palavras-chave (3 a 5): associativismo, movimentos sociais, movimento operário, Concelho do Seixal.

Foto: CM Seixal

Abstract:
It is a real necessity to deepen the history of the labor movement and social movements in Portuguese society. The associativism is an indelible expression of modern historicity. From quantitative data collected by the Municipality of Seixal, it is developed a spatial, typological and historical-diachronic characterization of all existing associations in this industrialized Municipality of the Peninsula of Setubal. The Municipality of Seixal is an extraordinary social laboratory of associative diversity.

***Keywords** (3 a 5): associativism, social movements, labour movement, Municipality of Seixal.*

1 ¬ Introdução

A urgência de aprofundar a história e atualidade do movimento operário e dos movimentos sociais em Portugal, salienta a necessidade e a pertinência do estudo dos processos de industrialização ocorridos na sociedade portuguesa, desde as suas origens até aos dias de hoje, nas suas múltiplas e interligadas componentes económicas, políticas, culturais e sociais e visivelmente sentidas nos concelhos de Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal da "Margem Sul do Tejo". Precisamente, o estudo do associativismo nestes concelhos poderá contribuir

para um maior conhecimento das dinâmicas de desenvolvimento do movimento operário português.

De que modo as mudanças sociais verificadas ao longo dos séculos XIX, XX e XXI foram configurando o atual associativismo? Esta investigação apresenta resultados atualizados sobre a quantidade de associações existentes no concelho do Seixal, a sua distribuição espacial pelas freguesias, os tipos de associações existentes e a sua longevidade histórica.

No plano teórico, perante a relativa (in)visibilidade das conexões entre as problemáticas das desigualdades sociais e os seus movimentos sociais, o presente artigo toma como horizonte o desenvolvimento duma sociologia das relações entre as classes sociais e os atores coletivos, com vista ao aprofundamento sociológico das implicações estruturais, institucionais, organizacionais e socioculturais do movimento operário na sociedade portuguesa contemporânea.

O conhecimento dos campos da ação coletiva operantes no estudo de caso "Concelho do Seixal", permitirá a (re)construção teórica das inserções dos seus atores coletivos locais nos principais movimentos sociais da modernidade.

As associações constituem um referente investigacional privilegiado de análise das relações sociais de classe e das suas práticas de sociabilidade, de lazer e culturais. Será apresentado um modelo analítico-operatório de estudo das associações do Concelho do Seixal, com vista à construção de perfis associativos em contexto local, salientando as suas principais características e tipos de associações.

Os resultados empíricos alcançados assentam numa análise quantitativa e estatística do universo total das associações existentes no concelho do Seixal, a qual permitiu a elaboração duma tipologia de atores coletivos (tipos de associações).

A análise das principais tendências e regularidades associativas no concelho do Seixal, proveem um manancial de informação empírica que potencia o aprofundamento do estudo da ação coletiva e do movimento operário.

A atenção da investigação sociológica ao movimento associativo popular, o qual revela uma importante vitalidade social no Concelho do Seixal, poderá permitir perspetivas comparadas com outros concelhos industrializados da

Península de Setúbal (Almeida, 1993), territórios onde a industrialização continua a influenciar a vida dos seus habitantes.

2 ¬ Movimentos sociais, associativismo e campos de ação coletiva

Na génese da modernidade, herdeira dos valores da "liberdade, da igualdade e da fraternidade" da Revolução Francesa do século XVIII, encontra-se a formação do "espirito associativo", que, caminhando com o desenvolvimento da industrialização e do movimento operário, foram construtores de múltiplas solidariedades e de coesão social. Contudo, tornou-se um «lugar comum» atribuir à industrialização e ao movimento operário uma diminuída importância, ocultando assim a centralidade do trabalho e as suas múltiplas componentes históricas, económicas, políticas, culturais e sociais.

Com o propósito de contribuir para um conhecimento mais completo das diversas formas e expressões da ação coletiva na atualidade, valerá a pena a construção teórica das articulações entre os campos sociais (e subcampos) das sociedades, os respetivos tipos de atores coletivos neles envolvidos e os principais movimentos sociais da modernidade. São variadas as tematizações sociais da ação coletiva, indutoras de acontecimentos e eventos coletivos, com vinculações institucionais e enraizamentos sociais a práticas associativas tradicionais ou mais recentes.

É possível recortar o espaço social das classes e considerar que a ação coletiva nas sociedades contemporâneas ocorre, enquanto ideais-tipo, no campo económico-laboral, no campo político e no campo das associações e da sociedade civil, ambos autónomos uns dos outros, mas mantendo-se densamente inter-relacionados. A mesma diferenciação/confluência verifica-se relativamente aos tipos de atores coletivos e movimentos sociais presentes nos campos sociais das sociedades contemporâneas.

No campo económico-laboral é possível encontrar confederações sindicais, sindicatos, comissões de trabalhadores, associações profissionais ou cooperativas. No campo político vislumbram-se nomeadamente partidos, grupos e movimentos políticos. No campo das associações e da sociedade civil encontram-se atores coletivos com diversas tematizações socioculturais, organizações não governamentais e instituições sociais.

Estes campos sociais (re)produzem os principais movimentos sociais da modernidade: o movimento operário, o movimento sindical, o movimento das mulheres, os movimentos associativos populares, o movimento estudantil, o movimento pacifista, o movimento ambiental, os movimentos de defesa do estado-providência, os movimentos de solidariedade social, e os movimentos de defesa dos imigrantes, entre outros.

A ação coletiva poderá assumir diversas modalidades, a maioria das vezes de modo inclusivo, podendo assumir formas mais ou menos espontâneas, (in)formais ou duradouras, quer seja nos planos estratégico, organizacional ou da produção de historicidade. De igual forma, as suas dinâmicas poderão ser mais internalizáveis ou assumir uma maior externalidade no espaço-tempo local, supralocal (regional ou nacional) e/ou global.

As causas universais da ação coletiva (co)existem nos contextos locais, supralocais e/ou globais das relações entre os campos sociais, os atores coletivos e os movimentos sociais da modernidade.

O associativismo desenvolveu-se com a industrialização das sociedades e a Margem Sul do Tejo é palco privilegiado da industrialização portuguesa e do crescimento do movimento operário português. Conhecer o associativismo popular nos concelhos que mais se industrializaram na Península de Setúbal, é contribuir também para o aprofundamento do estudo do movimento operário português, ainda pouco explorado.

As origens e consolidação comuns do movimento operário (Piqueras, 1995) e do associativismo popular (Viegas, 1986) é exemplarmente observável no Concelho do Seixal.

É possível e necessário compreender as sociedades em que hoje vivemos a partir duma compreensão lata dos fenómenos associativos. Tais fenómenos associativos são complexos, diversos e compostos por centenas de associações que existem neste país, onde participam milhares de cidadãos empenhados em múltiplas causas tão necessárias ao desenvolvimento das nossas localidades, cidades, regiões e país como um todo.

As associações constituem espaços de participação fundamentais para o aprofundamento da nossa democracia e a sua presença na esfera pública constitui fator de consagração de direitos económicos, políticos, sociais e culturais, em permanente necessidade de afirmação.

Pela centralidade que as dinâmicas associativas têm nas sociedades, a

sociologia deve, por isso, estar atenta e procurar entender o melhor possível o papel das associações, a sua relevância, as suas dificuldades e desafios.

Algumas das teorias sociológicas mais recentes, focadas no que chamaram de pós-modernidade, conferiram sobretudo primazia às questões das identidades, desvalorizando outras formas de conflitualidade. Foram teorias que se detiveram apenas em determinados movimentos sociais, e sempre com a ânsia de os considerar como prenunciadores de novos tempos.

Por algumas correntes teóricas foram descurados conceitos essenciais como os de desigualdade, justiça social e classe social. Hoje é cientificamente necessário tornar visíveis as conexões entre as desigualdades sociais contemporâneas, a justiça social e os movimentos sociais (ou a sua ausência).

Muitas das dinâmicas associativas dos movimentos sociais da modernidade, com presença real, efetiva e concreta nos contextos locais, como se verifica no Concelho do Seixal, constituem um objeto de análise sociológica de grande importância e significado. O associativismo é portador de valores sociais e culturais centrais para a compreensão das nossas sociedades.

À escala local do Concelho do Seixal, são *transversais* e *específicas* certas configurações estruturais, institucionais e culturais, tais como a regular presença no seu tecido económico de setores de elevada industrialização e globalização, a aproximação à centralidade urbana da Área Metropolitana de Lisboa, os processos migratórios a partir da década de sessenta, o progressivo desenvolvimento do «Estado de bem-estar», a acelerada desindustrialização na década de oitenta, e o elevado desemprego e «abandono do Estado-providência» que voltaram a crescer com a crise iniciada em 2008.

No Concelho do Seixal, parece verificar-se uma aparente contradição entre as mudanças das estruturas económicas e produtivas - expressa na sua atual forte terciarização da sua base económica concelhia - e algumas das suas manifestações culturais, associativas e sociopolíticas, fortemente arreigadas ao movimento operário português (Reich, 1996; Archer, 1996; Florida, 2002; Devine, Savage, Scott e Crompton, 2005).

Algumas das características do Concelho do Seixal resultam da sua diversidade étnica e imigrante, juventude demográfica, tradição musical das bandas filarmónicas e da presença secular de coletividades populares (Silva, 1994; Costa, 1999; Vester, 2003; Lahire, 2006). No plano sociopolítico, perduram algumas das mais importantes organizações do movimento operário e os

sucessivos atos eleitorais revelam uma expressão de voto maioritariamente à esquerda (Verret, 1996; Charlesworth, 2000).

As dinâmicas associativas abarcam múltiplas causas, umas mais antigas outras mais recentes. As ciências sociais têm tido alguma dificuldade em construir uma tipologia capaz de contemplar toda essa miríade de objetivos associativos, tipos de organizações, características organizacionais e áreas de intervenção, sejam associações tradicionais ou mais recentes e mais ou menos formais e duradouras.

A compreensão e interpretação dessa diversidade associativa local constitui um desafio de elevada elaboração, mas que é necessário suplantar como etapa para um devido reconhecimento da importância social das associações presentes nos tecidos sociais locais da Península de Setúbal, da sociedade portuguesa e até noutros países.

Serão dados passos teóricos, analíticos e metodológicos (quantitativo-extensivos), tendentes à construção e à verificação empírica de tipologias de atores coletivos, reveladora da diversidade social existente no Concelho do Seixal (Meister, 1972 e 1974; Della Porta e Diani, 2006; Della Porta, 2009; Nunes, 2013).

3 ¬ Metodologia: o caso do Concelho do Seixal

A sociologia, proibida durante o fascismo, é uma ciência relativamente jovem em Portugal, ao contrário do que sucedeu noutros países. E nesta sua curta existência desenvolveu monografias de grande valor e utilidade sobre específicos contextos locais: sobre o Noroeste rural, sobre os bairros operários no Porto (as chamadas "ilhas"), sobre Alfama (bairro histórico de Lisboa), sobre o Vale do Ave e os seus flagelos sociais, ou sobre as classes sociais nos campos na Freguesia de Fonte Arcada em Penafiel.

Porque constitui o associativismo existente no Concelho do Seixal um relevante estudo de caso?

No Concelho do Seixal são observáveis os múltiplos campos de intervenção associativa existentes noutros territórios locais e regionais do País, a que acresce a vantagem adicional de ser possível estudarem-se associações germinadas no movimento operário e durante as múltiplas fases da

industrialização de um passado recente, culminando no movimento associativo nascido a partir da Revolução de 1974.

Através do estudo deste Concelho, território central na Área Metropolitana de Lisboa, compreende-se melhor o desenvolvimento das cidades, os processos migratórios e imigratórios, os modos de vida, as redes sociais, as formas de cultura popular e urbana e as identidades locais passadas e contemporâneas.

É necessário alargar-se o atual espectro metodológico do estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais e interpenetrar sobre específicos contextos locais, atores coletivos e processos históricos (Klandermans e Roggeband, 2007; Kandermans e Staggenborg, 2002), sobremaneira visando o propósito central de aprofundar-se um conceito holístico e empiricamente verificável da diversidade social que caracteriza a ação coletiva moderna (Della Porta e Diani, 2006; Ruggiero e Montagna, 2008).

O apuramento de algumas das principais características associativas num determinado contexto local, permitirá que se infira sobre a natureza dos reais fatores e causas que concorrem para uma mais intensa ou diminuída cidadania, participação associativa e ação coletiva na sociedade portuguesa.

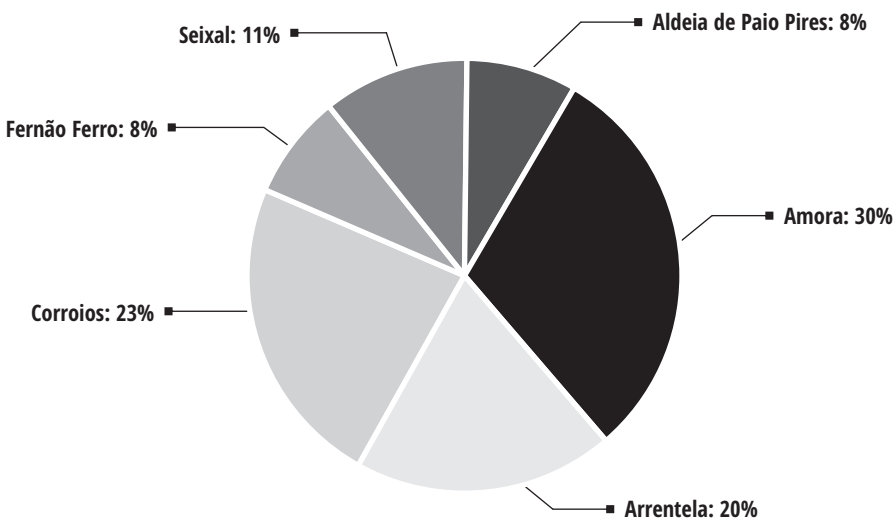
A incidência analítica sobre um determinado contexto local, como constitui o Concelho do Seixal, implica a mobilização articulada de um conjunto de metodologias, instrumentos e técnicas de investigação social de teor extensivo-quantitativo e intensivo-qualitativo (Silverman, 2011; Hardy e Bryman, 2009; Alexander e Bennet, 2005). Na verdade, a focalização centrada sobre um determinado contexto local, proporciona condições de excelência para o desenvolvimento científico das próprias componentes metodológicas da investigação sociológica (Pereira, 2012; Pinto e Queirós, 2010; Costa, 1999).

As hipóteses de progresso metodológico incidirão sobre a construção tipológica dos atores coletivos com recurso à análise quantitativa, através da exploração de uma base de dados das associações sedeadas no Concelho do Seixal, construída pela Câmara Municipal do Seixal, contribuindo-se assim para um conhecimento mais completo das diversas modalidades associativas que é possível encontrar nos tecidos locais, regionais e nacional da sociedade portuguesa.

Considerou-se o conjunto das seis freguesias do Concelho em detrimento da agregação de freguesias concretizada a partir das últimas eleições

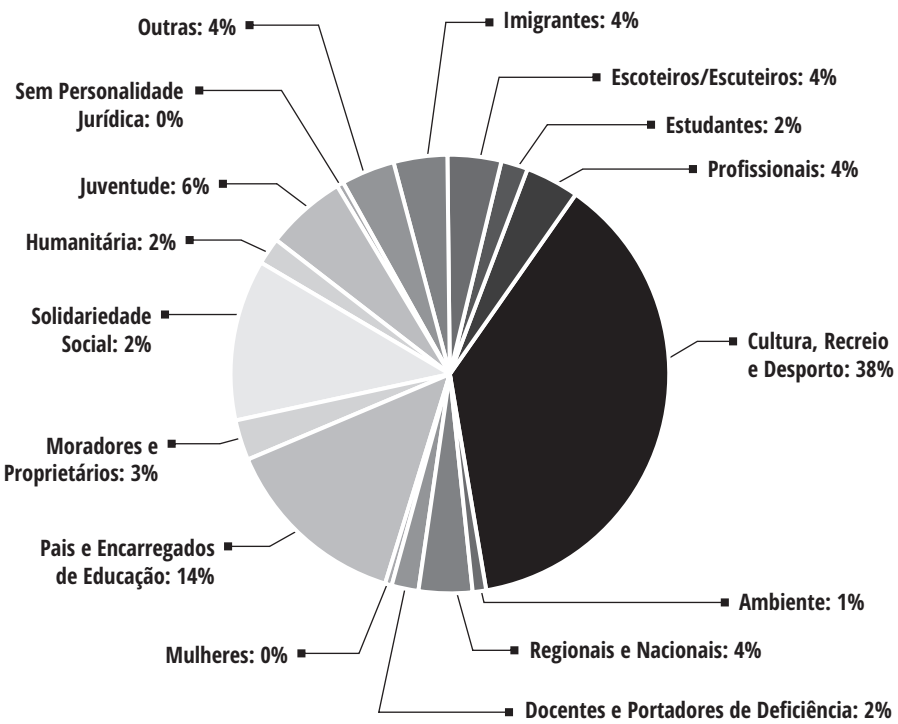
autárquicas, realizadas em outubro de 2013. Tal opção deveu-se à riqueza da informação obtida, dada a heterogeneidade de cada uma das freguesias

Figura 1: Distribuição das associações pelas freguesias do Concelho do Seixal



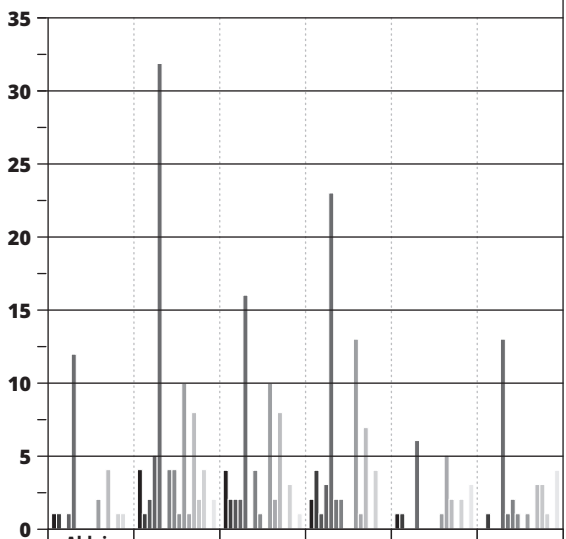
Fonte: Câmara Municipal do Seixal

Figura 1: Tipos de associações no Concelho do Seixal



Fonte: Câmara Municipal do Seixal

Figura 3: Tipos de associações distribuídas pelas freguesias do Concelho



	Aldeia de Paio Pires	Amora	Arrentela	Corroios	Fernão Ferro	Seixal
Imigrantes	1	4	4	2	1	0
Escoteiros/Escuteiros	1	1	2	4	1	1
Estudantes	0	2	2	1	0	0
Profissionais	1	5	2	3	0	0
Cultura, Recreio e Desporto	12	32	16	23	6	13
Ambiente	0	0	0	2	0	1
Regionais e Nacionais	0	4	4	2	0	2
Docentes e Portadores de Deficiência	0	4	1	0	0	1
Mulheres	0	1	0	0	0	0
Pais e Encarregados de Educação	2	10	10	13	1	1
Moradores e Proprietários	0	1	2	1	5	0
Solidariedade Social	4	8	8	7	2	3
Humanitária	0	2	0	0	0	3
Juventude	1	4	3	4	2	1
Sem Personalidade Jurídica	1	0	0	0	0	0
Outras	0	2	1	0	3	4

Fonte: Câmara Municipal do Seixal

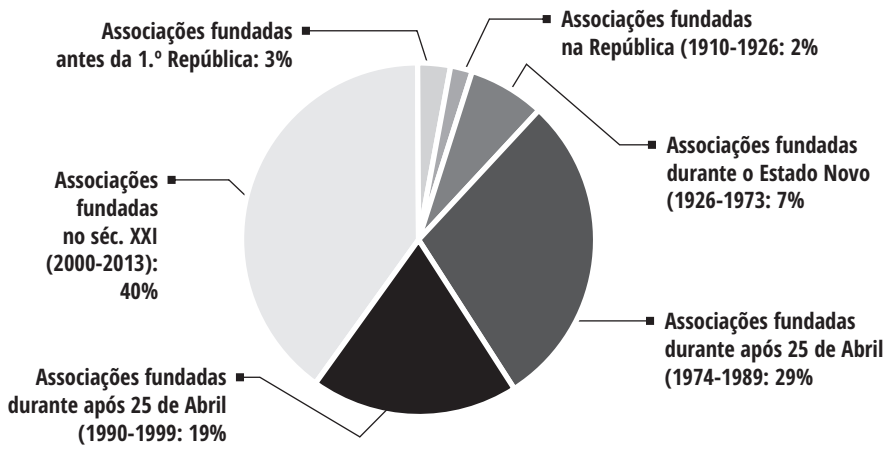
5 ¬ O associativismo no concelho do Seixal: caracterização histórico-diacrónica

Compreender o associativismo moderno na sociedade portuguesa, nos seus contextos locais, regionais e nacional, implica o recurso a uma análise histórica, documental e arquivística a partir das origens da industrialização portuguesa (Séculos XIX e XX); é necessário incidir o olhar sobre o período republicano (1910-1926); compreender efetivamente quais os efeitos sobre o associativismo produzidos pela ditadura do Estado Novo (1926-1974); analisar a relevância da Revolução de 1974 e o inerente desenvolvimento institucional de um Estado de direito democrático em Portugal; e finalmente, compreender os impactos da revolução tecnológica digital nos finais do século XX e atual século XXI.

A data de fundação das associações diz-nos muito sobre a própria época em que elas nasceram, das razões da sua criação e das vontades coletivas sociais e culturais mobilizadas.

No concelho do Seixal, existem cinco coletividades cuja fundação remonta ao século XIX, concretamente: a "Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense", criada em 1848; a "Sociedade Filarmónica União Seixalense", que data de 1871; a "Sociedade Filarmónica União Arrentelense" nasceu em 1872; a "Sociedade Musical 5 de Outubro" foi criada em 1888 e a "Sociedade Filarmónica Operária Amorense" remonta a sua fundação a 1898.

Figura 4: Distribuição das associações por períodos históricos



Fonte: Câmara Municipal do Seixal

No Concelho do Seixal existem atualmente clubes e coletividades que nasceram durante o período da República, alguns durante a vigência do Estado Novo, mas é principalmente a partir da Revolução de 1974 que nascem a grande parte das associações atualmente existentes no Concelho; 29% das associações do Concelho do Seixal foram criadas entre 1974 e 1989; 19% entre 1990 e 1999 e cerca de 40% nasceram já no século XXI.

O associativismo no Concelho do Seixal é vibrante, com um elevado número de associações, é diverso nos fins sociais, culturais, recreativos e humanitários que persegue, e bastante jovem, uma vez que 88% das suas associações nasceram a partir da Revolução de Abril de 1974.

6 ¬ Conclusão

O Concelho do Seixal revela um elevado número de associações e a análise tipológica desenvolvida salienta a enorme diversidade associativa existente neste Concelho. Contudo, destacam-se determinados tipos de associações: cerca de 2/3 das associações são de "cultura, recreio e desporto", de "pais e encarregados de educação" e "de solidariedade social".

Em determinadas freguesias é mais notória a presença de certos tipos de associações, o que revela a pertinência da micro-escala, neste caso, a freguesia, para compreendermos como as dinâmicas espaciais são relevantes na inserção das associações nos seus contextos locais.

A análise histórico-diacrónica revelou como a vitalidade associativa observada neste Concelho está intimamente associada ao período após a Revolução de Abril de 1974, uma vez que grande parte das associações foram criadas a partir deste período.

Será necessário continuar a aprofundar a análise histórica, documental e arquivística (local, regional e nacional), visando confirmar a hipótese de que as atuais práticas associativas existentes no Concelho do Seixal, carreiam as marcas atuantes da modernidade (Giddens, 1995; Eisenstadt, 2007; Mouzelis, 2008), desde as origens da industrialização portuguesa (Lains e Silva, 2005), posterior fomento desenvolvimentista, desindustrialização (Pereira, 2012), emergência das sociedades da informação e do conhecimento (Stehr, 1994) e atual crise mundial (Stiglitz, 2012; Piketty, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, George, e Andrew Bennett. 2005. *Case Studies & Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Almeida, Ana Nunes. 1993. *Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

Archer, Margaret. 1996. «Addressing the cultural system», em Margaret Archer, Roy Bhaskar, Andrew Collier, Tony Lawson e Alan Norrie. orgs. *Critical Realism. Essential Readings*. Londres: Routledge: 503-543.

Charlesworth, Simon. 2000. *A Phenomenology of Working Class Experience*. Cambridge: Cambridge University Press.

Costa, António Firmino da. 1999. *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Lisboa: Celta.

Della Porta, Donatella, org. 2009. *Another Europe. Conceptions and Practices of Democracy in the European Social Forums*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Della Porta, Donatella, e Mario Diani. 2006. *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.

Devine, Fiona, Mike Savage, John Scott e Rosemary Crompton. 2005. *Rethinking Class. Culture, Identities and Lifestyle*. Houndmills: Palgrave.

Eisenstadt, Shmuel Noah. 2007. *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte.

Florida, Richard. 2002. *The Rise of the Creative Class*. Nova Iorque: Basic Books.

Giddens, Anthony. 1995. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Hardy, Melissa, e Alan Bryman, orgs. 2009. *Handbook of Data Analysis*. London: Sage Publications.

Klandermans, Bert, e Conny Roggeband, orgs. 2007. *Handbook of Social Movements Across Disciplines*. Nova Iorque: Springer.

Klandermans, Bert, e Suzanne Staggenborg, orgs. 2002. *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Lahire, Bernard. 2006. *A Cultura dos Indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.

Lains, Pedro, e Álvaro Ferreira da Silva, orgs. 2005. *História Económica de Portugal. 1700-2000, Vol.II ("O Século XX")*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Meister, Alfred. 1972. *Vers une Sociologie des Associations*. Paris : Les Editions Ouvriéres.

Meister, Albert. 1974. *La Participation dans les Associations*. Paris: Les Editions Ouvriéres.

Mouzelis, Nicos. 2008, *Modern and Postmodern Social Theorizing*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nunes, Nuno. 2013. *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Pereira, Virgílio Borges, org. 2012. *Ao Cair do Pano. Sobre a Formação do Quotidiano num Contexto (Des)Industrializado do Vale do Ave*. Porto: Edições Afrontamento.

Piketty, Thomas. 2014. *Capital in the Twenty-First Century*. Londres/Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press.

Pinto, José Madureira, e João Queirós, orgs. 2010. *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)*. Porto: Edições Afrontamento.

Piqueras, José António. 1995. *O Movimento Operário*. Porto: Campo das Letras.

Reich, Robert. 1996. *O Trabalho das Nações. Preparando-nos para o Capitalismo do Século XXI*. Lisboa: Quetzal Editores.

Ruggiero, Vincenzo, e Nicola Montagna, orgs. 2008. *Social Movements. A Reader*. Londres: Routledge.

Silva, Augusto Santos. 1994. *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Edições Afrontamento.

Silverman, David. 2011. *Qualitative Research*. Londres: Sage.

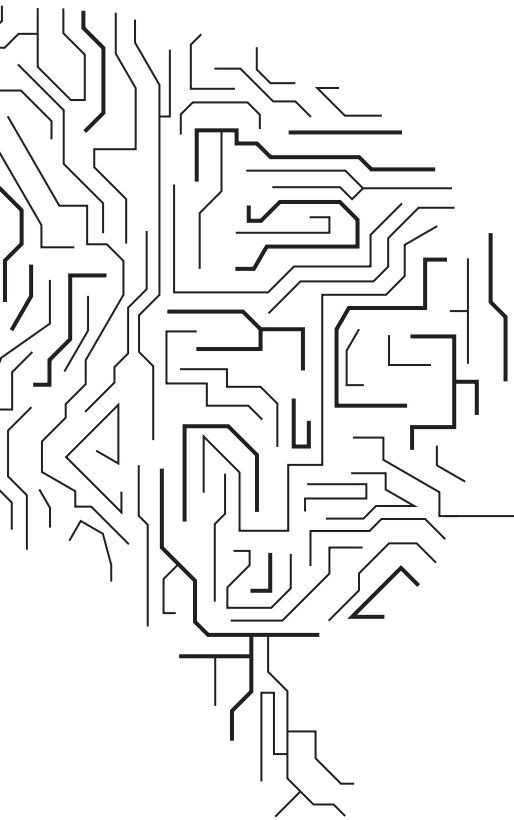
Stehr, Nico. 1994. *Knowledge Societies*. Londres: Sage.

Stiglitz, Joseph. 2012. *The Price of Inequality*. Londres: W. W. Norton & Company.

Verret, Michel. 1996. *La Culture Ouvrière*. Paris: L'Harmattan.

Vester, Michael. 2003. «Class and culture in Germany». *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 42: 25-64.

Viegas, José Manuel Leite. 1986. «Associativismo e dinâmica cultural», *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº1: 103-121.



EMANUEL ALTE RODRIGUES

PROFESSOR APOSENTADO
DE EDUCAÇÃO FÍSICA

GENERALIDADES SOBRE O MOVIMENTO ASSOCIATIVO EM PORTUGAL

Sumário:

1 ¬ Introdução

2 ¬ Dificuldades inerentes ao estudo do movimento associativo em Portugal

3 ¬ Uma tentativa de periodização do movimento associativo em Portugal

Referências bibliográficas

1 ¬ Introdução

Reflectir sobre o Movimento Associativo em Portugal (MAP) é estudar um aspecto muito importante do Movimento Operário Português, o qual, por sua vez, embora com o seu ritmo próprio, mergulha as suas raízes no Movimento Operário Internacional.

Assim, em primeiro lugar, há que relacionar o MAP com a expansão do Movimento Associativo e o aparecimento de novas instituições à escala internacional, mais propriamente à escala da Europa.

É no sec. XIX que é preciso situar a formação do proletariado como classe social, em relação com o primeiro impulso da Industrialização que teve lugar na Grã-Bretanha e em França, a qual vai transformar radicalmente o quadro sócio-económico da vida humana.

No entanto, a *"industrialização em Portugal foi um fenómeno indeciso, incipiente e retardado comparativamente com os outros países europeus ... só por volta de 1850 se inicia a implantação das primeiras indústrias orientadas para a produção de bens de consumo"* (3), verificando-se o seu maior incremento na última década do sec. XIX.

Neste contexto, submetido ao salariado, o proletário procura sobreviver, começando por se organizar, e, por vezes, também, revoltando-se, contra a situação à qual se vê confrontado.

As primeiras organizações operárias internacionais constituem-se entre 1815 e 1830, sob a forma de mutualistas, de sindicatos, de sociedades de pensamento, onde se começa a debater o problema de independência de classe destas organizações.

É em torno de muitas destas organizações que começam a surgir associações de educação para operários, de carácter legal, onde sobressaem as reuniões de divertimento dos operários e suas famílias, as reuniões de discussão, os círculos de estudo, etc.

Por exemplo, as secções da IIª Internacional Operária (1875 a 1914) foram grandes organizações centralizadas e fortemente implantadas entre as massas trabalhadoras. As suas actividades abraçaram todos os aspectos da vida social: participação nas lutas reivindicativas, gestão de municipalidades, de cooperativas, de mutualistas e de sociedades desportivas e culturais. Foi através desta *"Primavera Histórica da Internacional Operária"*, nos finais do sec. XIX, que o

proletariado realmente se erigiu como classe organizada e consciente de si mesma e conseguiu fazer reconhecer-se como tal pela classe dominante.

2 ¬ Dificuldades inerentes ao estudo do movimento associativo em Portugal

Perpassa pela vária literatura revista, a dimensão das dificuldades sentidas pelos investigadores que estudam de alguma forma as origens do "fenómeno associativista".

José Pacheco Pereira refere a pobreza, em Portugal, dos trabalhos de índole bibliográfica, donde se salientam os relativos ao Movimento Operário Português, *"esta selva quase inexplorada"* (4).

Igualmente, Filomena Mónica, refere que *"em Portugal o tradicional analfabetismo dos trabalhadores e a longa duração do regime salazarista, constituíram factores adicionais"* (5).

O autor, pelo seu lado, também encontrou dificuldades adicionais em recolher informações relacionadas com o tema, devido à ausência de arquivos nas colectividades da Marinha Grande – pelo menos naquelas com as quais se relacionou mais de perto.

3 ¬ Uma tentativa de periodização do movimento associativo em Portugal

Esta tentativa de periodização inspira-se nas propostas dos autores da obra referida nas referências bibliográficas (3).

- PRIMEIRA FASE (Origem) – 1838-1890

"Consta que as Filarmónicas de Figueira de Burga e de Riba-Ul serão das mais antigas e que se teriam formado no final do sec. XVIII. Mas é a partir de 1820 que começam a surgir em grande número, novas filarmónicas, organizadas em colectividades ... são a respostas do povo às classes possedentes da época, que

consideravam a cultura como uma benesse somente reservada aos nobres, ao clero e aos mais afortunados do dinheiro" (7). *E foi assim que "os acordes das imortais partituras de Mozart e Beethoven, até aí só ouvidas nos salões de Lisboa e Porto, chegaram às aldeias e às vilas do nosso país"* (7).

Outras fontes consultadas situam o desenvolvimento das "associações populares" e as "ideias societárias" nas décadas de 30 e 40 do sec. XIX, com os seus altos e baixos. Deste modo, César Oliveira, prefaciando a obra de Costa Goodolphin (2), refere que *"o movimento associativo pouca expressão encontrou no período entre 1834 e 1851, por se caracterizar por uma acentuada instabilidade política e de estagnação relativa das forças produtivas"*.

O mesmo autor afirma que *"a partir de 1851, com a Regeneração, o país conhece o arranque do relativo desenvolvimento económico-social ... em Portugal regeneradores, históricos e radicais se vão interessar no movimento associativo, procurando cada corrente de opinião obter implantação junto das classes trabalhadoras e das camadas populares"*.

Para Jorge Crespo, *"o associativismo em Portugal aparece praticamente em 1848 quando, na sequência de algumas associações de Socorros Mútuos, criadas a partir de 1840, surgiram na imprensa da época documentos fazendo sistemático apelo aos benefícios decorrentes da acção colectiva"* (8). E o mesmo autor acrescenta: *"Nesse tempo não era fácil a criação de associações pois, de um modo geral, consideravam-se ninhos revolucionários e sofriam a repressão dos indivíduos dos grupos dominantes"* (8).

Citando outra fonte, é-se informado que "*em 1867 o Código Civil através do seu artigo 359º, apresenta o direito de associação como um direito originário e fundamental ... em 1870 o governo do Duque de Saldanha e Dias Ferreira legisla a favor do associativismo"* (2).

Artur Vilar afirma que foi *"a partir de 1832, com o advento do Liberalismo que as associações de Recreio e outras passam a ter verdadeira organização. As primeiras colectividades de que há verdadeiramente notícia, como pessoas jurídicas, datam da segunda metade do sec. XIX"* (7).

Assim, pode-se considerar uma PRIMEIRA FASE no MAP, que vai de 1838 – data da fundação da primeira associação operária, não corporativista, a "Associação dos Artistas Lisbonenses" (mutualista) – a 1890 – período em que este movimento ganha fortes raízes e rapidamente se espalha pelas zonas mais industrializadas do país.

Nesta fase o MAP pode ser caracterizado como tendo uma *"forma plurifacetada: cooperativas de consumo e de produção, Associações de Socorros Mútuos, Grémios de Instrução Popular, Bibliotecas, associações de resistência, etc. ..."* (2). Acrescente-se que as colectividades de cultura e recreio no sec. XIX, estavam mais voltadas para a música.

Talvez possamos concluir acerca da caracterização do MAP, relativamente a este período, dizendo que "no sec. XIX, um novo espaço urbano e industrial, veiculador dos valores da ideologia dominante (progresso, liberdade e independência do social e do individual face às ideias religiosas) vai gerar uma nova forma associativa de defesa: as associações mutualistas. A acção assistencial e caritativa, características das Confrarias dos séculos anteriores, vai dar lugar ao filantropismo, à solidariedade social, como resposta directa às dramáticas condições de existência das classes trabalhadoras (saúde, orfandade, viuvez, velhice, desemprego, ...)" (3).

- SEGUNDA FASE (Crescimento) – 1890-1926

Continuando a tentar situar o desenvolvimento do MAP em relação às diversas fases de transformação sócio-política verificadas no sec. XIX e sec. XX, abordar-se-á uma SEGUNDA FASE, que se estende dos finais do sec. XIX ao início da ditadura fascista de Salazar.

É a época da mecanização – o seu auge é atingido em Portugal a seguir à IIª Guerra Mundial – no início da transição da manufactura ao fabrico industrial. Algumas cidades transformam-se em grandes centros populacionais, para onde converge um grande fluxo migratório das gentes do campo.

Toda esta situação de transformação, juntamente com as péssimas condições de vida herdadas do sec. XIX, e impostas pela exploração desenfreada, vai levar à crescente clarificação de independência dos interesses da classe operária nomeadamente *"ao nível das formas organizativas de representação: na esfera social, as associações mutualistas, as cooperativas de produção, consumo e crédito, e as associações de instrução e recreio; na esfera do trabalho, os sindicatos; na esfera política, as diferentes formações partidárias"*.

Para Domingos Cruz e António Nabais, "o fim do século passado (sec. XIX) e o começo do actual (sec. XX) foram a época de ouro da associação" (2), onde o MAP

foi apoiado constitucionalmente pelos Republicanos. É nesta época em que se desenvolve o cooperativismo em Portugal. Trata-se de *"uma resposta defensiva face a uma sociedade moralmente injusta que vota os trabalhadores a uma situação de miséria"* (2), fruto das condições sócio-económicas criadas pela estrutura "capitalista" da sociedade.

É também neste período que as colectividades de cultura e recreio se desenvolvem com vigor e entusiasmo. As suas actividades desenvolvem-se agora no sentido das filarmónicas, da instrução, do desporto, da beneficência, das festas e dos convívios.

Acrescente-se, que a influência do fenómeno desportivo, através do seu expoente máximo, o Futebol, e o renascer dos Jogos Olímpicos Modernos do pós guerra, esteve na origem de muitas actividades, que viram a luz do dia no início da década dos anos 20 (sec. XX). De acordo com João Azambuja, *"a partir dos Jogos Olímpicos de 1920, disputados em Antuérpia, Bélgica, e a disputa do 1º Campeonato de Futebol de Portugal na época de 1921-1922, o entusiasmo pelo Futebol foi muito grande e surgiram rapidamente muitos grupos de Futebol, muitos dos quais se formaram em clubes oficiais, dando origem a colectividades vocacionadas para o desporto"* (9), ou se constituíram em secções anexadas a colectividades já existentes, para o desenvolvimento das quais muito contribuíram.

Rebelo da Silva e Ricardo Ornellas são da mesma opinião: *"A propaganda do Futebol tem campo vasto. Desde logo, a propaganda do desporto já o é do Futebol, que por direito, quanto mais não seja da sua enorme expansão, tem de figurar entre os primeiros a serem designados em qualquer obra sobre desporto"* (11). E os mesmos autores continuam: *"Foi-se às escolas ... E com o princípio do século começaram-se a fundar clubes. Em 1906 fez-se um primeiro torneio. Em 1907 fundava-se a Liga Portuguesa de Futebol ... que em 1910 se fez substituir pela Associação de Futebol de Lisboa. Entretanto, a ideia espalhava-se pelo país"* (11).

- TERCEIRA FASE (Repressão e Resistência) – 1926-1974

A Segunda Fase do MAP, eminentemente popular, vai sofrer um "colapso" no período iniciado com o golpe de estado de Gomes da Costa em 28-Maio-1926. O MAP vai então ser confrontado com:

1. A publicação e a entrada em vigor do Decreto Nº 23053, que proíbe os sindicatos livres e cria a estrutura corporativa, levando na prática à extinção do direito de associação.
2. A criação da Mocidade Portuguesa e a Federação Nacional da Alegria no Trabalho/ FNAT.

Estas duas últimas forças, bastante poderosas, foram criadas pelo regime político de Salazar, para destruir por dentro o colectivismo. A este respeito, refere um jornal da época, "O Eco Recreativo", de Dezembro de 1927: *"Há uma força oculta que as persegue, que parece procurar a todo o transe criar-lhes dificuldades, cercear-lhes as suas liberdades, impedir as suas direcções de oferecer aos seus sócios as regalias a que se julgam com direito. Há alguns anos atrás nada havia legislado com respeito às sociedades de recreio. E eram felizes ! ... Os tempos eram outros"*.

Este número do Eco "Recreativo" já trazia o carimbo que durante 48 anos não parou de aparecer por todo o lado – "ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA"! O MAP entra então na TERCEIRA FASE.

Nesta Fase, ao contrário do que poderia parecer, são criadas novas colectividades sempre viradas para o desenvolvimento da cultura popular, ocupação dos tempos livres dos trabalhadores e servindo muitas vezes de camuflagem à resistência ao regime salazarista. Convém, no entanto, não esquecer, que nesta fase as dificuldades em fundar as colectividades eram muitas. De facto, começaram a ser controladas e reprimidas através de legislação, de despachos de governadores civis e de presidentes da Câmara. A Comissão de Censura "fazia-lhes a vida negra". Os estatutos proíbem as discussões e actividades políticas dentro das colectividades. Nenhuma direcção podia ser empossada sem o prévio aval do Governo Civil. Selam-se bibliotecas, sequestram-se livros, fecham-se colectividades. Perseguem-se e prendem-se activistas associativos...

Segundo Raul Vilar, *"chegou para estar para sair um decreto que iria limitar muito as colectividades. Só não saiu por causa de um movimento organizado pela Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio, que se traduziu numa representação com estandartes e tudo, no Terreiro do Paço, para protestar contra isso"*.

Vale a pena referir também que a guerra colonial e a emigração por um lado, e o Futebol, o cinema comercial, a Televisão, as discotecas, por outro,

tiveram repercussões bastante negativas irreversíveis na vida das colectividades, esvaziando-as da juventude "com sangue na guelra", que tanto vigor e vida davam às colectividades.

- QUARTA FASE (Caminho aberto à democracia) – 1974-1982

Refira-se muito rapidamente uma QUARTA FASE do MAP, aberta com o 25 de Abril de 1974, que veio garantir o direito à livre associação. É a fase em que actualmente nos encontramos e cujas potencialidades parecem estar longe de serem esgotadas.

- QUINTA FASE ("Fusão, Regionalismo") ??? – 1983 … - ???

É interessante referir, à guisa de conclusão, que há indícios de que uma nova fase (a QUINTA !), relacionada com a "fusão de colectividades, os "Conselhos de Colectividades", poderá estar para acontecer nos tempos mais próximos, se acreditarmos que o movimento, ainda que esporádico – que já se faz sentir em algumas localidades (Alcobaça, Marinha Grande, Lisboa …) - no sentido das "Associações Regionais", "União de Colectividades", corresponde de facto aos interesses do Movimento Associativo em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) "*O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL – SUBSÍDIOS PARA O CONHECIMENTO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA MARINHA GRANDE*", RODRIGUES Emanuel, 1987.

2) *"A ASSOCIAÇÃO. História e desenvolvimento das associações portuguesas"*, GOODOLPHIN, C., Seara Nova, 1974.

3) *"O ASSOCIATIVISMO. Tradição e Arte do Povo de Almada"*, Câmara Municipal de Almada, 1984.

4) "*BIBLIOGRAFIA SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS DESDE A ORIGEM ATÉ 25 DE ABRIL DE 1974. Livros e artigos publicados de 1974 a 1980*", PACHECO PEREIRA, J., Análise Social, vol. XVII (67-68-69), 1981.

5) Introdução a: *"ACTAS OPERÁRIAS – AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E OS SINDICATOS VIDREIROS (1919 a 1945)"*, FILOMENA MÓNICA, FILOMENA MÓNICA, M.

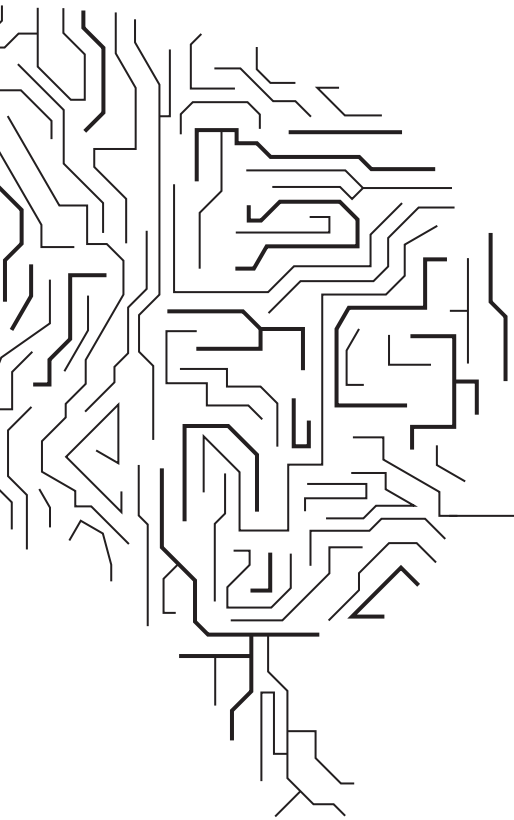
6) *"PODER E SABER: OS VIDREIROS DA MARINHA GRANDE"*, FILOMENA MÓNICA, M., Análise Social, vol. XVII (67-68-69), 1981.

7) *"BOLETINS INFORMATIVOS DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO"*, nºs: 14-15 (1981), 16 (1981), 17 (1982), 18 (1982), 19 (1982), 20 (1982), Lisboa.

8) *"PARA UMA SOCIOLOGIA DA CULTURA. O ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO EM PORTUGAL"*, CRESPO, J., Revista Ludens, vol. 12, nº 4, ISEF, 1978.

9) *"HISTÓRIA DA MARINHA GRANDE – A CULTURA, O TEATRO, A MÚSICA, O DESPORTO. Clubes existentes na freguesia da Marinha Grande praticantes desportivos"*, AZAMBUJA, J., manuscritos inéditos, 1986.

10) *"VINTE ANOS DE FUTEBOL EM TORNEIOS DA FEDERAÇÃO, 1922-1941"*, REBELO, da S. e ORNELLAS, R., 1941.



ALBERTINA ALVES

DIRETORA TÉCNICA DE UMA IPSS
E MESTRE EM ECONOMIA SOCIAL

O MODELO PORTUGUÊS DE ECONOMIA SOCIAL:
posicionamento das IPSS

Sumário:

1 ¬ **Introdução**

2 ¬ **IPSS Entrevistadas**

3 ¬ **Papel das IPSS na resposta aos problemas socioeconómicos locais**

4 ¬ **Valores preconizados**

5 ¬ **Relacionamento com o Estado**

6 ¬ **Preocupações atuais**

7 ¬ **Montantes da Comparticipação Pública**

8 ¬ **Quem são as atuais IPSS?**

9 ¬ **Constrangimentos**

10 ¬ **Estarão as IPSS de hoje a distanciar-se dos princípios da ES?**

11 ¬ **Conclusão**

Referências bibliográficas

1 ¬ Introdução[1]

Nos dias de hoje é consensual que as crises económicas e financeiras acentuam os problemas com que os vários países se debatem: desemprego, pobreza, desenvolvimento insuficiente, problemas energéticos, alterações climáticas, entre outros. Os Estados têm cada vez mais dificuldade em assegurar todas as necessidades sociais que se apresentam aos indivíduos.

As instituições do mercado também se revelam incapazes de promover os mesmos objetivos, pelo que surge a necessidade de uma terceira dimensão que, sem esquecer a liberdade individual que deve ser assegurada, permita criar ou ajudar a criar as necessárias estruturas para promoção do desenvolvimento económico e social. A Economia Social (ES) surge como projeto alternativo de sociedade, assente em relações económicas de sentido altruísta e apresenta-se como um motor chave do desenvolvimento económico e social.

Neste contexto, as economias nacionais têm vindo a (re)configurar a sua atuação com base em políticas de Estado Mínimo, dando origem a um esquema de proteção social que incentiva a introdução de organizações não governamentais na área das políticas sociais.

As organizações da economia social visam o bem-estar social, oferecendo bens e serviços quase-públicos, com respeito pelo princípio da não distribuição dos eventuais excedentes gerados. Os seus valores comuns, como o primado das pessoas sobre o capital, a governança participada e democrática, a prestação de serviços aos seus membros e às comunidades locais, o reinvestimento dos benefícios para garantir a própria sustentabilidade e o bem-estar social, contribuem de forma ativa para um crescimento inovador, inteligente, sustentável e inclusivo.

---

[1] Este artigo resulta de um estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Economia Social, realizado na Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho, sob a orientação do Professor Doutor Orlando Petiz.
Trata-se de um resumo da dissertação final que tinha como objetivo principal evidenciar o papel das organizações da Economia Social no desenvolvimento socioeconómico do nosso país. E também, num olhar sobre a especificidade portuguesa, caraterizar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sublinhando o seu papel a nível local, enquanto polos de resistência e de transformação social.

No nosso país, o enquadramento jurídico das entidades que poderão ser consideradas como integrantes do setor da ES encontra-se disperso por diversa legislação, reflexo do percurso histórico, social e económico muito diversificado e específico. Todas estas organizações têm um papel relevante no desenvolvimento socioeconómico local: oferecendo bens e serviços sociais à população local, criando emprego e contribuindo para uma situação mais igualitária e justa. Por sua vez as decisões políticas têm tido uma grande influência no desenvolvimento do setor.

O modelo de ES em Portugal é um resultado histórico de um processo de democratização da sociedade, criando uma espécie de welfare mix marcado por uma relação íntima entre o Estado e a ES, especificidade que se afasta dos modelos de outros países da Europa.

No vasto conjunto das entidades que compõem o setor da ES, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de resolver carências sociais. Estas instituições integram parte significativa das entidades do universo do setor, assumindo-se como um subconjunto específico do nosso país. Tais organizações podem revestir diversas formas jurídica: associação, fundação, mutualidade, irmandade da misericórdia, cooperativa ou organizações da Igreja Católica.

As IPSS representam em Portugal as estruturas mais institucionalizadas da economia social, debatendo-se atualmente com grandes dificuldades financeiras, de sustentabilidade e de autonomia. Tal situação está intimamente relacionada com a forma como estas organizações se relacionam com o Estado. As IPSS, dado que esbatem as fronteiras tradicionais entre os setores privado e público, ganham cada vez mais relevância ao nível das políticas estratégicas do Estado. Este, por sua vez, está preocupado com a sua própria sustentabilidade, devido, por um lado, à escassez de recursos, e, por outro, à necessidade de aplicar critérios de eficiência e eficácia à sua despesa social.

Neste contexto, o estudo que aqui se apresenta propõe-se caraterizar a economia social e a sua dimensão solidária, aproximada ao caso português, e estudar a especificidade das IPSS: qual o seu papel na resposta aos problemas socioeconómicos locais, que valores preconizam, como é a sua relação com o Estado, quais as preocupações e constrangimentos atuais e perspetivas futuras. Trata-se de um Estudo de Caso de uma IPSS de base associativa – o Centro Social de Ermesinde, fazendo-se também uma análise comparativa a outras IPSS das diferentes formas jurídicas.

A motivação para esta investigação resultou da conjugação de dois fatores: i) a atual conjuntura de debate público no nosso país, à volta do tema da economia social e ii) o facto de desenvolver a minha atividade profissional numa IPSS.

As questões de partida para este estudo foram:

- Qual o papel das IPSS na resposta aos problemas socioeconómicos?
- Quais os principais constrangimentos destas organizações?
- Estarão as IPSS a distanciar-se dos princípios que caraterizam a economia social?

Verifica-se que existe um grande desconhecimento, por parte da sociedade em geral, sobre estas matérias, pois ainda predomina a ideia de que as IPSS são organizações de cariz assistencialista, subsidiadas pelo Estado. Por conseguinte, definiram-se como objetivos específicos do estudo os seguintes:

1. Apresentar as razões que estiveram na génese das IPSS;
2. Verificar se estas organizações mantêm a sua identidade e autonomia;
3. Refletir sobre o efeito dos acordos de cooperação;
4. Refletir sobre a própria relação de cooperação Estado/IPSS;
5. Contribuir com propostas para uma resposta mais eficiente.

2 ¬ IPSS Entrevistadas

As organizações entrevistadas no âmbito deste estudo tinham estatuto de IPSS, intervenção na região do Porto e pertenciam a diferentes tipologias organizativas: Associação, Misericórdia, Mutualidade, Fundação, Cooperativa e um Centro Paroquial e Social (organização da Igreja Católica).

TABELA 1. IPSS entrevistadas

IPSS	Tipologia	Nº de beneficiários	Nº de trabalhadores
A	Associação de Solidariedade Social	600	130
B	Irmandade da Misericórdia	264	90
C	Associação Mutualista	50	23
D	Fundação de Solidariedade Social	420	68
E	Cooperativa de Solidariedade Social	250	108
F	Centro Paroquial e Social	124	30

Fonte: Elaborada pela própria

3 ¬ Papel das IPSS na resposta aos problemas socioeconómicos locais

Do conjunto de instituições que foram entrevistadas, a mais antiga, que é a Associação Mutualista, foi fundada em 1876 com fins de *auxílio recíproco* (Dirigente C, 2018) ou seja, com o objetivo de conceder subsídios de funeral, por morte dos seus Associados ou familiares destes; a Misericórdia, por sua vez, iniciou a sua atividade, em 1906, prestando cuidados a doentes vítimas de tuberculose; a Associação de Solidariedade Social iniciou a sua atividade em 1956, distribuindo refeições pelos mais necessitados da freguesia; a Fundação que entrevistámos foi constituída já após o 25 de abril de 1974, com o propósito de acolher durante o dia as crianças das populações operárias, libertando as mulheres para o mercado de trabalho; foi também depois da revolução, em 1979, que surgiu a Cooperativa que se analisa neste estudo, com respostas para crianças com necessidades educativas especiais. Das instituições entrevistadas, a mais recentemente criada é um Centro Paroquial e Social: surgiu no ano 2000, por iniciativa do pároco da freguesia, tentando responder a carências básicas da população local, que atravessava um período de aflição, causado pela falência de diversas indústrias têxteis que deixaram sem trabalho várias pessoas, por vezes famílias inteiras.

As necessidades sociais foram aumentando, daí que todas estas instituições tenham alargado e diversificado serviços de forma a responder às necessidades emergentes. Foram abandonando a perspetiva assistencialista, baseada num modelo caritativo, para, em cooperação com o Estado, passarem a proporcionar condições às pessoas para elas exercerem plenamente os seus direitos. Atualmente, a missão destas instituições está essencialmente voltada para a promoção do direito à igualdade de oportunidades,

> *de assegurar que todos tenham as mesmas oportunidades, que todos possam ter uma vida melhor e que com isso consigamos ter comunidades mais desenvolvidas e em consequência um país também mais desenvolvido (Dirigente A, 2018).*

Foram as necessidades prementes das populações locais que levaram à constituição de todas elas e, independentemente da tipologia, hoje representam polos de desenvolvimento local, não só pelas respostas sociais que desenvolveram, mas também pelos postos de trabalho que criaram e pelo aumento dos rendimentos do comércio e dos operadores locais que proporcionam, contribuindo desta forma

para o crescimento socioeconómico local. Para além disso, estas instituições têm vindo a apoiar um conjunto de projetos e iniciativas de empreendedorismo social e têm sido grandes impulsionadoras de projetos inovadores de base local.

4 ¬ Valores preconizados

A informação recolhida neste estudo possibilita identificar um conjunto de valores que são comuns à maioria das IPSS entrevistadas, nomeadamente:

Solidariedade: *Cultivamos o espírito de partilha como facilitador no desenvolvimento de respostas adequadas às necessidades e especificidades de cada um.* (Dirigente E, 2018); *espírito de convivência e valorização integral da pessoa* (Dirigente F, 2018);

Proximidade: *Cultivar os laços de proximidade* (Dirigente F, 2018); *(...) achamos que a proximidade às pessoas com mais carências é essencial para perceber e para agir, tentando descobrir as soluções mais adequadas para restabelecer a dignidade de cada um; por isso, é um valor estruturante da nossa ação; e é também um valor da subsidiariedade, ou seja, nós achamos que aquilo que pode ser prestado localmente, por organizações da sociedade civil, deve ser feito por essas organizações; quando falamos de trabalho à escala local, as entidades públicas são supletivas da intervenção da sociedade. O princípio da subsidiariedade é um princípio estruturante para a União Europeia, e nós tentamos responder de acordo com esse princípio; aquilo que pudermos fazer para melhorar a vida das pessoas que nos estão à volta, devemos fazê-lo* (Dirigente A, 2018).

Igualdade: *Promovemos a igualdade de oportunidades, assegurando a defesa dos direitos individuais e de cidadania.* (Dirigente E, 2018); *Garantir a igualdade na qualidade dos serviços prestados, independentemente da condição económica, social, religiosa ou cultural.* (Dirigente B, 2018)

Respeito pela diferença: *Respeitamos a individualidade de todos os que apoiamos, e daqueles que connosco colaboram.* (Dirigente E, 2018);

O Humanismo - enquanto valorização da condição humana - e a Qualidade dos serviços prestados foram também valores preconizados pela maior parte das organizações entrevistadas.

5 ¬ Relacionamento com o Estado

A generalidade dos responsáveis das IPSS entrevistadas revelou ter como principais parceiros e financiadores instituições governamentais e acrescentam que, para as IPSS poderem efetivamente manter o atendimento prioritário aos mais desfavorecidos e contribuir *para uma maior equidade e uma mais justa igualdade, que é um objetivo do Estado Português, tem que ser este a pagar o diferencial*. (Dirigente A, 2018)

No relacionamento com o Estado, a maioria das IPSS manifestou existir uma relação de alguma tensão, dado que o setor onde este tipo de instituições se movimentam é um "mercado" altamente regulado, com pouca margem para uma gestão autónoma, afirmando que existe uma forte interferência pública na vida interna das organizações e que o *Estado está sempre do outro lado*; um dos entrevistados manifesta, a este propósito, que estas organizações estão *muito dependentes da sensibilidade dos responsáveis dos governos*. (Dirigente B, 2018)

Todos os responsáveis das instituições em estudo foram unânimes em afirmar que estas se regem por uma legislação muito rígida.

6 ¬ Preocupações atuais

Sobre esta matéria, as IPSS entrevistadas apresentam a questão da sustentabilidade como a principal preocupação. Em todas as tipologias, os recursos financeiros mais significativos resultam dos acordos de cooperação com organismos públicos e da comparticipação dos utentes e das famílias.

Todos os dirigentes entrevistados são unânimes em considerar que os valores da inflação verificados nas instituições são superiores aos valores que o Estado utiliza para atualizar as comparticipações das respostas sociais, o que cria sérios problemas financeiros. Alguns dirigentes referiram que este constrangimento pode comprometer a prossecução dos objetivos da organização, na medida em que se vive com recursos escassos.

> *(...) vivemos a gerir recursos escassos, e a gestão destas organizações é muito rígida, quer do ponto de vista das receitas, quer do ponto de vista das despesas, não há muita margem para inovações; daí que a questão da sustentabilidade da instituição*

> *está sempre presente na gestão de organizações deste tipo, (...) o risco é que, por vezes, as instituições deixem de atender as pessoas que mais necessitavam de proteção, já que, como essas pagam menos, a sua admissão poderia constituir um risco para a subsistência das atividades e conduzir ao encerramento da instituição.* (Dirigente A, 2018)

Outro constrangimento apresentado pelos dirigentes entrevistados prende-se com as remunerações dos trabalhadores destas organizações.

> *(...) pagamos o que está definido, em algumas categorias profissionais pagamos acima do valor tabelado, mas temos consciência que são valores mais baixos do que os do setor público e privado, e isto reflete-se na satisfação das pessoas que cá trabalham* (Dirigente E, 2018).

> *(...) por esta razão, na primeira oportunidade, os mais qualificados saem para esses outros setores. Trata-se de uma situação de grande constrangimento para quem gere estas organizações, mas sem grande margem para ser alterada* (Dirigente A, 2018).

7 ¬ Montantes da Comparticipação Pública

O Governo tem divulgado, a propósito do sistema de cooperação com as IPSS, que o montante das transferências para estas instituições, em 2017, no âmbito dos acordos de cooperação, rondou os 1.400 milhões de euros.

Segundo o presidente da Direção do Centro Social de Ermesinde, em bom rigor não se trata de transferências; na verdade, trata-se de *"uma contrapartida contratual"*, ou seja, *"um preço pelos serviços contratualizados, com vista à satisfação das necessidades dos utentes"*. E, refere o mesmo dirigente, a despesa efetiva do Estado corresponde a menos de metade daquele valor, já que mais de 65% do valor dessas transferências regressa novamente aos cofres do Estado, sob a forma de impostos e taxas. Refere ainda que os 1.400 milhões de euros que o Governo afirma transferir por ano para o sector correspondem, feitas as contas, a apenas 490 milhões de euros de despesa efetiva líquida.

8 ¬ Quem são as atuais IPSS?

O resultado da pesquisa de campo e da análise de dados permitiu obter uma melhor compreensão da evolução de algumas destas IPSS e do seu papel na resposta a problemas locais, possibilitando retirar algumas considerações:

1. São organizações de natureza privada e foram constituídas para responder a necessidades e carências identificadas localmente, às quais nem o Estado nem o mercado davam resposta. Atualmente, as relações destas IPSS com o Estado apresentam um mix de complementaridade e de subsidiariedade.
2. Na generalidade, o âmbito de intervenção destas instituições é a nível local.
3. Em diversas situações, as IPSS em referência são o maior empregador da freguesia ou do concelho. Esta criação de emprego por parte das IPSS produz externalidades positivas nas comunidades locais e na sociedade em geral, em primeiro lugar, porque, para o desempenho da sua atividade, está a retirar pessoas da situação de desemprego, em segundo lugar, porque, ao prestar serviços à sociedade, está a facilitar a certos indivíduos a sua própria empregabilidade, pois a existência de creches e outras estruturas de apoio à infância ou à população idosa facilita a conciliação da vida familiar com a vida profissional da população ativa. Por conseguinte, estas organizações são elementos fundamentais na dinamização das economias locais.
4. São estas organizações que, grande parte das vezes, possibilitam que os problemas vividos pelos cidadãos a nível individual ganhem importância a nível público e político. Isto acontece nomeadamente em territórios desertificados do interior do país, "afastados" do poder político central, onde as IPSS são, com frequência, as únicas entidades que asseguram a coesão social mínima das respetivas comunidades.

9 ¬ Constrangimentos

Esta pesquisa de campo possibilitou também identificar alguns constrangimentos que estas IPSS estão a enfrentar e que passo a apresentar.

O facto de as tabelas salariais dos trabalhadores das IPSS terem valores mais baixos do que em outros sectores é considerado como um grande constrangimento por estes empregadores, refletindo-se negativamente na satisfação das pessoas, na valorização e no reconhecimento público das carreiras profissionais deste setor.

A regulamentação legal rígida é também um constrangimento enunciado pelos representantes das IPSS entrevistadas, na medida em que deixa pouca margem aos dirigentes destas organizações para uma gestão criativa e condiciona a autonomia destas instituições face ao poder público.

Outro constrangimento prende-se com questões de sustentabilidade, o que leva as IPSS a criarem serviços e equipamentos para captação de capitais próprios, correndo o risco de desvirtuar a missão destas instituições. A Lei de Bases da Economia Social veio permitir, do ponto de vista legal, que as instituições deste setor pudessem prosseguir atividades comerciais, ou atividades lucrativas, como via para o autofinanciamento. O Presidente da Direção do Centro Social de Ermesinde, Henrique Rodrigues, defende que essa via deverá ter um significado "marginal", no sentido de ser pouco relevante no montante do financiamento total, isto por duas razões: (i) a primeira, porque entende que as instituições de solidariedade não têm o mesmo quadro de valores que têm as sociedades comerciais e as empresas; daí que, ao socorrer-se uma IPSS de atividades lucrativas para se financiar, a partir de certa escala, poderá haver tentações de desvios dos fins principais para que foi criada; (ii) por outro lado, há quem defenda que as instituições deverão procurar outras formas de autofinanciamento, para desobrigar o Estado de financiar, nos termos em que vem financiando, este setor. O mesmo dirigente entende que, para as IPSS assegurarem prioritariamente o atendimento aos mais desfavorecidos, para uma maior equidade e uma mais justa igualdade, que é um objetivo do Estado Português, tem que ser este a pagar o diferencial. Isto é, se os equipamentos e os serviços custam dinheiro (em pessoal, em alimentação, etc.) às instituições, para estas admitirem pessoas a pagar menos que o custo real, tem que ser o Estado a pagar o restante.

10 ¬ Estarão as IPSS de hoje a distanciar-se dos princípios da ES?

Analisando as origens, as realidades e os valores das IPSS em referência neste estudo, parece existir uma concordância com os princípios publicados na

Lei de Bases da ES. No entanto, as atuais exigências de organização funcional e de orientação profissional parecem impor uma lógica de gestão quasi-empresarial, que tende a esbater as caraterísticas que estiveram na origem da criação destas IPSS.

Existe, efetivamente, um perfil particular de ES em Portugal, baseado no princípio da subsidiariedade, o que legitima a atividade das organizações de âmbito local, como é o caso das IPSS aqui analisadas, no entanto, no contexto atual, será necessário efetuar alterações qualitativas grandes tanto nas IPSS, como no Estado (nomeadamente na Segurança Social) e também na articulação entre ambos; será necessário mudar perspetivas que estejam erradas, fazer uma evolução no sentido de uma capacitação e especialização destas instituições, mas sem abdicar da especificidade do setor.

11 ¬ Conclusão

As organizações da ES têm o mérito de ter contribuído para uma espécie de humanização da economia e, no caso específico português, é inegável a importância destas organizações, nomeadamente das IPSS, em várias frentes: na (re)construção do modelo social europeu, na luta contra a pobreza e exclusão social, na criação de resposta para a satisfação das necessidades sociais, no desenvolvimento de novas soluções institucionais promotoras de formas de organização económica mais plurais e alternativas à economia de mercado.

Em Portugal, o Estado tem apostado na capacidade instalada das organizações deste setor, como é o caso das IPSS, para promover as suas políticas sociais, seguindo uma lógica de complementaridade e subsidiariedade, dando origem a um *welfare-mix* português caraterizado por uma relação íntima entre o Estado e a ES, mas esta relação de cooperação nem sempre tem sido pacífica.

No nosso estudo constatámos que o modelo português de proteção social tem estado sujeito a fortes pressões, agravada nos últimos tempos pela dificuldade do poder político em comportar o aumento das suas responsabilidades financeiras.

Constatou-se ainda que, apesar de terem diferentes tipologias constitutivas, as instituições aqui analisadas possuem, entre si, mais semelhanças do que divergências, nomeadamente a nível do tipo de serviços que

prestam, do financiamento da atividade que desenvolvem, dos valores que preconizam e mesmo das dificuldades que enfrentam atualmente. Desta análise retirámos algumas considerações, com o propósito de responder aos objetivos específicos propostos:

1. Apresentar as razões que estiveram na génese das IPSS
   Percebeu-se que foram situações de aflição que levaram à criação de qualquer das entidades aqui analisadas, tendo por base valores de caridade, de solidariedade e de humanismo.

2. Verificar se estas organizações mantêm a sua identidade e autonomia
   Do ponto de vista legal, as IPSS possuem autonomia e liberdade de organização interna, no sentido do respeito da identidade das instituições e na aceitação de que exercem a sua atividade por direito próprio e inspiradas pelos respetivos valores, desde que salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável.
   Todavia, os representantes das organizações entrevistadas denunciaram práticas de uma certa intromissão na vida interna das instituições, por parte de órgãos do Estado, desrespeitando a autonomia das mesmas. Foi também referida por aqueles representantes a existência de uma regulamentação legal muito rígida, de métodos e modelos uniformes, que deixam pouca margem de manobra à criatividade e inovação. Tal situação, para além de ser altamente desmotivadora da iniciativa individual, parece ser uma forma subtil de colocar na dependência do poder público um esforço de solidariedade social, que é voluntário.

3. Refletir sobre se os acordos de cooperação estão a produzir o efeito desejado
   Foi já referido que os representantes das IPSS denunciam um excesso de normas e regras, com cargas burocráticas que limitam a capacidade de resposta e têm um efeito desmobilizador de uma gestão imaginativa e criadora.
   Foi também apresentado o facto de que, relativamente aos valores dos acordos de cooperação, os montantes da inflação verificados na

generalidade das instituições são superiores aos valores que o Estado utiliza para atualizar as respetivas comparticipações.

As organizações só existem enquanto for possível captar recursos financeiros para assegurar as despesas das atividades, para haver equilíbrio entre receitas e despesas, pelo que, cada vez mais, as instituições se debatem com graves problemas de gestão das respostas sociais, quer em termos de receita, quer em temos de despesa.

Daí que, por vezes, as instituições deixam de atender as pessoas que mais necessitam de proteção, já que, como essas pagam menos, a sua admissão poderia constituir um risco para a subsistência da atividade e conduzir ao encerramento da instituição.

Tudo indica que será preciso afinar a atual política de cooperação.

4. Refletir sobre a própria relação cooperação Estado/IPSS

   A Direção do Centro Social de Ermesinde evidenciou, no respetivo Relatório de Atividades e Contas de 2017, que cerca de 65% dos valores da comparticipação da Segurança Social nos custos de funcionamento das respetivas respostas sociais regressam ao Estado sob a forma de impostos e taxas.

   Transpondo este exemplo para as mais de 5.500 IPSS existentes a nível nacional, os cerca de 1.400 milhões de euros que a Segurança Social transfere para estas organizações por via dos acordos de cooperação representam efetivamente uma despesa pública de menos de metade desse valor. Por esta via, com menos de 500 milhões de euros, o Estado consegue manter uma rede de proteção social a nível nacional, da freguesia mais populosa do litoral à aldeia mais "esquecida" do interior do país.

5. Contribuir com propostas para uma resposta mais eficiente.

   No atual contexto, de crescimento de necessidades dos indivíduos e das famílias, por um lado, e de sucessivos quadros de dificuldade financeira do Estado, por outro, a eficiência de um sistema de proteção social terá que passar, em simultâneo, por uma consolidação do modelo português de ES e por uma formulação de políticas públicas

que promovam parcerias público-sociais, nomeadamente Estado /IPSS.

Estas parcerias, do ponto de vista dos responsáveis das organizações, implicam relações sérias: de negociação de cooperação com respeito pela autonomia e identidade das instituições; e de modelos de financiamento mais flexíveis e adaptados ao território e às reais necessidades das pessoas.

Com este Estudo de Caso, pretendia-se, mais do que apontar pistas ou caminhos, deixar questões para um debate que deve ser feito na sociedade.

O Estado não está a financiar o que diz, mas conta com as instituições da ES para responder às necessidades dos mais desprotegidos socialmente.

Não obstante, vão surgindo novos riscos sociais que exigem respostas novas e diferentes. Sobre este assunto, deixam-se aqui algumas questões que, no nosso entender, merecem reflexão:

- A quem cabe a responsabilidade de assegurar aquelas respostas?
- Quem vai financiar estes serviços ou incentivar a sua criação?
- Será desejável menos interferência pública? Em que medida?
- Que resultados podemos esperar e qual o impacto em termos de bem-estar?

Esta reflexão parece-nos ser pertinente, particularmente nesta altura em que se debatem as políticas de coesão, a nível europeu, e a descentralização dos serviços públicos, a nível nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Garrido, Álvaro, (2016). Uma História da Economia Social, Tinta da China, Lisboa.

Hespanha, P. *et al.* (2000). Entre o Estado e o Mercado: As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal, Quarteto, Coimbra.

Joaquim, Cláudia (2015). Protecção social, terceiro sector e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal? Observatório sobre Crises e Alternativas, CES Lisboa.

Laville, J. L. (2009). Economia plural. In A. D. Cattani *et al.* (eds.). Dicionário Internacional da Outra Economia, Almedina, Coimbra.

Lei de Bases da Economia Social – Lei nº30/2013, de 8 de maio.

Publicações

ARTUR MARTINS

CONSELHO CIENTÍFICO
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

Duas obras de Daniel Melo

Sumário:

1 ¬ **Introdução**

2 ¬ **Sobre o autor**

3 ¬ **Breve apresentação do livro "A Cultura Popular no Estado Novo"**

4 ¬ **"O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio"**

1 ¬ Introdução

Daniel Melo tem desenvolvido a sua actividade a investigar temas da cultura popular. Duas obras se evidenciam: Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958) editada pela Imprensa de Ciências Sociais, em Novembro de 2001 e A Cultura Popular no Estado Novo editada por Angelus Novus em Outubro de 2010.

O autor fez publicar um artigo científico na Penélope: revista de história e ciências sociais, Nº. 21, 1999 intitulado "O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo - a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio" que mais não é que a versão resumida e revista do capítulo V da dissertação de Mestrado: Salazarismo e Cultura Popular (1933-58).

Vamo-nos debruçar sobre a obra de 2010 e sobre o artigo publicado em 1999, iniciando pela obra mais abrangente, seguindo para o caso particular da FPCCR.

Permitam-me que faça uma nota pessoal, dizendo que todos/as dirigentes associativos deveriam ler estes dois instrumentos para ser possível situar a actividade de dirigentes hoje, pois não há presente sem passado e só assim se pode projectar o futuro. São duas obras obrigatórias!

2 ¬ Sobre o autor

DANIEL MELO

Historiador e investigador auxiliar no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

No estudo dos «tempos modernos», interessou-se sobretudo em cruzar distintas temáticas, como os usos e políticas da cultura, leitura pública e associativismo. Essa atenção relaciona-se com a premência de repensar a história contemporânea de Portugal, revalorizando o papel da sociedade civil (durante longo tempo asfixiada por visões demasiado atreitas ao «país sentado») e da dimensão sociocultural na vida das pessoas.

Dessa linha de pesquisa resultaram inicialmente as suas teses de mestrado (Salazarismo e cultura popular 1933-58) e doutoramento (A leitura

pública no Portugal contemporâneo 1926-1985), galardoadas com o Prémio de História Contemporânea Victor de Sá e publicadas pela Imprensa de Ciências Sociais. Estudou ainda o associativismo regionalista em diversos estudos de caso (alentejano, transmontano e beirão, nas ex-colónias, na diáspora) e, ultimamente, as organizações de base territorial e de desenvolvimento local.

Foi ainda co-editor dos livros A globalização no divã (tinta-da-china, 2008) e Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa (ICS, 2009).

Na Angelus Novus publica, em 2010, A Cultura Popular no Estado Novo. Livro em que busca actualizar a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil, através da análise de todo o período salazarista.

3 ¬ Breve apresentação do livro "A Cultura Popular no Estado Novo"

- A Cultura Popular no Estado Novo
- de Daniel Melo
- ISBN: 9789728827557
- Edição ou reimpressão: 10-2010
- Editor: Angelus Novus
- Idioma: Português
- Dimensões: 119 x 178 x 8 mm
- Encadernação: Capa mole Páginas: 132
- Tipo de Produto: Livro Classificação
- Temática: Livros em Português > História > História de Portugal

SINOPSE

Esta obra aborda a política cultural do Estado Novo para o povo. Nela analisam-se os principais discursos sobre o tema e os resultados obtidos nas áreas privilegiadas - casas do povo, ranchos folclóricos, artesanato, museus etnográficos, literatura e marchas populares - e nas subvalorizadas, como a educação popular. O salazarismo promoveu um modelo ruralista, tradicionalista e nacionalista de cultura popular, recorrendo à cultura de massas e à linguagem moderna, com o fito de se legitimar, de criar uma 'almofada' social e de impor um núcleo duro de valores, práticas e representações que enformariam a identidade portuguesa. Subjazeu-lhe a vontade de transformar e condicionar a cultura do povo, e não só de preservar as tradições eleitas, a maioria com teor católico. Contudo, a sociedade resistiu ao cerco oficial, sustentando propostas alternativas, como as da democratização cultural, do associativismo livre (sociocultural, cooperativo, etc.) e da leitura pública fomentada pelas bibliotecas da Fundação Gulbenkian e outras. Também a Igreja católica salvaguardou uma estrutura institucional autónoma (a Acção Católica), conquanto ideologicamente próxima do regime.

Consultado em 21 de Novembro de 2018 através de
https://www.wook.pt/livro/salazarismo-e-cultura-popular-1933-1958-daniel-melo/19005676

O livro refere-se ao período do Estado Novo, desde a aprovação, em Abril, da designada Constituição de 1933 até ao final do Regime, em Abril de 1974. Na Introdução o autor situa-nos quanto ao conceito:

> "A delimitação de cultura popular segue o entendimento corrente na época estudada, tanto o que foi dado pelo salazarismo como o de propostas alternativas. Nesse sentido, corresponde a toda a política cultural dirigida à maioria da população, àquela que não se identifica com as elites".

O livro que integra uma Introdução e uma Conclusão e distribui-se por 4 capítulos, a saber: I – Discurso sobre a Cultura Popular; II – As Práticas Culturais no Espaço Corporativo; III – As Práticas Culturais no Espaço Não Corporativo e IV – A Concorrência da Sociedade Civil.

Por sua vez o capítulo I decompõe-se: a) Em busca de uma nova ordem cultural; b) O nacional-ruralismo de Salazar; c) O folclore e o corporativismo nos campos; d) A "fábrica do espírito" de Ferro; e) O projecto totalizante da FNAT; f) A educação popular.

Na primeira alínea o autor traça um quadro ideológico do Estado Novo que, segundo ele, assenta em cinco pilares: nacionalismo autoritário, catolicismo conservador, integralismo nacional, doutrina fascista e modelo desenvolvimentista. Por outro lado, faz uma resenha da evolução do longo período fascista que Portugal viveu, desde a sua consolidação, através da Constituição de 1933, até Abril de 1974, considerando sete fases: institucionalização (1933/4), fascização (1935/41), 1.ª crise do Regime (1942/45), contra-ofensiva (1946/58), 2.ª crise do Regime (1958/61), Guerra colonial (1961/67) e ocaso marcelista (1968/74).

A evolução sociopolítica que se enunciou não teve uma correspondência na evolução cultural. No entanto, o contexto ditatorial influenciou grandemente a expressão de pensamento e o pluralismo fortemente cerceado, criando enormes dificuldades ao desenvolvimento cultural do povo português.

Sobre o nacional-ruralismo de Salazar, o doutrinador, nos seus discursos só, de modo pontual, se referia ao popular, em quatro questões: as "obras públicas"; a educação, moldada aos interesses da situação vigente; a "ideologia, considerando, a família, a tradição, a pátria, o catolicismo como elementos identitários do povo português" e recreio como afirmação positiva da vida. Nas palavras do próprio, o popular tem uma matriz rural: "No espírito do rural que eu sou – de raiz, de sangue, de temperamento –, apegado à terra, fonte de alegria e do alimento dos homens" (1949). Praticamente não se referia à cultura urbana, quando o fazia era de modo depreciativo.

Teve uma linha de combate à degenerescência civilizacional da modernidade criticando o modelo urbano que seria a importação alheia, de forma a enquadrar ideologicamente a cultura popular acentuando a família patriarcal, o desporto em contacto com a natureza e o "regresso sistemático ao

campo e às suas virtudes" (1937). Numa ocasião em que a industrialização estava no seu ponto alto, em 1965, Salazar continuava a defender e dar importância à "faina agrícola" e à "terra humilde" ainda que destinando os homens à exaustão física e "vocação de pobreza".

Em 1950 o programa de "reaportuguesamento de Portugal" tinha como principais linhas: o nacionalismo, os valores do passado, expansão e missão civilizadora do Império, tradições populares e também crença nas virtudes de "viver da caridade do próximo". A formação dos portugueses deve ter em conta os princípios enunciados, afirmando: "A instrução torna-se nefasta quando cria o desamor da terra e pela condição de cada qual (...)" e dizia mais: "os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas" (1938).

Em 1961, Salazar, ao invés de toda a sua intervenção anterior, dirigiu-se pela primeira ao povo, no seu discurso "Apelo ao povo" com vista à resolução de um grave problema: a Guerra Colonial. É neste enquadramento que se desenvolve a política da cultura popular através de quatro linhas de actuação: a) o folclore e o corporativismo nos campos; b) a "fábrica do espírito" de Ferro; c) o projecto totalizante da FNAT e d) a educação popular.

No primeiro caso, o autor refere o ideólogo António Júlio Castro Fernandes que foi em missão de estudo à fascista Itália de onde importou a doutrina que verteu em vários escritos, entre eles destaca-se o "Enfrentando o destino das casas do povo", de 1947, do qual se reproduz:

> "Rigorosamente, cultura popular é a cultura que o próprio povo cria – isto é o folclore. Mas num sentido mais generalizado, entende-se por cultura popular o aperfeiçoamento da mentalidade do povo. E convém estar de sobreaviso porque é uma matéria mais delicada do que cristal... às vezes, quando se não têm ideias muito claras a este respeito, pode ser-se conduzido a ministrar uma falsa cultura, a criar mentalidades deformadas por coisas mal aprendidas, a preparar indivíduos com terríveis complexos de inferioridade" (p. 46).

Era este o ideário oficial para a educação do povo. Para operacionalizá-lo duas linhas de actuação: uma que nos mostra como ver o mundo (cinema, teatro,

rádio, literatura, etc.) e outra que nos mostra o gesto, o modo de estar no mundo com o corpo (desporto, dança, cursos diferenciados, artesanato, etc.). A visão conservadora da cultura popular era defendida por cientistas sociais como António Mendes Correia que foi o organizador do Congresso de Etnografia e Folclore, realizado em Braga, em 1956 em que recusou o fado enquanto canção nacional, reabrindo a polémica lançada em 1929 por Luís Moita que fez publicar o livro "O fado, canção de vencidos", de 1936. Esta opção era ideológica por dois motivos: a origem "suspeita" que, segundo os seus detractores, tinha influências árabes e/ou negras e versava o pessimismo; o segundo tinha a ver com o fado ser canção urbana por excelência que se oponha às canções rurais tradicionais, a essência do ideário vigente.

A "fábrica do espírito" de Ferro tem como ideólogo António Ferro que delimitou as fronteiras. Salazar recompensou-o com a criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), em 1933. Salazar definiu a sua missão que assentava na referência a tudo o que fosse nacional e apenas isso, numa perspectiva nacionalista e propagandística, ocupando-se da política cultural e da imagem do regime e da adesão popular. Em 1944 vai também ser responsável pela política de turismo, informação e censura. Passa a designar-se por Secretariado da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). O decreto-lei da constituição do SPN determinava a organização de "manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda" e combater a "penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional"

António Ferro seguindo o pensamento de Salazar retoma a dicotomia popular rural vs popular urbana propondo o rural como o lado positivo e redentor dos citadinos, como se pode ver:

> "Povo das Sociedades de Recreio (...) vós sois Portugal e sua virgiliana simplicidade há campo, alma de campo, nas nossas cidades..., (...), com o seu eterno ar de presépio, de figurinha de barro..."
>
> Discurso pronunciado numa associação popular urbana, em 1949.

Quanto ao projecto totalizante da FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em 1935 para o enquadramento do tempo livre dos trabalhadores, o autor diz-nos que foi a organização corporativa que teorizou

com mais força a política cultural para o povo. Optou uma postura mais radical sobre a cultura popular. Isso ficou a dever-se à importação do modelo "Alegria no Trabalho" de índole fascista da Alemanha e Itália e mais tarde o relacionamento com a Obra Sindical de Educación y Descanso franquista.

O conflito entre a tradição e progresso deve ser resolvido por meio da preservação das "fontes da espontaneidade étnica", da "vidas regional face aos "grandes aglomerados urbanos e incaracteristicamente internacionais". As artes plásticas populares devem ter um reconhecimento cultural, por via de museus regionais, concursos periódicos e da orientação e protecção oficiais. As artes rítmicas (música e dança) são consideradas o expoente da cultura popular, e têm os seus agentes promotores organizados em filarmónicas, orfeões e ranchos.

No que respeita à educação popular, o projecto de lei sobre "cultura popular em Portugal" foi apresentado pelo deputado Eng.º José Araújo Correia, em 1935. Defendia a necessidade de "atacar de frente o problema da cultura das populações rurais" sem o que "não pode ser aperfeiçoada a economia do País". Inclui: programa de alfabetização de adultos e educação pós-escolar, devido ao défice de "educação cultural" e ao analfabetismo funcional.

Em 1950 a UNESCO refere que a percentagem de analfabetos em Portugal era de 44% das pessoas em idades escolar. Tal facto levou à tomada de medidas e em 1953 foi lançado o Plano de Educação Popular (PEP) do qual consta a Campanha Nacional da Educação de Adultos (CNEA, 1952-56), "impregnada de uma forte carga ideológica e mobilizadora" suscitando a "adesão dos grupos doutrinários" situacionistas a uma espécie de cruzada no debate parlamentar em torno do PEP não deixando de ecoar o idealismo ruralista.

Capítulo II – As práticas culturais no espaço corporativo

- As Casas do Povo criadas pelo decreto-lei 23051, de 9/1933 definem-se como "organismos de cooperação social", com o seguinte raio de acção: Freguesias rurais de Portugal metropolitano, desde 1934 também em vilas e cidades em zonas "mais rurais", visavam fins de previdência, assistência, instrução, progresso social e representação profissional dos trabalhadores rurais (este desde 1938). Podiam inscrever-se "chefes de família ou homens adultos, tanto trabalhadores, como proprietários.

- Enquadramento da actividade cultural e recreativa, através de: FNAT; Junta Central das Casas do Povo (JCCP) e Junta Acção Social (JAS)
A partir de 1942 a FNAT ficou com a sanção prévia de toda a actividade cultural-recreativa dos organismos corporativos e procurando enquadrar toda a sociedade civil e cerceando mais zelosamente a concorrência não tolerada.
A JCCP foi criada em 1945 enquadra a acção das casas do povo em particular a previdência, assistência e instrução, embora também se ocupasse do âmbito cultural.
Em 1956, o lançamento do Plano de Formação Social e Corporativa implicou a transferência da função cultural da JCCP para o JAS.

- A par da história, a etnografia foi das ciências mais instrumentalizada pelo regime.
A páginas 70-71 o autor apresenta um mapa com as principais iniciativas nesta área.

Capítulo III – As Práticas Culturais no Espaço Não Corporativo

O autor subdivide o capítulo em sete áreas: 1) Do SPN ao SNI: A estetização do regime; 2) Um olhar sobre o país e o mundo: exposições, concursos e turismo; 3) A animação cultural (cinema, teatro e bailado); 4) À volta do tradicional popular; 5) Rural e urbano: fado, marchas populares e outras festas; 6) A intervenção formativa: O Plano de Educação popular e 7) Metamorfose no modelo oficial.

Quanto ao ponto 2), o programa foi esboçado por Ferro através de exposições de arte popular no estrangeiro. Esteve presente em 7 mostras internacionais: Genebra (1935), Paris (1937), N. Iorque (1939), S. Francisco (1939), Madrid (1943), Sevilha (1944) e Valência (1944). Na primeira o núcleo principal tinha uma "embaixada de bonecas regionais", cujo cenário tinha um "grande e vistoso séquito de pequenas coisas – jugos floridos, rocas vistosas, pequenas obras-primas de olaria rústica, mantas, tapetes ex-votos".

No âmbito da dinamização da cultura tradicional é lançado o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, associando ao "povo da aldeia" e à "obra do renascimento folclórico e etnográfico nacional".

As marchas populares são uma criação de José Leitão de Barros em 1932

com espectáculo inédito através de concurso com ranchos folclóricos, formados por integrantes das colectividades de bairros mais antigos da capital. Em 1934 a Câmara Municipal de Lisboa assumiu a organização.

Capítulo IV – A concorrência da sociedade civil

1. A resistência: da política à cultura

   O autor refere três revistas culturais e de doutrina que avançam reflexões no sentido da democratização cultural: Seara Nova, Vértice e O Tempo e o Modo; e também três pensadores individuais: Bento de Jesus Caraça, Lopes Graça e Maria Lamas.

2. O Associativismo livre sociocultural

   As associações socioculturais independentes apresentaram um pólo vital de resistência ao projecto totalitário salazarista. Sobre esta matéria falaremos na apresentação do artigo do mesmo autor.

3. A Acção Católica Portuguesa e os católicos progressistas

   Através da Concordata de 1940, a Igreja viu reconhecida a sua intervenção institucional junto da sociedade através da Acção Católica Portuguesa (ACP) que tinha um estatuto excepcional, não concedido a mais nenhuma estrutura associativa não oficial. Apesar da Igreja ser um pilar do Estado Novo, alguns dos organismos da ACP desenvolveram um trabalho meritório de reflexão.

4. As bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)

   A criação de uma estrutura de leitura pública no País foi obra pioneira de uma instituição da sociedade civil, a FCG. A sua situação de excepcionalidade em termos jurídicos serviu para colmatar graves lacunas do sector da leitura pública. Este projecto foi dinamizado pelo escritor Branquinho da Fonseca, ligado à oposição.

4 ¬ "O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio"

Localización: Penélope: revista de história e ciências sociais, ISSN 0871-7486, Nº. 21, 1999, págs. 95-130
Idioma: português

Consultado em 21 de Novembro de 2018 através através de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655619

Nota do autor: Versão resumida e revista do capítulo V da minha dissertação de Mestrado Salazarismo e Cultura Popular (1933-58), Lisboa, FCSH-UNL, a publicar pelas Edições Cosmos em 1999

Trata-se de um artigo de suma importância que nos dá conta de uma parte da história da FPCCR (órgão de cúpula do associativismo português), nomeadamente no tempo do Estado Novo.

1. Contexto da alternativa: o associativismo cultural como bandeira da resistência

   Estando proibidas as liberdades políticas formais, a oposição encontrou no associativismo um precioso espaço de manobra e sobrevivência. As propostas vindas da Primeira República continuaram a ser difundidas especialmente através de uma aliança tácita com o associativismo independente.

2. Alcance político do associativismo popular livre e a anulação da escala nacional

   A FPCCR representou um dos principais alvos de discriminação negativa pelo salazarismo na área da cultura popular, por quatro razões principais: 1) por ser um espaço de vivência e participação democrática; 2) por ser um espaço de confluência potencial de todas as colectividades, independentemente das suas orientações (inclusive as políticas); 3) por ter uma amplitude nacional para a sua área de

influência; 4) pela sua ambição de unificação do meio cultural-recreativo, através da representação exclusiva a nível nacional de todas as colectividades.

2.1. Génese e evolução institucional da FPCCR

- 1924, 31 Maio a 3 Junho – "Congresso Regional das Sociedades de Recreio", constituição da Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio (FDSPER), confinada ao distrito de Lisboa que, à época, englobava o actual distrito de Setúbal.
- 1925, 26 de Dezembro – Aprovação dos Estatutos pelo Conselho Federal.
- 1932, 8 de Maio – Primeira manifestação colectiva, o "Dia das Sociedades de Recreio", em "A Voz do Operário".
- 1932, 19 de Junho – Sede Sociedade Filarmónica Alunos de Harmonia, primeira visita oficial a uma colectividade federada do Presidente da República e do Ministério, generais Carmona e Domingos de Oliveira.
- 1933, 23 a 31 de Maio – "Semana das Sociedades de Recreio". No último dia, sessão solene do 9.º aniversário, foi presidida por Carmona.
- 1933, 8 de Dezembro – atribuição utilidade pública das sociedades de educação e recreio
- 1934, de 30 de Maio a 8 de Junho – II Congresso federativo, aprova novos estatutos, com uma nova designação: Federação das Sociedades de Educação e Recreio (FSER). - - 1934 – "Excursão recreativa à cidade do Porto", com o propósito de sensibilizar as colectividades nortenhas para a causa da unificação do meio, sendo apresentada como "homenagem à Família Recreativa do Nortes e de visita à Exposição Colonial Portuguesa".
- 1936, 15 de Abril – Só dois anos depois do Congresso a FSER terá existência legal, sancionada por alvará do Governo Civil de Lisboa (GCL).

- 1940, Dezembro – 1.º Congresso Nacional: são aprovados os estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Educação e Recreio (FPCER). O Presidente da República, general Carmona, preside à sessão inaugural. O Governo esteve presente, nomeadamente o ministro do Interior, Eng.º Cancela de Abreu.
- 1941, 4 de Maio – A Federação organiza e participa na "Parada Recreativa", ao mesmo tempo os novos estatutos dão entrada no MI (após parecer favorável do GCL). A Parada é uma "saudação ao ilustre chefe do Governo". Participam cerca de mil colectividades e 50 filarmónicas de todo o País, o que representava um terço do total nacional.
- 1941 – O ministro do Interior solicita pareceres.
- 1942, 22 de Novembro – "Homenagem a Carmona" para sensibilizar a aprovação dos estatutos.
- 1943, 6 de Junho – 19.º aniversário da Federação, visita do chefe de Estado e ministro do Interior.
- 1943, 11 de Junho – Em reunião da direcção propõe-se a alteração dos estatutos integrando importantes cedências.
- 1944, 12 de Abril – Fundada a Federação Das Colectividades do Distrito do Porto de Educação, Recreio e Desporto, reconhecida legalmente por alvará do Governo Civil do Porto, de 7 de Julho.
- 1948, 18 de Dezembro – o ministro do Interior, Eng.º Cancela de Abreu visita pela 2.ª vez a sede da Federação.
- 1949, 20 de Junho – MI despacha favoravelmente o projecto de estatutos. Contudo nunca o homologará.
- 1949, em Julho – IV Congresso Distrital, o Segundo de âmbito nacional, aprovando os estatutos, passando a designar-se Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.
- 1950, 6 de Julho – Despacho do MEN aprova os estatutos.

3. Persistência dum projecto alternativo da sociedade civil para o campo cultural

3.1. Negociação entre o SNI e a sociedade civil: nem integração, nem autonomia

1944 – Reorganização do SNI a quem incumbe doravante "orientar a actividade cultural das entidades particulares de fins recreativos". Os encontros e desencontros entre a Federação e SNI, até 1949 sob a direcção de António Ferro são relatados pelo autor: pp.113-115.

3.2. O projecto cultural federativo e as contendas jurídicas: luta pela sobrevivência político-social

A Federação e o próprio associativismo popular livre em geral não obtinham apoios oficiais e tinham de debater-se com implicações de carácter económico, como sejam: 1) questão das licenças camarárias; 2) questão jurídica da propriedade intelectual /artística, literária, musical); 3) questão das taxas de espectáculo a cobrar; 4) questão da lei do inquilinato; 5) questão da figura de utilidade pública; 6) questão dos estatutos e personalidade jurídica e 7) questão dos financiamentos públicos.

3.3 Impacte e orientação das actividades culturais da sociedade civil por via de federalismo

Propõe-nos uma interessante síntese da actividade específica da Federação ao longo das décadas de 30 a 50. No início da década de 30 o movimento federativo afirma-se duplamente não só pela actividade sociocultural desenvolvida, como pela consciencialização do seu papel institucional. A Federação retorna no pós-guerra com um forte impulso da componente cultural e da divulgação da posição federativa. Com Raúl

Esteves dos Santos inicia-se um projecto de aproximação e defesa do meio associativo através de conferências e palestras em circuito itinerante. Durante quatro anos, cerca de cem conferências.

3.4. A repressão oficial do associativismo cultural livre

A intervenção era sancionada juridicamente: no âmbito urbano, através exclusivamente da FNAT nas empresas e administração pública; no âmbito rural, através das Casas do Povo, protegidas por legislação que possibilitava a proibição de associações com os mesmos fins.

O autor dá alguns exemplos de "encerramento de portas" de algumas associações. O movimento associativo livre não beneficiou de apoios ou prerrogativas por parte do Estado. No entanto logrou manter uma alternativa cultural, baseada nas sociabilidades locais (ou comunitárias) e numa consciência política democrática, limitando o campo de consolidação estatal.

NOTA: O autor não utiliza o novo acordo ortográfico.

CONDIÇÕESPARA**SUBMISSÃO**

1 ¬ *"Tema em destaque" e "Estudos"*

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: *"Tema em destaque"* e *"Estudos"*.
Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* de 2020, a publicar em Janeiro de 2020): OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

2 ¬ Normas para os autores

1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
2 · A contribuição deve ser original e inédita.
3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
7 · Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 ¬ Contactos para submissão

geral@cpccrd.pt
ou smpratas@gmail.com

Face às particularidades identificadas, devem as associações aplicar modelos e instrumentos de gestão e governação próprios, ou recorrer aos que são utilizados no setor privado lucrativo, ou mesmo os do setor público?

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por

Montepio